



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 17

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 18 de abril de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Marco Costa*
(substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Jorge Jorge)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Dutra.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Victor Cruz.](#)

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado André Bradford (*PS*), tendo o mesmo posteriormente sido aprovado por unanimidade;

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Monsenhor Augusto Cabral.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*);

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Monsenhor Augusto Cabral.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Magalhães.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com a [Interpeleção ao Governo Regional sobre “Políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Mendes (*BE*), Carlos Ferreira (*PSD*), Jorge Jorge (*PSD*), as Sras. Deputadas Graça Silva (*PS*), Graça Silveira (*CDS/PP*), Maria João Carreiro (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*), Maria Isabel Quinto (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Findo este ponto, passou-se para o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI – “Cria um programa urgente de combate à precariedade laboral na administração regional”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado João Corvelo, participaram no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS/PP*), Paulo Mendes (*BE*), Bruno Belo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*).

De seguida passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 5/XI – “Antiga fábrica de álcool da Lagoa”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após ter usado da palavra o Sr. Deputado António Viveiros, intervieram no debate os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*).

Colocado à votação, o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Posteriormente passou-se para a [Petição n.º 46/X – “Maria Eugénia”, Barco Escola dos Açores](#), apresentada por Carlos Bulhão Pato, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), fizeram intervenções as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS/PP*), Susana Costa (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), António Viveiros (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Passou-se de seguida para o [Projeto de Resolução n.º 20/XI – “Garantia de reserva com confirmação prévia de lugar na tarifa promocional Interjovem”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, usaram da palavra os Srs. João Paulo Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo

Mendes (*BE*), a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi apresentado o relatório referente à [Petição n.º 48/X – “Contra a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”](#), apresentada por José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo, na qualidade de primeiro subscritor pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 47 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada, por favor.

Secretário: Bom dia.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria **João** Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, foi deliberado pela Conferência de Líderes que antes de iniciarmos a Agenda, propriamente dita, iríamos passar à apresentação e votação de votos de pesar.

Para o efeito, o primeiro voto que vamos apresentar e votar é o **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Urbano Dutra.**

Este voto é apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Manuel Urbano Dutra

Manuel Urbano Dutra, nasceu a 9 de outubro de 1940, no lugar de Santa Cruz, freguesia das Ribeiras, concelho das Lajes, Ilha do Pico e faleceu no dia 24 de janeiro do corrente ano.

Foi uma personalidade única no panorama cívico, educativo, político e cultural do concelho das Lajes e da Ilha do Pico. Homem simples de uma enorme generosidade e capacidade de angariar consensos, descendente de gente da terra e do mar, fez o magistério primário no antigo Liceu da Horta.

Para além da sua dimensão política, o Professor Manuel Urbano Dutra, foi um educador competente e criativo, iniciou a sua atividade profissional como docente na escola primária da freguesia da Ribeirinha, onde permaneceu durante alguns anos.

Prestigiado professor primário, manteve uma relação muito forte com a comunidade local e com os munícipes das Lajes, incentivando e preparando os jovens estudantes para os exames de admissão no antigo liceu da Horta.

Entre 1976 e 1985, foi eleito e exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico, o 1.º eleito democraticamente no contexto da instauração da Democracia em Portugal e da asserção da Autonomia nos Açores. Dirigiu o Concelho durante nove anos num período muito difícil e conturbado, fortemente assinalado pela instabilidade política e institucional, pela dificuldade económica e financeira nacional e regional.

Permanecerá na memória e história do concelho das Lajes como uma figura simbólica e pioneira da governação municipal em tempo de liberdade.

Cidadão participativo na comunidade Lajense, foi presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico, integrou a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia das Lajes do Pico, e fez parte de outras instituições da freguesia das Lajes. **Um legado assinalável, um testemunho cívico e político de um cidadão empenhado nas causas sociais e culturais da sua terra, que merece a mais profunda gratidão e que constitui um exemplo a seguir pelas novas gerações.**

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este Voto de Pesar, o qual deve ser dado conhecimento à sua filha e família, à Assembleia e Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 18 de abril de 2017

Os Deputados, *André Bradford, Mário Tomé e Miguel Costa*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PSD é com naturalidade que se associa ao voto pelo falecimento de Manuel Urbano Dutra, antigo Presidente da Câmara do PSD e também um exemplo de um cidadão, como vem referido no voto, um verdadeiro benemérito social.

Participou em muitas das associações e coletividades do concelho; foi membro durante muitos anos e participou na comissão instaladora, por exemplo, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens das Lajes do Pico; foi um cidadão exemplar; preparou muitos alunos para os antigos exames que haviam; foi um Presidente de Câmara nas épocas muito conturbadas, a seguir ao 25 de Abril, nas épocas de orçamentos muito limitativos e foi como pessoa, na sociedade, um cidadão exemplar.

É por isso que, com total naturalidade, o PSD associa-se a este voto.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo PSD, refere-se ao **falecimento de Victor Cruz**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
pelo falecimento do Sr. Victor do Carmo Cruz

Faleceu aos 86 anos de idade, no passado mês de setembro, o Sr. Victor do Carmo Cruz.

Foi um radialista, ainda no antigo Emissor Regional dos Açores, sendo bem reconhecidas e bem lembradas as suas tardes desportivas, por ele relatadas, a partir do campo de jogos Jácome Correia.

Foi empresário, colocou o Solar da Graça como uma referência gastronómica, cultural e social da Ilha de S. Miguel e dos Açores.

Foi cantor, apresentador e encenador em particular da revista “Açorianíssima”, que levou às nossas comunidades espetáculos memoráveis, também eles repetidos no Coliseu Micaelense.

Foi um dos fundadores das Festas do Espírito Santo, de Ponta Delgada e dos bailes do Coliseu, sendo que na área da comunicação social também se destacou, tendo sido o fundador da revista “Açorianíssima” e do jornal “Atlantico Expresso”, na altura de distribuição gratuita.

Dedicou toda a sua vida como profissional ao Consulado Americano e por via disso a ajuda de milhares de emigrantes açorianos ao longo de

muitos e muitos anos, tendo em sua homenagem fundado o Centro do Emigrante.

Por tudo isso, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta a esta Assembleia Regional um voto de condolências pelo falecimento do Sr. Vitor do Carmo Cruz.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2017

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Viveiros*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para associar a bancada parlamentar do PS a este Voto de Pesar e à homenagem que ele encerra à personalidade e à vida e atividade do Sr. Vitor Cruz.

Vitor Cruz soube interpretar, como ninguém, a alma açoriana e transportá-la, do ponto de vista da comunicação e do espetáculo, para um patamar diferente de projeção da nossa essência.

Fê-lo internamente, na Região; fê-lo criando novos meios de comunicação, novas abordagens contemporâneas, modernas às nossas tradições e fê-lo também, de uma forma muito eficaz, na ligação com as comunidades açorianas na diáspora.

O PS reconhece esse trabalho, reconhece esse mérito e por isso associa-se a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto, refere-se ao **falecimento de Monsenhor Augusto Cabral**.

É apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento do Monsenhor Augusto Cabral

Se há coisa que o tempo não estraga é a verdade, daí não nos fazer qualquer impressão apresentar, tanto tempo depois, por circunstâncias próprias dos trabalhos desta Assembleia, este Voto de Pesar e por isso mesmo limitemo-nos a umas rápidas referências.

Nasceu na freguesia da Fazenda do Nordeste e lá permaneceu os seus primeiros 11 anos de vida, o que já de si foi um facto porque era difícil viver no Nordeste naquela altura.

Vivia-se num regime duro e essa maneira de viver levou que a população fosse marcada por uma fosse marcada por uma certa tempera, força e carácter.

Os primeiros anos de vida de Augusto Cabral coincidiram e foram influenciados, igualmente com os preparativos e depois com a própria Segunda Guerra Mundial.

Tudo isto ajudou a criar um carácter generoso, simples, de proximidade e respeito das pessoas, mas ao mesmo tempo de exigência e rigor, uma vez que ele estava convencido que ajudaria as pessoas a prepararem-se melhor para os Açores.

E quando digo as pessoas é porque a sua generosidade, simplicidade e proximidade com o povo, crente, ou não, tudo isto deu um contributo fundamental para um maior entrosamento entre os crentes e a hierarquia da igreja e a própria sociedade.

Que os seus ensinamentos tenham ficado e se traduzam numa melhoria cada vez maior da Sociedade Açoriana onde desempenhou importante papel em diversas instituições, também elas importantes, religiosas a ligadas à Igreja Católica.

Monsenhor Augusto Cabral faleceu após luta prolongada com uma doença impiedosa a 21 de Dezembro passado, tendo como é natural a sua morte causado consternação, até porque se há uma coisa para a qual nos podemos preparar muito bem e na altura que ela sucede não estamos preparados, é a morte.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário a 18 de abril, emita o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Monsenhor Augusto Cabral.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família do Monsenhor Augusto Cabral, à Junta de Freguesia da Fazenda do Nordeste, à Câmara Municipal do Nordeste e à Diocese de Angra.

Disse.

Horta, 18 de abril de 2017

Os Deputados, *André Bradford e Pedro Moura*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao **falecimento de Monsenhor Augusto Cabral, agora apresentando pelo PSD**, tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR
MONSENHOR AUGUSTO CABRAL

Foi um desportista completo, um aluno brilhante, foi um jovem com todas as esperanças, desafios e confusões próprias da idade.

Cresceu espiritualmente, intelectualmente e fisicamente no Seminário de Angra.

Após a ordenação sacerdotal em 1960, na Sé de Angra, é colocado como prefeito do Seminário Maior, depois rumado a Salamanca para cursar ciências psicopedagógicas. Apresentou uma dissertação, tendo por base uma investigação que ficaria célebre na própria universidade, com que termina o seu percurso universitário com distinção.

Após a transferência para a Região das responsabilidades com o sistema público de educação, Augusto Cabral foi importantíssimo na organização e dotação de conteúdos do serviço de formação permanente de professores, tendo percorrido todas as ilhas a pedido da respetiva Secretaria Regional e integrado na equipa responsável por aquele serviço. No fim da década de 80, D. Aurélio Granada Escudeiro escolheu-o para seu Vigário Geral. Assume de peito aberto, mais uma vez, tarefa complicadíssima que consistiu em acompanhar os últimos anos do D. Aurélio à frente da diocese.

Após a tomada de posse de D. António de Sousa Braga, Augusto Cabral é chamado pela Conferência Episcopal Portuguesa para dar o seu contributo ao todo nacional, presidindo ao Secretariado Nacional da Educação Cristão. Têm o seu cunho e supervisão grande parte dos catecismos em uso na Igreja Católica em Portugal.

Finalmente, terminado o seu trabalho no Secretariado Nacional, foi chamado a presidir aos destinos do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres, cargo que exerceu entre 2011 e 2016.

A doença que o acompanhava desde princípios da década de 80, e que teimosamente sempre conseguiu ir iludindo e ultrapassando, foi-lhe mirrando o corpo, já de si seco. No entanto, sempre capacidade para dispensar um sorriso a quem com ele privava, por mais difícil que fosse a situação que lhe levava.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Augusto Cabral, do qual deve ser dado conhecimento à família e ao Dom João Lavrador, Bispo de Angra.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2017

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Viveiros*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último Voto de Pesar desta manhã refere-se ao **falecimento de Paulo Magalhães.**

É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar

Pelo falecimento de Paulo Magalhães

Paulo Eduardo de Moura Magalhães, nasceu a 8 de julho de 1961 e faleceu a 3 de janeiro de 2017, em Angra do Heroísmo na Ilha Terceira.

Acompanhou desde tenra idade o seu pai e a sua irmã nas idas ao mato para ver enjaular os toiros para as diversas touradas à corda, indo sempre às touradas dos estudantes e foi deste envolvimento com a tauromaquia que se tornou forçado desde 1979. Começou a pegar em 1979, na Tourada dos Estudantes, ano em que integrou o Grupo da Tertúlia Tauromáquica Terceirense e despediu-se a 4 de agosto de 1991, com 30 anos.

Era querido por todos os terceirenses.

Paulo Magalhães vivenciou todas estas emoções, mas quis elevar a paixão pelas touradas a um patamar mais alto e duradouro. Há já seis anos, desde 22 de agosto de 2010, que mantém a funcionar um Museu Taurino, na freguesia do Posto Santo, em Angra do Heroísmo.

A Tertúlia Tauromáquica Praiseira distinguiu Paulo Magalhães, a 10 de dezembro de 2016, na I Gala Tauromáquica pela “dedicação, empenho e valentia”.

Assim o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, a aprovação deste Voto de Pesar e que o mesmo seja dado conhecimento à mãe, à

irmã, à Secretaria Regional de Educação e Cultura, à Direção Regional de Educação e Cultura e à Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

Tenho dito.

Horta, 18 de abril de 2017

Os Deputados, *André Bradford, Isabel Quinto, Maria de Fátima Ferreira, Domingos Cunha, Francisco Coelho e Mónica Rocha*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com naturalidade que o Grupo Parlamentar do PSD, se associa a este Voto de Pesar.

Paulinho Magalhães, como era tratado entre amigos e aficionados da Terceira, foi sem dúvida um dos forcados que mais marcou qualquer das gerações na Ilha Terceira, não só em Angra do Heroísmo, mas também no grupo de forcados da Praia da Vitória.

Partiu precocemente, infelizmente, mas realmente deixou um legado que merece toda a nossa atenção: o seu museu, como é carinhosamente tratado na freguesia de Posto Santo e que nós todos temos obrigação de perpetuar a memória do Paulinho, através das peças e das recordações que lá estão.

Penso que será sempre uma grande figura dentro da tauromaquia na Ilha Terceira. É lembrado por todas as gerações de forcados,

independentemente das idades, desde os grupos juvenis aos grupos seniores e esperamos que assim se mantenha.

Um grande “olé” ao Paulinho Magalhães!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à Agenda da Reunião.

O primeiro ponto é a **Interpeção ao Governo Regional sobre “Políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, conforme define o artigo 132.º do Regimento e estão assim distribuídos:

O interpelante, o PS e o Governo Regional, dispõem de 32 minutos;

O PSD, 24 minutos;

O CDS, 15 minutos;

O BE, 12 minutos;

O PCP, 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM decidiu interpelar o Governo Regional a respeito de uma matéria que preocupa, certamente, o Governo

Regional e todas as representações e grupos parlamentares aqui representados: as políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores.

Estamos muito preocupados com as notícias chocantes que nos continuam a chegar a este respeito. Os órgãos de comunicação social noticiam, todas as semanas, novos casos de abuso sexual de menores. **Em junho de 2016, a RTP/Açores informava que o número de detenções nos Açores relacionadas com o abuso sexual de menores representa 15% do total nacional.** Trata-se de um número de detenções preocupante, tendo em conta que a população dos Açores representa apenas 2,34 % do total nacional.

No dia 24 de março, o mesmo órgão de comunicação social informava que **“as detenções devido a abusos sexuais a menores têm aumentado de forma significativa nos Açores. Só nos últimos 3 anos foram indiciadas 56 pessoas”**.

Em geral, os órgãos de comunicação social nos Açores têm denunciado, com vigor, um desproporcionado número de casos de abusos sexuais a menores nos Açores.

Noutras áreas, como na maternidade na adolescência, apesar dos grandes progressos registados, os valores alcançados continuam a ser muito preocupantes: **a taxa de fecundidade na adolescência nos Açores duplica a que se regista a nível nacional.**

O consumo de drogas e de álcool entre os jovens açorianos é muito elevado. De acordo com o Projeto de Resolução de iniciativa do BE, recentemente aprovado neste Parlamento, “os dados de 2011, que constam do Relatório Anual 2013, identificam consumos preocupantes na população escolar. Assim, e segundo esses dados, 14,7 % dos alunos do

3.º ciclo do ensino básico, quando questionados sobre os seus hábitos de consumo de substâncias psicoativas, assumiram o seu consumo, pelo menos uma vez, na sua vida (a maior taxa de prevalência de consumo do país). Ainda, segundo os mesmos dados, de 2011, no que concerne à prevalência de consumo nos últimos trinta dias, 9,1 % dos jovens questionados assumiram o consumo de algum tipo de droga (a maior taxa de consumo recente do país)”.

Por outro lado, o absentismo e o abandono escolar precoce, registados na Região, continuam, apesar dos progressos registados, a duplicar a média registada a nível nacional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vamos olhar com coragem política para esta matéria. Temos um enorme problema nesta área. Não aceito que se diga que é um problema exclusivamente político, relacionado com más políticas e a escassez de meios financeiros devotados às políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores. Essa é a desculpa fácil.

O problema é muito mais vasto do que isso e a responsabilidade deste estado de coisas recai sobre o conjunto da nossa comunidade. Da cumplicidade e da aceitação social deste tipo de situações. De quem olha para o lado e não age. De quem opta pelo silêncio cúmplice. Da imoralidade e da selvajaria de quem comete este tipo de atos contra crianças indefesas.

Não existem muitos inocentes nesta matéria. Quase todos nós, a começar por quem escreveu este discurso, temos o dever de fazer muito mais do que estamos a fazer. É justo reconhecer que, ainda assim, existem muitos

homens e mulheres que estão a fazer tudo o que lhes é possível para salvar o futuro e a felicidade das nossas crianças e jovens. São os heróis de um quotidiano difícil, que merecem o nosso reconhecimento e a nossa admiração.

Eu não posso aceitar que a nossa sociedade, impregnada de valores humanistas e solidários como poucas no mundo, não se empenhe totalmente neste combate pela defesa das nossas crianças e jovens. É urgente que o faça. Como disse um dia Gabriela Mistral, a Prémio Nobel da Literatura cujas obras foram, em parte, editadas por um açoriano da ilha do Corvo, “o futuro das crianças é sempre hoje. Amanhã será demasiado tarde”.

Temos de mobilizar a sociedade açoriana no combate a estas chagas sociais. Temos de usar as nossas escolas, as nossas instituições e pedir a ajuda de todos nesta batalha. Temos de divulgar este propósito e de utilizar todos os espaços de informação e interação social para promover esta nossa determinação e prioridade. O Governo Regional deve, lado a lado com o Parlamento, utilizar os meios necessários para mobilizar a sociedade açoriana para este combate civilizacional.

Na minha perspetiva falta-nos isso. Reconhecer a enorme dimensão do problema que estamos a enfrentar e definir como objetivo de todos – numa frente unida que ultrapasse divisões partidárias – a superação desta questão. Eu acho que é possível ganhar esta batalha pela dignidade, segurança e futuro das nossas crianças.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Termino esta intervenção, realizando três últimas referências. Considero que o Comissariado dos Açores par a Infância está a realizar um trabalho

notável, que merece ser reconhecido e estimulado. Não lhe devem faltar os meios financeiros adequados.

A segunda referência tem a ver a ver com o facto de eu achar que as nossas escolas não estão a fazer tudo o que podem e devem ao nível da prevenção e da sensibilização das nossas crianças e jovens em áreas como a prevenção dos consumos e a promoção e divulgação dos direitos das crianças e dos jovens e da proteção institucional a que podem acolher-se.

A tutela educativa deve providenciar os meios financeiros necessários e promover um plano estratégico para que seja realizado um esforço de prevenção e mobilização nesta área. A medida da nossa ambição nesta matéria já foi há muito escrita por Joaquim Nabuco: “O pouco serve hoje, o muito amanhã não basta”.

Finalmente, quero aqui deixar as questões que motivaram esta interpelação: o que foi feito pelo Governo Regional no âmbito das políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores e o que projeta o executivo fazer nesta área a curto e médio prazo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se o Governo vai usar agora da palavra?

Tem a palavra então a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma interpelação!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passados 14 meses da apresentação, nesta Assembleia, do Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Sociais de Análise e Avaliação das Políticas Públicas Regionais Açorianas de Proteção das Crianças - aprovado por unanimidade - toma a representação parlamentar

do PPM a iniciativa de trazer esta temática novamente a debate por via de uma Interpelação ao Governo.

É neste enquadramento que o Governo dos Açores entende, nesta primeira intervenção, elaborar um balanço, ainda que sintético, das recomendações produzidas e do trabalho entretanto desenvolvido, mas, mais do que isso, daquelas que são as iniciativas concretas deste Executivo para o futuro, tendo por base os desafios que ainda se colocam ao desenvolvimento integral e seguro das nossas crianças.

Importa, por isso, começar por reafirmar o nosso compromisso com o desenvolvimento de políticas públicas e medidas promotoras do bem-estar das crianças e jovens da Região como um dos principais eixos estratégicos com correspondência nos documentos de planeamento deste Executivo - todos eles aprovados recentemente por esta Assembleia - designadamente o Programa do Governo, as Orientações de Médio Prazo e o Plano Anual.

Naturalmente que abordar a promoção e proteção das crianças é olhar para cada uma delas individualmente, mas não pode deixar de passar por olhar também para as suas famílias ou cuidadores e para as instituições que as acolhem ou servem.

Acreditamos verdadeiramente que, para além do investimento em infraestruturas nas áreas da Educação, Saúde e Solidariedade Social, é essencial o investimento na capacitação dos recursos humanos e em projetos inovadores. Impõe-se, por isso, uma abordagem que alavanque estes 3 eixos, que seja transversal a todos os domínios da ação governativa e, não menos importante, que seja capaz de envolver a comunidade em geral, designadamente todas as nossas instituições parceiras.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O relatório aprovado em fevereiro passado concluía pela constatação da transversalidade governamental de intervenção nas áreas da Infância e Juventude e pela evolução positiva, quer em quantidade quer em diversidade, das respostas regionais, dando inclusive como exemplo os apoios prestados às famílias, o investimento no ensino pré-escolar ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tiveram 14 meses para ler o relatório!

A Oradora: ... e a existência de serviços de vigilância materno-infantis em todos os centros de saúde.

Referia ainda como positivas a crescente consciencialização e corresponsabilização da população em matéria de proteção das crianças e a existência de CPCJ em todos os concelhos da RAA.

Como aspetos positivos mais específicos, o relatório salientava o reforço gradual dos docentes do Ensino Especial (a par do que se regista com os docentes de Português e Matemática); a cobertura de 100% das Equipas de Saúde Escolar; a existência do Sistema de Vigilância dos Comportamentos de Risco; a existência de respostas sociais dirigidas à Infância e Juventude em todos os concelhos da RAA ou ainda a evolução positiva dos contratos de cooperação com IPSS e Misericórdias nesta mesma área.

Relativamente às recomendações de carácter específico, o grupo de trabalho sinalizou a necessidade de intensificar a formação para pessoal docente e não docente na rede de ensino público da RAA, que permita aos agentes funcionar como parceiros na deteção de sinais de alarme. Neste âmbito, destaco a implementação do Programa de Prevenção da Violência e Promoção da Cidadania em Meio Escolar, em curso já no

corrente ano letivo em todas as escolas (22) do 3.º ciclo de São Miguel e Terceira, e que decorrerá também em 2017/2018. Este programa tem como objetivo diminuir os índices de violência e indisciplina na escola e promover a cidadania, incrementando valores de tolerância, solidariedade, empatia, amabilidade, respeito pelo próximo e altruísmo nos alunos.

Para esse efeito está a ser garantida formação ao pessoal docente e não docente com o objetivo de aumentar competências na gestão comportamental, na gestão de conflitos e no apoio aos alunos vítimas, agressores e espectadores de situações de violência. Estão envolvidos neste programa 200 coordenadores e mentores, entre docentes, psicólogos, técnicos de serviço social, assistentes técnicos e operacionais e outros.

Do relatório constava ainda a necessidade de garantir o funcionamento das equipas de intervenção precoce, assim como a formação contínua para os seus elementos.

Torna-se, portanto, relevante referir que a rede regional de intervenção precoce é atualmente constituída por 17 Equipas Técnicas de Intervenção Precoce, distribuídas pelas 9 ilhas dos Açores, coordenadas por uma Equipa de Coordenação Regional, abrangendo crianças dos 0 até à idade de ingresso no pré-escolar ou na escolaridade obrigatória, com alterações nas funções ou estruturas do corpo ou com risco grave de atraso no desenvolvimento.

Ao longo dos últimos dois anos foram aperfeiçoados os instrumentos de trabalho e definidas diretrizes de práticas de intervenção adequadas, no sentido de promover as respostas atempadas às crianças e às famílias.

As equipas foram reforçadas com recursos humanos de áreas de intervenção com capacidade de dar resposta às necessidades das crianças referenciadas e investimos na formação das equipas nas áreas de “avaliação do desenvolvimento infantil em intervenção precoce”, “perturbações da relação e da comunicação” e na “classificação internacional da funcionalidade, incapacidade e saúde”.

No que às recomendações dirigidas à área da Solidariedade Social diz respeito importa fazer referência expressa a 2 aspetos:

1. A intensificação da formação para os funcionários da Rede de Equipamentos Sociais, em especial dos lares de acolhimento de crianças e jovens;
2. A agilização e alargamento dos programas de educação parental.

A qualificação dos recursos humanos das casas de acolhimento tem vindo a ser intensificada desde o início de 2016, através de diversas ações de formação dirigidas às equipas técnicas e restantes colaboradores das estruturas de acolhimento residencial de crianças e jovens.

Durante o ano de 2016, foram efetuadas ações de formação nas seguintes áreas:

- Prevenção, deteção e intervenção no abuso sexual de menores em contexto de acolhimento (77 ajudantes de lar);
- Práticas educativas e de suporte emocional a crianças e jovens (111 colaboradores);
- Hábitos e métodos de estudo (108 colaboradores);
- Partilha de boas práticas na intervenção em acolhimento residencial de crianças e jovens (35 técnicos superiores);
- Trabalho em equipa (24 colaboradores);
- Gestão emocional e violência no namoro (24 colaboradores).

Para além das ações de formação acima descritas, teve início, no final de 2016, a implementação do “Programa de Educação Afetivo-Sexual e Prevenção de Abusos”, em parceria com a Associação de Planeamento Familiar e Saúde Reprodutiva- Açores, a Associação para a Promoção Social e da Saúde, a Casa do Povo de Santa Bárbara, a Universidade dos Açores e a Rede de Casas de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens das ilhas Terceira e São Miguel.

Entre 2011 e 2016 foram implementados na Região 88 grupos de educação parental, englobando todos os eixos de intervenção, intensificando progressivamente a abrangência desta intervenção em São Miguel, Terceira e Faial. Foram integrados no programa, até ao final de 2016, 659 pais e outras figuras parentais e 635 crianças.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até parece que ainda não existe comissariado!

A Oradora: Importa referir que, por forma a proceder ao alargamento do programa de Educação Parental nos seus diversos eixos e em diferentes ilhas, foi necessário desenvolver formação específica para os técnicos que dinamizam o programa, que avança agora para a ilha do Pico.

Sra. Presidente, sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A lei de proteção das crianças e jovens em situação de perigo define como seu objeto a Promoção dos Direitos e a Proteção da Criança, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, ao mesmo tempo que enuncia princípios a que deve obedecer a intervenção nesta área, nomeadamente, o Superior Interesse da Criança, a Intervenção Precoce, a Responsabilidade Parental e a Prevalência da Família.

Assim, o Governo dos Açores atua, como sempre atuou, no sentido de assegurar o desenvolvimento de políticas (programas, projetos e ações)

promotoras desses princípios, de que são exemplo alguns dos que mencionei anteriormente.

Importa, contudo, olhar o futuro. Olhar o futuro das crianças dando continuidade e reforçando os programas que revelam bons resultados, mas, sobretudo, mantendo o espírito crítico e inovador que a realidade nos impõe.

Neste sentido, o Governo dos Açores entende que é absolutamente estratégico e, por conseguinte, está totalmente empenhado em melhorar os instrumentos de planificação, articulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de proteção das crianças.

Assumimos, por isso, como principal objetivo nesta Legislatura a operacionalização do Comissariado dos Açores par a Infância, o qual comporta no exercício das suas competências - legalmente previstas e já vertidas no Plano de Atividades (devidamente homologado) - a promoção da qualificação da intervenção das entidades com competência em matéria de Infância e Juventude; a melhoria da articulação entre as diversas entidades que integram o sistema, reforçando a natureza integrada da sua intervenção; e a elaboração da estratégia para a concretização da Convenção dos Direitos da Criança na RAA.

Neste domínio, permitam-me que saliente a importância que pretendemos conferir à componente formativa e de acompanhamento técnico das CPCJ. Este era um aspeto sinalizado como uma fragilidade por todas as CPCJ da RAA e que o Governo assume como responsabilidade através da criação do Comissariado. Daí que pretendemos assumir uma lógica de formação inicial e contínua, assente num trabalho de levantamento de necessidades que culminará na apresentação de um programa de formação anual e de programas técnico-pedagógicos.

Relativamente ao acompanhamento técnico, importa referir que já se encontra constituída a equipa técnica de apoio e que centraremos a ação dessa equipa no aprofundamento da articulação entre as CPCJ, os organismos e serviços da comunidade e o Ministério Público, mas também na análise permanente do funcionamento, da organização e da atividade processual das CPCJ, com o intuito de caracterizar a situação das crianças e jovens integrados no Sistema de Promoção e Proteção e de promover as melhorias tidas como necessárias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sistema de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças (Lei 142/2015, de 8 de setembro) define 3 níveis de intervenção: o das entidades com competência em matéria de Infância e Juventude, o das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e o dos tribunais.

São evidentes as responsabilidades do Governo dos Açores no que ao primeiro nível de intervenção diz respeito. É igualmente claro que o Executivo confere nova dimensão a essa responsabilidade através da criação do Comissariado dos Açores par a Infância, no apoio técnico e monitorização do trabalho desenvolvido pelas CPCJ.

Não gostaria, por isso, de deixar de reafirmar que o Governo dos Açores nunca descurará o seu papel ou a sua responsabilidade na criação e melhoria de estruturas e respostas para todas as crianças e jovens da Região que delas precisem em função dos mais variados contextos.

Não obstante, da mesma forma que reconhecemos que as medidas reparadoras são fundamentais na vida das crianças e das famílias, reconhecemos igualmente que a prevenção e intervenção precoce assumirão a prioridade da nossa intervenção no futuro.

Nesse sentido, confirmo a opção deste Executivo pelo reforço dos programas preventivos, designadamente, dos programas de Educação Parental, procurando não apenas cultivar, mas garantir que a proteção comece no seio familiar; o reforço da Intervenção Precoce; o apoio e a contínua qualificação do trabalho desenvolvido pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens na sua modalidade alargada; e, naturalmente, o aperfeiçoamento da Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Abuso Sexual de menores.

Assim, já neste ano, o Governo dos Açores pretende reforçar e alargar o Programa de Educação Parental, designadamente à ilha do Pico. Apostamos fortemente na aplicação deste programa, o qual se tem revelado muito positivo ao nível do aumento das práticas parentais positivas e na redução do número de problemas de comportamento das crianças /jovens.

Pretendemos ainda implementar uma Casa de Acolhimento Especializada destinada a jovens adolescentes do género masculino com problemáticas do comportamento e de saúde mental, já no início do segundo semestre do corrente ano, estando prevista a criação de resposta idêntica para o género feminino no decurso do próximo ano.

Também em 2017 pretendemos consolidar a prevenção primária de abusos sexuais sobre o público infantil e juvenil em dois domínios, nomeadamente junto dos alunos do 2.º ciclo do ensino básico e com a rede de casas de acolhimento residencial de crianças e jovens das ilhas de São Miguel e Terceira, dando corpo, neste último, ao “Programa de Educação Afetivo-Sexual e Prevenção de Abusos dirigido a crianças acolhidas entre os 6 e os 12 anos.

Minhas Senhoras e meus senhores,

Boas fundações sociais e emocionais durante os primeiros anos das crianças, a segurança e competências parentais em famílias vulneráveis, a promoção de estilos de vida saudáveis e boas experiências educativas são absolutamente determinantes para os percursos de vida individuais e, por conseguinte, sinónimo de uma comunidade saudável.

Porque garantir o melhor começo de vida às nossas crianças é o nosso compromisso; porque garantir apoio e fomentar a resiliência, ao mesmo tempo que se reduz a exposição, a severidade e a complexidade de contextos vulneráveis é a nossa missão; a prevenção é, inequivocamente, a nossa aposta e a nossa prioridade.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Consideramos que este debate é especialmente oportuno uma vez que permite pôr o dedo numa das grandes e profundas feridas da nossa sociedade, que é a de, apesar de toda a evolução tecnológica, do progresso económico e social nos nossos países modernos e desenvolvidos, continuamos a não conseguir proteger, nem garantir a

todas as crianças os direitos humanos mais básicos. E isto mesmo é verdade também na nossa Região.

Se estamos convictos que a preocupação com as nossas crianças nos une, sabemos que o diagnóstico das causas que estão na raiz dos seus problemas nos divide. E para o PCP, as raízes da questão criminal estão no problema social.

Assim, por incómodo que isto possa ser para algumas das forças políticas aqui presentes, temos de falar da pobreza e das condições sócio-económicas e laborais das famílias, porque essas são as causas profundas das ameaças e atropelos aos direitos das nossas crianças.

Sendo as crianças e jovens, dos zero aos 17 anos, o grupo mais afectado pelo risco de pobreza, a nível nacional, importa salientar que os principais fatores que afectam a pobreza infantil são a situação laboral dos pais, associada ao seu nível de educação, a composição do agregado no qual a criança vive e a eficácia da intervenção pública através dos apoios sociais e dos serviços públicos.

Assim, o retrocesso generalizado nas condições de vida e de trabalho das famílias dos últimos anos afectou profundamente as nossas crianças.

De igual modo, foram as crianças as primeiras e principais vítimas da redução generalizada das prestações sociais, em especial daquelas com maior incidência nas famílias, como sejam o abono de família e o apoio da ação social escolar, mas também das prestações substitutivas de rendimentos de trabalho perdidos, como as prestações de desemprego, as atribuídas em situação de maior carência, como o rendimento social de inserção.

Ao que ainda poderíamos acrescentar outras medidas que afectaram seriamente as famílias e os seus rendimentos, como a imposição de taxas

moderadoras na saúde, os custos com a educação e com os bens e serviços essenciais, como água, electricidade ou alimentação.

Deputado André Bradford (PS): Seja honesto!

O Orador: Mas a própria degradação da qualidade do emprego e das condições laborais foram de especial gravidade para a protecção das nossas crianças e efectivação dos seus direitos. À generalidade dos trabalhadores foi-lhe negado o direito de terem o tempo diário necessário ao acompanhamento dos seus filhos. A flexibilização dos horários de trabalho, a generalização de regimes de trabalho por turnos, o aumento puro e simples dos horários ou o trabalho que os pais se vêm forçados a realizar depois das horas de expediente são factores que também penalizam as nossas crianças e sobre os quais é necessário reflectir neste contexto.

Não é possível abordar os problemas das nossas crianças e as ameaças aos seus direitos sem perspectivarmos também estes problemas e sem criticar as políticas que os criaram e agravaram.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

O que colocámos são questões concretas que afectam negativamente as nossas crianças e os seus direitos. Mas, longe de esgotar o assunto, queremos colocar ainda uma pergunta, também ela muito concreta e objectiva, ao Governo Regional:

O PCP defende que as crianças devem ter garantida uma infância plena de direitos, com saúde, educação, habitação, em condições de igualdade, e sem que o acesso a estes direitos lhes seja restringido com base em critérios economicistas.

Pensamos assim que se trata de uma discriminação injusta e inaceitável que este Governo Regional lança sobre as crianças açorianas, não lhes garantindo iguais condições para o sucesso escolar, fazendo com que a bolsa dos pais e a sua capacidade comprarem ou não os dispendiosos manuais escolares, se torne um selector social que atinge as mais pobres das nossas crianças e jovens.

Deputado André Bradford (PS): O senhor onde é que está?

O Orador: Assim, pergunto: Porque razão as crianças açorianas não têm direitos iguais às restantes crianças portuguesas em relação à atribuição gratuita dos manuais escolares?

O que justifica esta discriminação?

Aguardamos a vossa resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria felicitar o Sr. Deputado Paulo Estêvão, por trazer aqui esta matéria, também o Governo por ter dado os esclarecimentos, e o debate que se vai seguir aqui hoje.

Mas não podia deixar de fazer, aqui, uma referência, a um assunto que está na ordem do dia, que tem vindo a ser muito badalado, num primeiro órgão da autonomia em que se discute políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens da Região Autónoma dos Açores, deve ser um tema que interessa a todos, devia ser do conhecimento de toda a sociedade açoriana o que é discutido aqui dentro, e devíamos ter todos os meios para que todos pudessem aceder.

Infelizmente, infelizmente, devo dizer que contra àqueles que são contra um Canal Parlamento, que queremos criar, para que todos possam ver, estamos neste momento a assistir a RTP Açores a transmitir a RTP informação nacional.

Isto sim, é que é lamentável!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

A Sra. Secretária começou por salientar, e com toda a razão, que em 2015, ou seja há relativamente pouco tempo, fruto de uma Resolução desta Assembleia, foi constituído um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, para análise e avaliação das políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças.

Desse grupo de trabalho, resultou um relatório com apreciações tecidas por várias entidades governamentais e não governamentais.

Aliás, também recorro que esse grupo de trabalho nasceu de uma iniciativa parlamentar, também aqui recordada pela Sra. Secretária, da Representação Parlamentar do PPM.

Desse mesmo relatório resultaram, e a Sra. Secretária referiu, 25 recomendações, e não só sobre essas recomendações, mas também sobre algumas das considerações que foram tecidas pelas várias entidades, que farei um conjunto de questões, não só à Sra. Secretária, como também gostaria de fazer a outros Membros do Governo, que infelizmente estão

ausentes e penso que a Sra. Secretária referiu, e com razão, que esta é uma preocupação que não é exclusiva da sua Secretaria Regional, mas que é uma preocupação transversal a várias Secretarias Regionais. Aqui seria importante podermos também contar com a presença, não só da Sra. Secretária, mas também do Sr. Secretário Regional da Educação e também, por que não, do Sr. Secretário Regional da Saúde.

A maior parte das questões que eu aqui tinha para colocar, inseriam-se no âmbito da formação, que foi uma das falhas apontadas no relatório do grupo de trabalho.

A Sra. Secretária respondeu bem, digamos, a quase todas as questões que eu tinha no âmbito da formação, mas é claro que as questões que eu tenho para colocar não se limitam ao âmbito da formação.

Por isso gostaria de questionar a Sra. Secretária acerca da linha SOS Criança, que foi referida no relatório pela entidade que a gere nos Açores. À época, uma das queixas é que esta linha contava com poucos profissionais, à época contava somente com um profissional, com um técnico.

Nós gostaríamos então de saber se a sua Secretaria já disponibilizou mais recursos para possibilitar a contratação de mais técnicos e quantos técnicos estão atualmente ao serviço da linha SOS Crianças?

Quanto aos lares de infância e juventude, nós gostaríamos de conhecer as respostas que o Governo Regional tem para fazer face ao acolhimento e transição para uma vida independente, destinadas a jovens que saem destas valências e se pretende aumentar o número de valências e respetivos profissionais qualificados que prestem apoio a estas respostas? Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A proteção das crianças e jovens é uma matéria tão relevante e sensível que deve merecer um debate responsável e esclarecedor nesta Assembleia e deve também chamar toda a sociedade a refletir e cada um de nós a cumprir o seu papel.

Em quarenta anos de democracia foram dados passos importantes em Portugal e também nos Açores, mas há ainda muito por fazer.

De 2013 para 2016 quadruplicaram nos Açores as detenções por abuso sexual de crianças, o que resultará de uma abordagem mais eficaz dos órgãos de polícia criminal, mas demonstra também uma realidade escondida que nos deve envergonhar a todos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que deve obrigar quem tem responsabilidades, neste caso o Governo Regional, a tomar medidas cada vez mais eficazes e abrangentes para abordar o fenómeno, quer na vertente preventiva, e fundamentalmente na vertente preventiva, quer nas componentes complementares.

De facto, tendo sensivelmente 2,40% da população nacional, os Açores têm 15% dos detidos a nível nacional, por abuso sexual de crianças e jovens. Uma taxa de incidência elevadíssima que nos coloca nos piores lugares do País, à semelhança do que acontece com a violência doméstica ou com as dependências.

Refira-se que estamos a falar de um crime em que as cifras negras são elevadíssimas, ou seja, a percentagem de casos de crime que não chegam ao conhecimento das autoridades é extremamente elevada, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... fundamentalmente porque estamos a falar de um fenómeno que acontece no ambiente intrafamiliar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Há assim muito a fazer e é fundamental que o Comissariado para a Infância comece a assumir efetivamente as suas funções e comece a realizar o trabalho que tem que ser feito nesta área, na Região Autónoma dos Açores.

É essencial reforçar o alerta comunitário para este gravíssimo problema social, o que nos abrange a todos: profissionais de saúde, da área a ação social, profissionais das forças e serviços de segurança, vizinhos, familiares, todos nós temos um papel importante e é essencial reforçar este alerta.

É também fundamental reforçar os meios das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, cujos técnicos se sentem, muitas vezes, sozinhos e estas comissões continuam a viver muito mais à custa do espírito de sacrifício de cada um dos técnicos, do que dos meios e do modelo proporcionado pelo Estado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é também fundamental saber, Sra. Secretária, e esta é a primeira questão que lhe colocava, o que está a falhar?

A Sra. Secretária Regional descreveu várias medidas adotadas pelo Governo, para abordar este fenómeno, os resultados são publicamente conhecidos e extremamente negativos e por isso pergunto, Sra. Secretária, o que está a falhar? Que medidas tenciona o Governo adotar para tornar mais eficazes as políticas públicas nesta área?

E, pergunto-lhe também, qual o ponto de situação da reabilitação de agressores sexuais, no âmbito da estratégia regional de prevenção e combate ao abuso sexual de crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se há matéria em que o PS e o Governo se podem orgulhar, de terem feito um bom trabalho, é exatamente na matéria que hoje estamos aqui a discutir...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nota-se! Vai parar a todos os caminhos!

A Oradora: ... e que deve ser motivo de orgulho, não só para o PS, mas para todos nós.

Esta é uma área que abrange estruturas físicas, recursos humanos, projetos e ações, que se dividem um pouco por toda a ação governativa, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estão orgulhosos de tudo!

A Oradora: ... com especial enfoque na solidariedade social, na saúde e na educação, numa resposta verdadeiramente regional.

Se por um lado, dado esta abrangência, a matéria aqui em discussão, assume uma particular complexidade, por outro lado é bastante desafiante percorrermos todas estas várias áreas e em cada uma delas encontrarmos respostas e desafios.

Como abrangente é, aliás, a estratégia de combate à pobreza e à exclusão social, que confere grande relevo às crianças e jovens, em que o PS se tem concentrado de forma particular.

Tal como já foi lembrado pela Sra. Secretária, na sua intervenção, e até também pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e por outros intervenientes, há cerca de um ano foi apresentado nesta Casa o relatório final de um grupo de trabalho (e permitam-me a referência mais pessoal que tive o privilégio de coordenar) que visava a análise das políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças, portanto uma temática que se aproxima bastante daquilo que hoje debatemos.

O conjunto de conclusões e de recomendações patentes nesse relatório, ilustram bem o muito que se tem feito nesta matéria, apontando, no entanto, aspetos a melhorar e que estão, como percebemos, na intervenção da Sra. Secretária, já implementadas, a implementação ou perspectivadas a breve trecho.

Como nos parece claro, e não podendo deixar de fazer essa referência, ainda que ela tenha sido já aqui referida, a criação recente do Comissariado dos Açores par a Infância e a sua entrada em funcionamento pleno, vem dar resposta a várias dessas recomendações, bem como a uma reivindicação antiga da Região, de descentralização de competências da comissão nacional, passando estas a ser assumidas por um organismo regional, em funcionamento próximo e estreito acompanhamento com as CPCJ da Região, que têm desempenhado um

papel fundamental e incontornável nesta área, em todos os concelhos dos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pelos resultados que tem, não me parece que isso seja verdade!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falou-se aqui da questão do abuso sexual de menores na Região. É um problema demasiado sério, Srs. Deputados, para dele se fazer uma arma de arremesso político.

A Região tem, todos temos, uma responsabilidade preponderante na prevenção, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ou faz-se como a avestruz, mete-se a cabeça na areia!

A Oradora: ... para isso concorrem desde as CPCJ, a cada uma das estruturas e respostas sociais, que operam na infância e juventude, ou seja, temos uma sociedade cada vez mais sensibilizada, mais desperta, mais consciencializada para a denúncia e menos tolerante em relação a este crime enorme ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas depois não compreendemos o aumento do número das denúncias.

Temos de ser mais coerentes na leitura desta realidade.

Como já referiu, em 2015, o Sr. Juiz Moreira das Neves, relativamente a esta matéria e à leitura das denúncias efetuadas nos últimos tempos, também o Sr. Coordenador Regional da Polícia Judiciária, recentemente, já este ano, em entrevista, referiu exatamente o facto de a sociedade açoriana estar mais desperta - quer a sociedade açoriana, quer até a

comunicação social - para este crime hediondo e por isso também mais desperta para a denúncia.

Para além disso, sendo um crime e transitando por isso para o domínio da justiça, há que referir que correspondeu em 2016, a 1,2 das situações analisadas pelas CPCJ na Região, um número que obviamente muito nos preocupa, mas que não pode servir para secundarizar outras questões, também elas relacionadas com a infância e juventude.

Sra. Secretária, dirijo-me agora diretamente a si.

Deputado Paulo Parece (PSD): Para lhe fazer um elogio!

A Oradora: Fez uma referência na sua intervenção a um tema que nos é muito caro e que mereceu a atenção do grupo de trabalho, a educação parental.

Temos vindo a perceber que há um vasto trabalho nesta matéria, no entanto gostaria que nos desse uma visão mais detalhada da sua evolução, ou seja, de que ponto partimos e em que ponto estamos?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de começar por referir que o facto de estarmos aqui, hoje, a debater os direitos e a proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores, é por si só representativo do enorme salto civilizacional que demos, o que permitiu que hoje estas matérias sejam objeto de debate público e consciência social.

No entanto, e no que se refere às políticas públicas que visam garantir às nossas crianças os direitos que lhe estão consagrados, apesar de todas as

infraestruturas, de todas as respostas sociais e das muitas comissões criadas, a realidade é que temos crianças cuja única refeição que fazem por dia é na escola, a realidade é que continuamos a ter muitas das nossas crianças a viver em habitações degradadas, a realidade é que temos o maior abandono escolar de Portugal e a realidade é que temos o maior consumo de drogas em jovens e crianças do 3.º ciclo.

Portanto, as respostas que o Governo dá, em matéria de políticas públicas da proteção das nossas crianças, são claramente ineficazes.

Sras. e Srs. Deputados:

A violência infantil é uma realidade que não se restringe apenas aos agregados familiares mais desfavorecidos, antes pelo contrário, é uma realidade que é transversal a todas as classes sociais, apesar de nas classes sociais mais elevadas ser, às vezes, mais difícil a sua sinalização.

No entanto, a verdade é que o aumento do desemprego, o aumento da precariedade laboral, levam à instabilidade dos agregados familiares, muitos deles agravados com situações de alcoolismo, o que obviamente conduz a um aumento do número dos casos de maus tratos às nossas crianças.

Temos sido bombardeados, na comunicação social, com relatos de casos de maus tratos e abusos de criança que, infelizmente, não nos surpreendem, mas que nos chocam, que nos revoltam e que por isso não nos podemos nem silenciar, nem conformar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Estas são crianças que ficarão marcadas para toda a vida, muitas delas sofrendo em silêncio - ou por vergonha, ou por medo, ou por sentimento de culpa, ou até porque tornaram-se incapazes de confiar no outro - porque os adultos que as deviam ter protegido, não o fizeram.

A questão que se coloca é se, a frequência com que estes casos, agora trazidos à comunicação social, correspondem efetivamente a um aumento do número de casos na Região?

Infelizmente, os relatórios anuais da avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, não apresentam dados por Região, esta foi também uma das conclusões da comissão de trabalho, que há um ano tivemos oportunidade de discutir nesta Casa.

Portanto, eu pergunto Sra. Secretária, quantas crianças são hoje, ainda, vítimas na Região de mais tratos? Quantas crianças são vítimas de abuso? Quantas crianças são vítimas de negligência? E, quantas crianças são, ainda hoje, abandonadas na Região?

Infelizmente, há ainda hoje nos Açores, muitas vidas de crianças e jovens, ensombradas pelo espectro do abuso e de ameaças.

Infelizmente, temos ainda um longo caminho a percorrer, no sentido de garantir que cada criança, nos Açores, tenha efetivamente direito a uma infância feliz e segurança!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tive a oportunidade, na minha intervenção inicial, de referenciar que esta situação da violência que as crianças estão a sofrer nos Açores, é um assunto que extravasa a atividade governativa e por isso eu lancei o desafio ao Governo e ao Parlamento, a todas as forças políticas que aqui

estão representadas, o Governo não consegue solucionar sozinho esta questão. Não consegue porque é uma questão muito mais vasta.

Eu acho que a questão se resolve com mobilização da sociedade açoriana, porque nas primeiras circunstâncias as pessoas olhavam, com alguma vergonha, para estes dados e eu fiz uma recolha das notícias que foram publicadas só para 2016 e há um gotejar permanente de notícias sobre crimes de violação e de coação sexual: 18 de fevereiro de 2016, é noticiado um crime de violação e de coação sexual, idade da vítima, 12 anos; 5 de março de 2016, abuso sexual, idade das vítimas, que são 6, de 8 a 12 anos; 25 de março de 2016, várias crianças, cujas idades não são referenciadas; 1 de abril de 2016, mais uma criança com 13 anos; 9 de junho, abuso sexual, uma criança com 13 anos; 16 de junho, abuso sexual, uma criança com 4 anos; 24 de agosto de 2016, uma criança com 6 anos; 25 de agosto de 2016, uma criança com 10 anos; 10 de setembro de 2016, várias meninas, entre os 12 e os 14 anos; 7 de outubro de 2016, várias meninas, entre os 4, 6 e 9 anos; 13 de outubro, mais uma menina com 13 anos; 19 de outubro de 2016, mais uma menina, com 7 anos; 14 de dezembro, 3 meninas com 8, 9 e 12 anos, e assim sucessivamente.

Portanto, estas notícias são inquietantes, esta é uma situação e é apenas aquilo que nós conhecemos, é aquilo que está à superfície daquilo que nós conhecemos, daquilo que as polícias detetaram, daquilo que as comissões detetaram.

Há um mundo de situações que ocorrem que não é do nosso conhecimento e que nós não conseguimos detetar.

É evidente, que eu considero que esta situação deve ser enfrentada pelo poder político, por todos nós.

Eu, aqui, ao contrário do que o PS afirmou, este debate - que eu tenho visto por parte das diversas intervenções, das diversas forças políticas - não foi lançado numa base demagógico, não foi lançado numa base de remeter as culpas para o Governo, muito pelo contrário, foi lançado numa perspectiva de dizer que este é um problema nosso, da nossa comunidade e que existe um papel a desempenhar por todos nós e que esta união de esforços, este reconhecimento que temos um problema grave e esta mobilização da sociedade dos Açores, se faz com todos. O Governo dos Açores é um protagonista essencial, tem os meios, mas não consegue resolver este problema sozinho e evidentemente o Parlamento enquanto representante de toda a sociedade açoriana e de vastos setores de opinião muito diversificados, também pode, e deve, dar um contributo nesta matéria.

Portanto, esta discussão foi lançada numa base razoável e foi lançada numa base em que todos contam, em que as culpas não são apenas de alguns, a culpa aqui é do conjunto da comunidade, nós temos realmente que fazer mais do que estamos a fazer e, evidentemente, eu considero que é possível fazer este esforço, mas este esforço depende, torno a repetir, e termino, da mobilização de todos os açorianos, do povo dos Açores.

É um problema, temos que reconhecer, mas é um problema que nós temos a capacidade para resolver e também porque temos os valores corretos, enquanto povo, de humanismo, de solidariedade que se manifesta em tantas das nossas atividades culturais e sociais, nós temos os valores para resolver este problema e para retirar os Açores destes lugares em termos de índices que nos envergonham profundamente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, queria começar por responder a questões mais particulares, que foram aqui colocadas, designadamente pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, no que se refere à linha SOS Criança, que é desenvolvida pelo IAC na Região, designadamente na Ilha de S. Miguel e que conforme chamou a atenção, e muito bem, o grupo de trabalho recomendava o reforço de pessoal para essa linha.

De facto, o reforço já ocorreu no final do ano passado, em novembro do ano passado, com mais um técnico superior da área da psicologia, e que vem, no fundo, corresponder às necessidades manifestadas pela instituição e que, naturalmente, também o Instituto de Segurança Social dos Açores corroborava, não só permitindo um melhor desenvolvimento desse trabalho, como, inclusivamente, o alargamento das funções, até então exercidas.

Ao nível das medidas de transição para a vida ativa. Existem nesta altura, em S. Miguel, e penso que se referia às questões das crianças e jovens acolhidos e depois a correspondente transição para a vida ativa, e nessa medida existem já respostas, em S. Miguel, que correspondem a essa necessidade, naturalmente que o acolhimento, como sabe, muitas vezes prolonga-se até aos 18 anos e pode ir, de facto, até aos 21 anos, se os jovens assim o desejarem e é fundamental que, durante esse percurso, se trabalhe a autonomia dessas crianças e desses jovens e uma das áreas que é, de facto, essencial, é disponibilizarmos as casas que permitem esse trabalho de autonomização, o que já acontece, de facto, em S. Miguel.

Na Ilha Terceira, a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, tem um trabalho, pese embora não exista uma casa qualificada como casa de

transição para a vida ativa, existem, de facto, unidades, designadamente o sexo masculino que trabalham muito essa componente e com muito sucesso, designadamente a integração no mercado de trabalho, inclusivamente,

Depois, a Sra. Deputada Graça Silveira, falou aqui na questão dos relatórios das CPCJ e na necessidade da sua disponibilização de dados a nível regional.

Esse, de facto, é um dos aspetos mais importantes, que o Comissariado dos Açores para a Infância, nos permite, e nos vai permitir daqui em diante, é termos os dados regionalizados.

Isso já aconteceu, o Comissariado dos Açores para a Infância já produziu esse primeiro relatório, nos termos daquilo que a legislação dispõe, até 31 de março de 2017. Foi disponibilizado, já consta do portal dos Açores e já nos permite fazer umas avaliações, embora com dados ainda relativos a pouco anos, mas que nos vai permitir tirar algumas conclusões, designadamente à Sra. Deputada Graça Silveira, permite consultar alguns dos dados, que são mais importantes, mas que eu aproveito para dar a conhecer a todos.

De facto, no ano de 2016, o volume processual foi de 3 183 processos, e vem confirmar uma tendência para a diminuição do número de processos nas CPCJ dos Açores, com uma redução, muito significativa, dos processos transitados, o que veio revelar, na análise que é feita pelo Comissariado e consta do relatório, uma maior rapidez ou uma maior celeridade e eficácia no trabalho desses processos, mais de acordo com os prazos que a lei prevê, ao nível da duração dessas medidas de promoção e proteção, evitando o prolongamento dos processos para além do prazo.

Esse é um dos aspetos que releva e penso que é importante que todos, de facto, tenhamos conhecimento e consciência.

Depois, importa também, que se saiba que de facto, as entidades que mais sinalizam casos para as CPCJ, são as autoridades policiais e os estabelecimentos de ensino, ou seja, os estabelecimentos de ensino, já funcionam, hoje em dia, como era referido no relatório produzido por esta Casa, como antenas de deteção de sinais de alarme.

Depois, em termos da tipologia das situações de perigo comunicadas.

As problemáticas principais foram a exposição ou comportamentos que podem comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança, com um peso percentual de 31.9%, representando 530 situações; segue-se a negligência, com 20.9% dos casos; e situações em que está em causa o direito à educação, com 18.1%.

Em relação à questão que colocam e que tem a ver com o abuso sexual. Os casos relacionados com abuso sexual, são de 1.3% e representam, 21 comunicações.

Importa também referir que a faixa etária em que se regista uma maior incidência das comunicações, é a faixa etária entre os 11 e os 14 anos de idade (assim numa caracterização muito genérica), com certeza que uma leitura mais profunda do relatório, que os Srs. Deputados farão, permitirá tirar estas e outras conclusões.

Naturalmente, que a questão dos abusos sexuais, é uma questão que nos preocupa, tanto nos preocupa que em 2011, o Governo começou a delinear a estratégia regional de combate e prevenção ao abuso sexual de crianças e jovens.

Essa estratégia permite uma atuação em diferentes vertentes: na vertente preventiva, e na vertente preventiva junto das crianças, designadamente

em ambiente escolar, também; na vertente reparadora, designadamente às vítimas e às suas famílias; e, também, como referenciado pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, na componente dos agressores, porque é importante trabalhar a reincidência e, nesse domínio, esta estratégia regional revelou-se muito positiva, reduzindo, substancialmente, a reincidência, por parte dos agressores que foram canalizados para este programa.

Importa, também, que vos transmita aqueles que são os dados que nós dispomos nesta altura, a este propósito.

Nós solicitamos ao Ministério da Justiça informação relativa aos inquéritos registados por crime de abuso sexual a crianças: em 2014/2015, foram 125 inquéritos, sobre esta matéria; e no ano judicial de 2015/2016, foram 77 inquéritos, registados por crime de abuso sexual de crianças.

Naturalmente, que estas descidas, que são significativas em termos percentuais e em termos de valores (uma redução de 41%, em relação ao ano anterior) não nos tranquilizam, de forma nenhuma, ou seja, são reveladoras, e penso que o importante que retenhamos destes dados, que eu acabei de vos transmitir, é que há, na Região, uma estratégia de combate a este problema, não é uma estratégia estática, é uma estratégia que se reorienta em função dos dados que a todo o tempo, todos os documentos de monitorização, por exemplo, o sistema de vigilância, nos vai fornecendo a este propósito, e o que é importante que se retenha, é que o trabalho que vem a ser desenvolvido, é no sentido de tornar claro este problema, que a sociedade percecione o problema e que denuncie às autoridades.

Tem sido este o percurso que nós temos feito.

Portanto, naturalmente, enquanto existir um caso de abuso sexual, relatado nos Açores, há motivo para preocupação e, com certeza que, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não poderia estar mais de acordo consigo, quando refere que a abordagem a este assunto, tem que ser uma abordagem tranquila, uma abordagem séria, uma abordagem que canalize os esforços do Governo, mas não só do Governo, desta Assembleia, naturalmente, e da comunidade em geral.

Todas as entidades que podem concertar uma ação, para que a sinalização seja de todos os casos, e portanto, o que queremos é que todos os casos venham à tona, que sejam do conhecimento das autoridades competentes e que possamos intervir, em primeira instância, de forma preventiva, naturalmente, também, de forma reparadora. E é por isso que, como mencionei na minha intervenção inicial, o nosso enfoque será para o reforço das ações a nível preventivo, e referenciei dois domínios: um dirigido às crianças do 2.º ciclo, porque como os relatórios e todos os estudos nos vêm ditando, é uma faixa etária que importa trabalhar, em termos de prevenção, e portanto o 2.º ciclo é a próxima faixa etária, ao nível da escola, a ser trabalhada por associações e por entidades que estão devidamente abalizadas para trabalhar estas matérias; e há um outro domínio, que para nós é imprescindível (começamos o trabalho no final do ano de 2016, mas com certeza que em 2017, e seguintes, assumirá outra dimensão) que é o trabalho junto das casas de acolhimento residencial, designadamente da Ilha de S. Miguel e da Ilha Terceira, em que trabalharemos as questões dos relacionamentos afetivo sexuais e, naturalmente, da prevenção de abusos, junto das crianças e dos jovens, que se encontram acolhidos, nas faixas etárias dos 6 aos 12 anos de idade.

Queria, ainda, fazer referência a uma questão que foi aqui mencionada pela Sra. Deputada Graça Silva, e que diz respeito ao trabalho que temos desenvolvido, ao nível da educação parental.

De facto, este é um programa que mereceu, da nossa parte, uma enorme atenção, nos últimos anos, mas que queremos vê-lo reforçado e, vê-lo reforçado, não só naqueles que são os eixos de intervenção, mas, também, na sua abrangência territorial.

Neste momento, desenvolvemos ações de formação parental, como referi, nas Ilhas Terceira, S. Miguel e também do Faial. Vamos avançar, já no próximo ano, para a Ilha do Pico, em termos dos grupos de educação parental.

Importa, que se perceba que os grupos de educação parental, não se restringem às famílias de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ou de ação social, claro que estas família têm logo a nossa atenção no primeiro eixo de intervenção deste programa, mas também, e estes já foram eixos incluídos no programa ao longo do seu desenvolvimento, estamos a trabalhar com a Direção Regional de Educação, e temos já programas dentro das próprias escolas, para todos os pais, todos aqueles que queriam participar em programas de educação parental, independentemente da sua condição de recursos, prévia, o que nos interessa é que os pais tenham de facto as competências parentais, que lhes permitam lidar com as situações mais difíceis e que são transversais a toda a sociedade.

Portanto, esta é uma nota que que queria, de facto deixar aqui. Naturalmente, que a educação parental não é exclusiva dos pais e das famílias, é também para os cuidadores e, portanto, há também um eixo direcionado às casas de acolhimento e que tem tido uma recetividade

muito importante, por parte da rede de casas de acolhimento da Região, e com resultados muito positivos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Nós vamos fazer agora o nosso intervalo, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa, informar os tempos restantes.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Governo Regional dos Açores, 9 minutos e 34 segundos;

PS, 20 minutos e 12 segundos;

PSD, 20 minutos e 04 segundos;

CDS, 9 minutos e 36 segundos;

BE, 9 minutos e 29 segundos;

PCP, 4 minutos e 53 segundos;

PPM, 19 minutos e 33 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 12 horas e 10 minutos.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade ao debate, referente à interpelação requerida pelo PPM.

Eram 12 horas e 18 minutos.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membro do Governo:

As crianças são o tesouro de uma comunidade, pelo que investir nas crianças e jovens é investir no futuro de uma Região.

Todas as crianças têm direito à infância, todas as crianças têm direito a um futuro. Mas, infelizmente, esses direitos são hipotecados, e precocemente, a muitas dessas crianças.

A promoção dos direitos das crianças é da responsabilidade de toda a comunidade e todos têm de se sentir convocados a um envolvimento ativo e profícuo na defesa desses direitos e no combate e na comunicação da violação dos mesmos às entidades competentes.

É um dever de cidadania!

Contudo, as políticas públicas regionais de proteção das crianças assumem um papel preponderante às quais se exigem eficácia e articulação nas várias dimensões políticas de governação, seja na área da solidariedade social, seja na área na educação, seja na área da saúde.

A Educação é, naturalmente, um dos grandes pilares de investimento ao nível da infância, em que a escola é ainda um dos lugares mais seguros para muitas crianças que vivem em contextos socioeconómicos muito problemáticos.

A este respeito e, conforme demonstram os mais vários estudos e relatórios, privilegiar a educação da primeira infância é essencial, por isso se considera premente a total cobertura do Ensino Pré-Escolar na Região como instrumento de auxílio nas dinâmicas familiares e na deteção precoce de situações anómalas no desenvolvimento das crianças, a fim de prevenir não só o insucesso escolar precoce como também as

consequências daí advenientes na fase adulta (emprego, renumeração, prevenção de criminalidade, saúde).

Exigem-se políticas públicas educativas ambiciosas, em prol do futuro das nossas crianças, em prol do futuro dos Açores.

Senhora Secretária, e lamentando a ausência do Senhor Secretário da Educação na análise desta problemática, como define o governo regional como “objetivo ambicioso” atingir a taxa de pré-escolarização de 100%, a partir dos 3 anos, nesta legislatura, quando esta já deveria ser uma realidade?

Outra questão a abordar prende-se com o facto de a aposta na formação de pessoal docente e não docente na área da proteção das crianças e jovens é insuficiente ou praticamente inexistente, conforme referenciado no relatório já aqui citado.

Neste sentido, para que estes agentes educativos sejam capazes de sinalizar atempadamente situações de crianças e jovens em risco, que ações de formação concretas estão a ser desenvolvidas no presente ano letivo? E as previstas? E em que estabelecimentos de ensino?

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membro do Governo:

Não posso deixar de começar esta intervenção, regressando à assunção do extraordinário caminho que tem sido feito na Região.

Esta área é de uma amplitude que por todos é reconhecida, que a todos diz respeito e é injusto dizer que, e cito o Sr. Deputado Paulo Estêvão “falta reconhecer o enorme problema com que nos defrontamos”, terá dito algo parecido com isto, que falta reconhecer o enorme problema.

Todos sabemos do enorme problema, mas também todos sabemos do enorme caminho que tem sido feito para lidar com ele, de frente, destemidamente.

Alguma oposição parece esquecer, de alguma forma ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga o nome da oposição. Qual é a oposição que a senhora se refere! Há o PCP, o BE, o CDS/PP ... Diga lá qual é a oposição!

A Oradora: ... o grupo de trabalho, que aqui já foi referido, cujas recomendações foram e estão a ser, como também já se disse, alvo de toda a atenção, por parte do Governo Regional, fazendo um pouco de tábua rasa daquilo que foi o nosso trabalho, um trabalho, aliás, unânime, que resultou num relatório aprovado por unanimidade, com considerações, com conclusões, com recomendações, como já aqui foi aludido, mas que de alguma forma impressionante, parece às vezes passar ao lado de alguma oposição.

Sras. e Srs. Deputados:

Eu não posso deixar de regressar à questão do abuso sexual.

Quem houve este debate, fica com a impressão de um cenário, absolutamente calamitoso em que os Srs. Deputados querem mergulhar este tema, cobrindo de alguma cegueira todo o trabalho que já foi, aliás, aqui referido e que tem sido feito neste âmbito, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): É como a avestruz!

A Oradora: ... e se nós nos detivermos neste debate em palavras como vergonha, por exemplo, na abordagem deste assunto estamos, Srs. Deputados, muito mal, encaminhados.

A luta tem que ser destemida e desassombrada, quebrando barreiras e tabus, na busca das soluções que melhor possam responder às situações muito preocupantes, de que todos vamos tendo conhecimento, nunca ensombrados pelo medo ou pela vergonha.

Portanto, perdoem-me talvez o defeito de me deter em algumas palavras, mas eu acho que deve haver palavras proibidas neste tipo de abordagem.

Deputado Paulo Parece (PSD): Lápis azul!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são? Quais são as proibidas?

A Oradora: Para além disso, retomo aqui, de alguma maneira, as palavras que já foram aduzidas pela Sra. Deputada Graça Silva, dizendo que os números não nos tranquilizam, deverão ser lidos, no entanto, como demonstrativos de uma sociedade mais consciencializada, se queremos uma sociedade mais consciente, menos tolerante e que mais denuncie, então naturalmente vamos ter resultados que preocupando-nos, são também reflexo dessa consciencialização.

Isto não é uma consideração minha, não é uma consideração do PS, isto é uma consideração, por exemplo, como disse a Sra. Deputada Graça Silva, do Coordenador da PJ, João Oliveira, e eu vou apenas acrescentar aqui as declarações que ele fez, quando disse ao Açoriano Oriental, no dia 1 de março, e cito: “este é um problema da natureza humana e infelizmente existem comportamentos desviantes, infelizmente a frieza do número de detenções, ao longo dos últimos três anos, colocou os Açores numa

posição de relevo, a nível nacional, mas isto não significa que existam mais abusos na Região”.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Isto cruza também, aliás, com declarações do Sr. Deputado Carlos Ferreira, quando salienta que, apesar dos Açores terem sido a única Região do País em que a criminalidade aumentou, de acordo com o RASI, é necessário analisar os números com ponderação e não tirar conclusões sobre tendências criminais, em intervalos temporais tão curtos.

Portanto nós temos que ler este tipo de dados com responsabilidade que este assunto nos exige e, portanto, eu acho que era preciso aduzir apenas aqui esta nota.

De resto, quanto ao consumo de álcool e outras drogas, como tem sido aqui também referido, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Também não é verdade!

A Oradora: ... devo dizer que para além da criação recente, como é de todos conhecido, de um departamento específico, que se debruçará de forma muito concreta sobre esta matéria, nós temos os dados do sistema de vigilância de comportamentos de risco, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nota-se! Essa já tem história!

A Oradora: ... um questionário que está a ser implementado nas escolas, em todas as escolas a partir do 6.º anos, com uma taxa de resposta que tem vindo a crescer substancialmente e que neste momento se encontra nos 69,71%, que no final de 2015 apontava para dados como - e leio o que foi veiculado pela comunicação social - “a proporção de alunos residentes nos Açores que referiam um consumo recente de álcool nos

últimos 12 meses, diminui de 17%, para 12%, no 3.º ciclo e de 42%, para 29%, no secundário”.

Não são dados bons, mas não deixam de ser dados animadores, no sentido de percebermos que estamos a tentar trilhar um caminho de prevenção e de combate a estas problemáticas que a todos nos preocupam.

Prova disso foi também a aprovação recente, em Comissão de Assuntos Sociais, através de um Projeto de Resolução do BE, de um estudo que se debruçará exatamente sobre estas problemáticas das dependências. Não estamos tranquilos, mas estamos a trabalhar.

Quando se diz que as escolas não têm feito tudo, ou que têm feito pouco, eu também não posso, e sem me deter aqui em questões muito concretas que são, aliás, objeto das perguntas direcionadas para a Sra. Secretária, mas eu devo dizer que nós temos que ver as coisas em perspetiva e, por exemplo, quando se fala novamente na taxa de abandono escolar, nunca será de mais, nós referirmos que se em 98 tínhamos uma taxa de 60% e em 2015, temos uma taxa de 29, portanto com uma redução para menos de metade, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A mais alta do país!

A Oradora: ... e se é ainda mais alta do País, a nossa descida, em termos relativos foi a mais acentuada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tinha de ser! Se era a mais alta!

A Oradora: Estamos contentes? Não! Estamos descansados? Não! Mas estamos a trabalhar!

Os currículos alternativos, que têm sido encontrados nas escolas para alunos que não se enquadram no ensino regular, as respostas do programa específico do regime de educação especial, toda a escola inclusiva que é

um património do PS e que trouxe para a escola todas as crianças, todos os jovens, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... sem os esconder atrás de muros, sem os deixar em casa sozinhos e abandonados à sua sorte, para além de prevenir e promover os seus direitos, aperta a malha da deteção de todas as circunstâncias que possam ser objeto de denúncia e de trabalho por parte de todas as entidades competentes.

É um património do PS, de que muito e incontornavelmente nos orgulhamos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Reduzir este debate, por parte de uma certa oposição, à visão de que pouco ou nada se tem feito, para além de não ser sério, para além de não ser verdadeiro, é muito pouco para falar deste tema. É muito pouco!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, ainda bem que o Governo realizou uma intervenção ponderada, uma intervenção com informação vital para esta Assembleia e muito

equilibrada, reconhecendo insuficiências, reconhecendo também uma ambição grande nesta matéria.

Agora, eu lamento que a atitude do Grupo Parlamentar do PS, seja tão diferente e tão falsa.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não me dirigi a si só!

O Orador: Eu vou lhe recordar, por exemplo, aquilo que eu tive o cuidado de dizer: “por outro lado, o absentismo e o abandono escolar precoce registados na Região, continuam, apesar dos progressos registados, veja bem, apesar dos progressos registados, a duplicar a média regional”.

Veja bem: “noutras áreas, como na maternidade na adolescência, apesar dos grandes progressos registados, veja bem, os valores alcançados continuam a ser muito preocupantes”.

E vem a Sra. Deputada fazer um discurso inacreditável ...

Deputado André Bradford (PS): Vem exatamente dizer a mesma coisa!

O Orador: ... culpando a oposição por dramatizar este tema e por trazê-lo e pintá-lo de cores negras.

Eu lamento a partidarização deste tema, por parte do PS, procurar o conflito ...

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: ... onde se deve procurar a colaboração política, procurar e promover o conflito partidário e político neste tema, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... que nós tivemos a preocupação de registar os progressos alcançados, de registar uma ambição daquilo que nós queremos para o futuro porque, Sra. Deputada, ao contrário do que a senhora disse e tenho

a certeza que muitos Deputados da sua bancada não subscrevem, a nossa ambição não é ficarmos assim, nós temos a ambição de progredir muito mais, nós temos a certeza que é possível progredir muito mais, com o Governo, com certeza! Com o Parlamento e com o conjunto da comunidade açoriana, porque nós não consideramos que estes resultados, ao contrário do que a senhora disse, sejam aceitáveis.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso é mentira!

O Orador: Nós não consideramos que estes resultados sejam aceitáveis! Vou dizer-lhe o seguinte: é lamentável, é a primeira intervenção que claramente procura a conflitualidade, ...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade e não lhe fica bem!

O Orador: ... onde se deve procurar a colaboração, aliás, veja bem, eu até termino um dos pontos a dizer-lhe o seguinte: “considero que o Comissariado dos Açores par a Infância, está a realizar um trabalho notável, que merece ser reconhecido e estimulado”.

Ora veja bem, enquanto se promovem as políticas que estão a ser seguidas e se tentem incentivar e promover que este trabalho seja intensificado, e que consiga obter mais resultados e que tenha mais meios, a Sra. Deputada vem aqui procurar o conflito partidário.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é verdade! O senhor não ouviu a minha intervenção!

O Orador: Eu acho que prestou um muito mau serviço a esta temática e a este debate com essa conflitualidade política, absolutamente desnecessária e que não serve os objetivos dos açorianos.

Sra. Deputada, sabe o que é que é necessário? União de esforços! União de esforços! Termos a ambição de mudarmos as coisas, todos juntos! Todos juntos, Sra. Deputada!

A Sra. Deputada veio para aqui com troféus do PS, veio para aqui procurar o conflito político. Fica-lhe muito mal! Prestou um mau serviço!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto Deputado, a última coisa que eu me posso sentir é orgulhoso com os números que são apresentados, nos Açores, com o mau trato das crianças.

E, se enquanto político não me posso sentir, de maneira nenhuma, orgulhoso enquanto houver uma criança mal tratada nos Açores, tendo responsabilidades governativas há 20 anos, menos razões têm para se sentirem orgulhosos nessa matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vou falar, Sra. Deputada, num hiato de tempo maior e que tem a ver com a atual Comissária para a Infância nos Açores, não sei precisar exatamente há quantos anos, mas há mais de uma década, década e meia, talvez, deu formação às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Na altura ela falava, e na altura até posso dizer que criou algum espanto em quem a ouvia, que a iniciação sexual nos Açores, se iniciava em muitos casos no seio da família e isso encontrava também sustentação nos estudos do sociólogo Alberto Peixoto, na altura.

Eu pergunto: neste hiato de tempo todo, o que é que se fez?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*):

Muito!

O Orador: A Sra. Secretária há bocado disse que desde 2011, começou a delinear uma estratégia. E todos os outros anos? O que é que se fez? Não se fez nada?

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Já chego às CPCJ.

Ora, 15% não nos pode deixar, de maneira nenhuma, orgulhosos, nem descansados, é um número extraordinário, tendo em conta a dimensão que os Açores representam no País.

As CPCJ, Sra. Deputada, realmente representam e fazem um trabalho meritório,...

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Notável!

O Orador: Notável! Notável!

O Orador: ... onde as pessoas vão e trabalham a maior parte delas por carolice, digamos assim, são cooptadas, são indicadas para ir lá.

Vou dar-lhe o exemplo do caso dos professores que têm 3 horas para lá estar, são-lhe dadas 3 horas no seu horário, que cumprem na reunião formal que se faz, no meu caso era à sexta feira. E todo o resto do trabalho, dos processos e dos casos que cada professor é gestor? E quem diz os professores, diz os outros que lá estão. São feitos à margem dessas 3 horas, e muitas vezes 3 horas que eram regateadas com a Secretária da Educação, que se achava que não deviam sequer ter aquelas 3 horas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Bem lembrado!

O Orador: Portanto, esta questão, as CPCJ fazem um trabalho meritório. Fazem! E voluntário!

Portanto, a proteção das crianças muitas vezes está entregue ao voluntariado.

Qual é a consequência?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Devia ter lido o relatório!

O Orador: Eu não estou a dizer que não. Eu li o relatório.

Ora, a Sra. Secretária, há pouco referiu que as escolas e as forças de segurança, é que sinalizam a maior parte dos casos e eu aí acho que a escola deveria ter um papel mais interventivo e mais importante ainda na proteção das crianças e para isso deveria ser proporcionado às escolas, mais técnicos na área, para que pudessem trabalhar em equipas multidisciplinares, porque realmente, onde as crianças passam mais tempo, é nas escolas. Mais anos da sua vida e mais tempo e aí nas escolas deveriam ser dados mais meios para que pudessem desenvolver um trabalho mais profícuo na proteção das crianças.

Para concluir esta intervenção, a minha questão eu já adiantei, era exatamente esta, era se a Sra. Secretária (eu tinha para fazer ao Sr. Secretário da Educação, mas não está) concorda ou não que as escolas deveriam ter mais técnicos e mais meios para que pudessem, de forma melhor, participar mais ativamente ainda do que aquilo que fazem e também mais formação, como já foi aqui falado, na proteção das crianças. Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Quinto tem a palavra.

(*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Como se sabe, o conceito de risco de ocorrência de maus tratos em crianças é mais amplo e abrangente do que das situações de perigo.

As situações de risco implicam perigo potencial para a concretização dos direitos das crianças.

É esta diferenciação entre situações de risco e de perigo, que determina os vários níveis de responsabilidade dos pais e do Estado e da legitimidade na intervenção do sistema de promoção dos direitos e de proteção na infância e juventude.

A Região tem procurado estar à altura dos grandes desafios ao nível da prevenção e de avaliação que estas situações colocam, com a criação do Comissariado dos Açores para a Infância, a rede de apoio integrado ao jovem em risco e o programa de intervenção precoce.

Sendo que nas situações de risco a intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo, tendo em vista a prevenção primária e secundária das situações de perigo através de políticas, estratégias e ações integradas, já nas situações de perigo a intervenção visa remover o perigo em que a criança se encontra com a aplicação de medidas de promoção e de proteção.

Para nós a intervenção na primeira infância é de extrema importância para a resolução destas problemáticas.

O papel das creches e dos jardins de infância são fundamentais, sendo estas respostas sociais que garantem o pleno desenvolvimento das

crianças nesta primeira etapa da sua vida e com uma importância vital na deteção precoce das mais variadas problemáticas.

Tem sido divulgada a enorme cobertura existente no ensino pré-escolar que é 100%, o que muito nos motiva, beneficiando as dinâmicas familiares com a ajuda na consolidação da vida familiar, com a vida profissional.

Pensando agora nas creches, gostaria de lhe perguntar, Sra. Secretária, qual é a evolução da taxa de cobertura das creches na nossa Região?

Obrigada.

Deputada Graça Silva e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não podemos, nem devemos cair na tentação de tentar naturalizar aquilo que não pode ser naturalizado, refiro-me, neste caso, aos abusos sexuais e não podemos, nem devemos, tentar desdramatizar os dados.

Eu, bem me recordo, que há coisa de dez anos, assisti a afirmações públicas lamentáveis de alguém que dizia ou concluía que a gravidez e a maternidade na adolescência eram algo completamente natural na sociedade açoriana, que muito provavelmente se manteria e que não havia nada de mal nisso. Porquê? Porque fazia parte da vida dos açorianos, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Da cultura!

O Orador: ... pelo menos foi isso que ouvi, muitas vezes, publicamente, infelizmente.

Devo recordar, aliás a maior parte das Sras. e Srs. Deputados, aqui nesta Casa, também de certeza se recordam, de um estudo que foi

encomendado pelo Governo Regional e que foi publicado e apresentado em 2009, sobre os fatores que poderiam facilitar e aqueles fatores que poderiam proteger também da gravidez e da maternidade na adolescência, estudo esse coordenado pela Prof. Maria Cristina Canavarro.

Ora, desse estudo emergiram algumas, senão bastantes mesmo, recomendações, em várias áreas, não só na área social, mas também na área da educação e na área da saúde.

Mas gostaria de me referir a um dado, penso que foi na altura também mencionado nesse estudo, e que ilustra esta naturalidade que não deveria existir relativamente a casos de maternidade na adolescência, que poderão envolver abusos sexuais de menores. Isto porquê?

Porque, claro como toda a gente deve entender, a maternidade da adolescente ocorre em mães menores de idade, ou pelo menos em termos estatísticos em quem tem menos de 19 anos, sendo que nos Açores e segundo dados deste mesmo estudo de 2009, a idade média das mães adolescentes, rondava os 17 anos de idade, à volta disso, mas é claro que é uma idade média e existem mães adolescentes e que fizeram parte dessa amostra com bem menos de 17 anos de idade.

Ora, o que é interessante é verificar que a idade média dos companheiros, digamos assim, destas mães adolescentes, rondava os 24 anos de idade, provavelmente e segundo conclusões desse mesmo estudo, será a idade média mais elevada de vários estudos realizados por todo o País.

Ora, teríamos aqui a prova de que algo está mal na nossa sociedade e que muitas vezes naturalizamos aquilo que não deveria ser naturalizado.

Mas vou referir-me agora a esse mesmo estudo e algumas dessas recomendações e gostaria de colocar algumas questões.

As famílias com maiores fratrias, especialmente as monoparentais ou aquelas com progenitores adolescentes, são mais vulneráveis à pobreza.

É neste contexto que a Lei n.º 90/2001, adquire especial importância, pois atribui direito de preferência na admissão de bebés e crianças, filhos de mães estudantes em creches e jardins de infância, incluindo as valências com protocolos com o Estado e também as amas.

Como o Governo Regional tutela as creches e jardins de infância de IPSS e Misericórdias, tem o Governo Regional assegurado que os regulamentos dessas instituições consideram o cumprimento da Lei n.º 90/2001?

Tem o Governo Regional, também, e porque era uma das recomendações também emanadas desse estudo de 2009, incentivado a criação de grupos de apoio para jovens grávidas e mães, mediados por profissionais habilitados?

Isto porque estes grupos de apoio em que se partilham experiências entre mães adolescentes ou entre grávidas adolescentes, podem ajudar, não só a dar apoio emocional a estas grávidas e mães adolescentes, mas também acabam por dar alguns recursos através desta partilha de experiências, a mães que são completamente inexperientes e que poderiam muito bem beneficiar desta partilha de experiências, também de inseguranças para, quem sabe ganhar uma maior segurança.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que foram colocadas, nesta ronda do debate, gostava de me focar nas que foram colocadas pela Sra. Deputada Maria João Carreiro, pelo Sr. Deputado Jorge Jorge e também pela Sra. Deputada Isabel Quinto.

Nesta medida, gostava, em primeira instância, de relembrar a Sra. Deputada Maria João Carreiro, que na minha intervenção inicial, dei conta de que está a decorrer na Região, foi implementado já no decurso deste ano letivo, o programa de prevenção da violência e da promoção da cidadania em meio escolar, que está em curso nas escolas do 3.º ciclo em S. Miguel e na Terceira e que decorrerá também no próximo ano letivo.

É intenção do Governo promover o alargamento às restantes escolas do 3.º ciclo e este programa tem como objetivo diminuir os índices de violência e de indisciplina nas escolas, de promover a cidadania e incrementar valores de tolerância, solidariedade, empatia, amabilidade, respeito pelo próximo e altruísmo.

No que diz respeito às questões que coloca em termos da taxa de cobertura do pré-escolar, devo lembrar a Sra. Deputada que, felizmente, a Região a esse propósito, tem tido uma evolução francamente positiva. Penso que foi essa a questão que colocou ao nível da cobertura do pré-escolar na Região e, se tivermos em consideração a cobertura do público, do cooperativo e IPSS, temos uma cobertura já total, ao nível do pré-escolar.

Importa aproveitar também, para entroncar aqui com a questão colocada pela sra. Deputada Isabel Quinto, no que diz respeito às creches e jardins de infância, e acho que é importante que se refira às creches designadamente, e no que diz respeito às creches, importa dizer que na última Legislatura, ou seja, na Legislatura que se iniciou em 2012 e

terminou em 2016, houve também aqui uma evolução muito importante ao nível da taxa potencial de cobertura de creches. Era de 29% no início da Legislatura, terminando a Legislatura com uma taxa de cobertura de 35%, quando a taxa mínima de cobertura recomendada, é de 33%, ou seja, esta Legislatura ficou marcada pelo facto de termos atingido, ou melhor, até ultrapassado, aquela que é a taxa mínima de cobertura, em termos das creches.

Deixem-me que refira que permitiu não só um reforço do número de vagas, em concelhos onde já existia esta tipologia de resposta, como também permitiu a criação desta resposta onde ela não existia, de que é exemplo o concelho do Nordeste.

Para além disso, foi feito um investimento muito substancial, mesmo em respostas já existentes, na sua requalificação e adequação dos espaços, àquelas que são as exigências da atualidade.

As respostas de creches são, naturalmente, respostas em que temos apostado, substancialmente, ao nível da creche e também dos jardins de infância, porque acreditamos que são respostas importantes, não só na componente da conciliação da vida profissional, com a vida familiar, mas como disse a Sra. Deputada Maria João, e muito bem, são também fundamentais na deteção precoce de situações de atraso no desenvolvimento de maus tratos infantis e todo esse percurso tem sido feito, inclusivamente, garantindo a formação às educadoras e aos técnicos que trabalham nessas instituições, no sentido da deteção, cada vez mais precoce, de situações de risco ou perigo.

Sr. Deputado Jorge Jorge, a propósito das questões que coloca, do funcionamento das CPCJ, dos recursos humanos afetos a essas comissões, deixe-me que lhe diga que gostava que o entendimento de que

a participação neste tipo de comissões, não fosse entendido na perspetiva da carolice. As pessoas estão lá como o senhor referenciou. As pessoas estão lá no exercício de uma atividade profissional ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Não é bem assim!

A Oradora: ... seja, porque são professores e estão destacados a tempo inteiro ou a tempo parcial nas comissões, seja porque são médicos e têm uma afetação horária àquele tipo de resposta, seja porque são técnicos de serviço social.

Estão lá no exercício daquelas que são competências dos organismos que eles próprios representam e, portanto, não é propriamente, nem um favor, nem uma carolice.

Deixe-me também que lhe diga, uma questão que penso que é relevante.

O número de pessoas e de técnicos, afetos a cada uma das CPCJ na Região, depende essencialmente do volume processual de cada uma das comissões. Por exemplo, nas comissões de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo, os professores afetos, estão afetos a tempo inteiro, portanto temos que atender àquela que é a realidade processual de cada uma das CPCJ.

Não deixo de deixar interessante que essa questão da afetação ou da profissionalização das CPCJ seja colocada por um Deputado do PSD, quando com certeza todos recordarão o que aconteceu, há não muitos anos atrás, a propósito da afetação de técnicos às CPCJ e que o Governo da República decidiu, na altura, de, simplesmente, eliminar os técnicos, ou fez com que deixassem de exercer funções nas CPCJ, técnicos a tempo inteiro, ...

Deputado Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Bem lembrado!

A Oradora: ... o que, felizmente, na Região nunca aconteceu.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Quantos aos dados da gravidez na adolescência, Sr. Deputado Paulo Mendes ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Conseguiu foi não responder à questão!

A Oradora: ... e peço desculpa, mas como foi o último a colocar as questões, não reuni aqui ainda os elementos suficientes, sendo certo que a preocupação que coloca do cumprimento da legislação, penso que é fundamental, que se existem diplomas legais que estabelecem um conjunto de regras no acesso e no funcionamento desse tipo de respostas sociais, pois com certeza que se conhece algum caso em que eventualmente essa questão não esteja a ser cumprida, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ou vários!

A Oradora: ... ou vários, eu gostava que me transmitisse, por forma a que pudéssemos de facto averiguar e tomar as diligências que são necessárias.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pergunte ao património do Partido Socialista!

A Oradora: No que diz respeito à gravidez na adolescência, agora a título mais genérico.

Evidentemente, que é uma grande preocupação e como referiu, e muito bem, foi feito um estudo na Região, em 2009, a este propósito, e que revelava aquilo que era a realidade social de então e o entendimento que a população mais jovem e menos jovem, tinha sobre estas matérias.

Naturalmente, que há uma evolução muito positiva, que ainda, naturalmente, não nos satisfaz, mas há uma evolução positiva nestas

matérias, ao nível cultural há, com certeza, e com o auxílio de instituições que têm trabalhado muito nesse domínio, designadamente a associação de planeamento familiar. Com certeza que não estamos descansados com os resultados obtidos, queremos continuar a trabalhar, esse é um trabalho que tem de facto vindo a ser feito no domínio das escolas, designadamente na educação para a saúde, com certeza na cidadania, também, e pelas equipas multidisciplinares das escolas e pelas equipas de saúde escolar, com certeza, que também tem aqui um papel muito importante, aliás, a ação de todas estas entidades é multidisciplinar e, portanto, abrange naturalmente todas estas questões, designadamente as questões da sexualidade e da gravidez na adolescência.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Informo também que o Governo esgotou o seu tempo, para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As intervenções a que assistimos, nesta Assembleia, foram de grande ponderação e responsabilidade.

Foram reportados os passos dados em quarenta anos de democracia, em Portugal e nos Açores, mas foi também anunciado que os dados conhecidos são extremamente preocupantes e que este fenómeno nos deve envergonhar a todos, não apenas ao Governo, não somente a este Parlamento, mas a todos nós, enquanto membros da sociedade açoriana.

Sra. Secretária Regional, eu tinha uma questão para lhe colocar, sei que já não poderá responder, mas ainda assim fica aqui a questão.

Foi hoje anunciado a apresentação de um Projeto de Resolução, para a criação de um grupo de trabalho, destinado a avaliar as políticas públicas, dirigidas aos jovens nos Açores.

A questão que lhe pretendia colocar era se, a Sra. Secretária, entende que é necessário criar um grupo de trabalho para avaliar as políticas do Governo Regional, nesta matéria.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode só dizer que sim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

O termo carolice foi aplicado aqui, num termo genérico, porque a maior parte das pessoas que lá estão fazem voluntariado na Comissão, estão lá voluntariamente. Estão esses profissionais que a senhora indicou, mas também estão representantes das associações desportivas e culturais, estão as pessoas indicadas pela Assembleia Municipal ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Na modalidade alargada, como sabe!

O Orador: E na restrita também.

... estão as pessoas indicadas pela Assembleia Municipal.

Mas essas horas que são dadas aos profissionais do seu horário, não são suficientes para o trabalho que se tem que fazer.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): São, Sr. Deputado!

O Orador: Eu estou a falar de uma comissão pequena, em que cada pessoa, cada comissário tem seis, sete, oito casos, dependente, mas esses seis, sete, oito casos em que é preciso fazer visitas domiciliárias, as medidas, tudo isso, as horas que são dadas, nem de perto, nem de longe, para isso chegam.

Vou dar-lhe só para terminar, uma experiência pessoal que tive no último verão, estava eu de férias do meu trabalho e mais ou menos à meia noite fui chamado para ir à PSP.

Por acaso no outro dia, quando tirei o carro da garagem ... não cheguei a tirar porque tinha um pneu em baixo.

Veja lá, fui nas minhas férias, fazer trabalho voluntário.

É isso que eu quero dizer das pessoas que lá trabalham, estão lá voluntariamente e a proteção das crianças merece o nosso trabalho voluntário, mas também merece técnicos e merece formação para se poder trabalhar nesta área.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Precisamente pelo seguimento da questão colocada aqui pelo Sr. Deputado Jorge Jorge, na pertinência dos centros sociais e técnicos, em tempo efetivo nas escolas, há uma questão aqui que me parece que é importante abordar, precisamente no que às medidas de combate, à exclusão e ao abandono escolar precoce, dizem respeito, vejamos o caso de equipas multidisciplinares, de apoio sócio educativo.

Os percursos escolares, sabemos todos nós, não são todos iguais e surgem mil situações em que o volume das dificuldades se acumula, condicionando o sucesso do processo educativo.

Assim sendo, é necessário acompanhar mais de perto as nossas crianças e os nossos jovens, identificando as causas que conduzem muito ao insucesso e ao abandono escolar e poderão ser de diversa ordem, desde as dificuldades na aprendizagem, até às situações de negligência, abandono, abuso, maus tratos, de que são alvo em contexto familiar, como também a prática de condutas desviantes por parte destes, como sejam a toxicodependência, o alcoolismo, a criminalidade, os distúrbios alimentares, a delinquência juvenil.

Neste contexto, entendemos ser necessário promover mudanças políticas, educativas públicas, que se traduzam numa intervenção eficaz, junto das crianças e jovens em risco, promovendo a autoestima, ...

Deputado André Bradford (PS): Nomeadamente? Fazendo o quê?

A Oradora: ... a autoconfiança, alargando as suas perspetivas e expetativas em relação ao futuro e junto das famílias, muitas vezes delas frustradas e em situações problemáticas.

Tal desiderato só será atingido se com humildade se reconhecer que os profissionais envolvidos no trabalho multidisciplinar na escola, deverão estar afetos a tempo inteiro e não parcialmente à escola em que estão, numa equipa que terá a seu cargo o desempenho e a coordenação de programas de tutoria, recuperação e integração escolar dos alunos sinalizados, como estando em risco de insucesso ou de abandono escolar. Os assistentes sociais ou técnicos de ação especial, tal como os psicólogos, são necessários nas escolas a tempo inteiro, Sra. Secretária, e conforme defendi pelos agentes envolvidos nestas próprias equipas, que

estão no terreno e em contato direto com as famílias e com os jovens, as crianças nas escolas.

Sra. Secretária, perante a pertinência de desenvolver um trabalho multidisciplinar na escola em pareceria, em prol do objetivo comum, as questões que coloco são as seguintes: onde estão os assistentes sociais ou técnicos de educação especial, a quem cabe desenvolver contatos frequentes e assíduos com as famílias, de modo a facilitar o fluxo de demandas, críticas, sugestões, provenientes das famílias e recolha de informações que sustentem as reflexões do corpo docente, visando uma articulação eficaz e articulada entre todos os agentes educativos?

Onde estão os assistentes sociais a desenvolver um trabalho de grande proximidade e intervenção junto das famílias das crianças e jovens em risco, diagnosticando os problemas no seio familiar e apontando possíveis soluções, se estão afetos a tempo parcial nas equipas multidisciplinares.

Disse.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que a Sra. Secretária já não tem tempo, mas a prova de que estamos todos aqui a tratar o assunto com seriedade, é que não vamos deixar cair os assuntos que ainda temos para debater, para que fiquem registados e para que fique bem claro que a oposição está aqui toda a lutar com o mesmo fim, o bem das crianças dos Açores.

Na nossa sociedade a maior parte das crianças encontram nos seus contextos relacionais, a proteção e os cuidados de que necessitam para se desenvolverem de forma adequada.

O assunto é demasiado sério e obviamente que merece de todos nós o máximo empenho e dedicação.

A proteção à infância e juventude, consiste em garantir os direitos das crianças, a satisfação das suas necessidades básicas e a promoção da sua integração nos grupos naturais de convivência, em condições que possibilitem a sua participação na vida familiar, social, cultural e o seu desenvolvimento como indivíduos.

Aqui foi tocado por um colega meu, mas parece que caiu um bocadinho no esquecimento, e eu vejo-me obrigada a recuar.

Temos um estudo de 2015, que não quero tirar qualquer tipo de mérito, nem tão pouco beliscar, porque obviamente tem as suas conclusões, esperemos que daqui a alguns anos possamos colher outros frutos mais eficazes do mesmo estudo, mas recuo um bocadinho atrás a 2012, quando se falou da estratégia regional de prevenção e combate ao abuso sexual de crianças e jovens, que ainda não foi de forma mais pragmática e aprofundada aqui nesta Casa e que merece a nossa atenção.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Eu falei disso!

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): A Sra. Secretária falou disso! Em janeiro de 2014, a Secretária da altura, portanto a Dra. Piedade Lalanda, fez declarações públicas, sobre esta estratégia, com o objetivo de alertar ou criar condições para a comunidade em geral e no sentido de reconhecer os fatores de risco e de proteção, face a este fenómeno, sem esquecer, e muito bem, a defesa da criança e do seu superior interesse.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sim! Eu referi isso aqui!

A Oradora: Mais recentemente, numa visita da atual Secretária Regional da Solidariedade Social, em setembro de 2016, após uma visita às obras da nova sede do Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica, que será um parceiro do Governo Regional, neste âmbito, ou nesta estratégia regional de prevenção e combate ao abuso sexual de crianças e jovens, ao abrigo de um protocolo entre a Direção Regional da Solidariedade Social e do Instituto de Segurança Social dos Açores, as perguntas que eu gostava de saber é que este Centro, está obviamente localizado em S. Miguel, mas haverá uma estratégia para as restantes ilhas da Região e gostava de saber a figura, o agente suporte, que na altura também foi presenciado, que tem tido algumas dificuldades, ou sejam os técnicos da altura, recusaram-se a fazer esse papel de intermediário, havia aqui bastantes dificuldades entre as crianças e a polícia judiciária e as perguntas que nós tínhamos, ou que gostávamos de ver esclarecidas, era no que concerne a esta figura, agente suporte, que me parece ter um papel bastante relevante nesta mediação entre a criança e a justiça.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Vamos ter oportunidade!

A Oradora: Uma última questão, a de mais reflexão que é, ao contrário do plano ou da estratégia regional para combate à pobreza e exclusão social, que está bem identificada, quer no Programa do Governo, quer no Plano e Orçamento, com uma verba dotada de 50 000 euros, esta estratégia de combate e prevenção ao abuso sexual de crianças, não está.

Portanto, permitia-me aqui que, se calhar, fosse mais um item a ter em conta e mais um assunto que o Governo e todos nós temos obrigação de debruçar com a máxima seriedade.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada, nós vamos encerrar para o almoço.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de anunciar os tempos restantes:

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Governo Regional dos Açores esgotou o seu tempo;

O PS, tem 14 minutos e 46 segundos;

O PSD, 5 minutos e 30 segundos;

O CDS, 9 minutos e 36 segundos;

O BE, 4 minutos e 36 segundos;

O PCP, 4 minutos e 53 segundos;

O PPM, 15 minutos e 33 segundos.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Regressamos então às 15 horas, para darmos continuidade a esta interpelação.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Boa tarde.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se ainda há inscrições, para participação no debate?

Sra. Deputada Graça Silva, tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membro do Governo: Uma vez que o Sr. Deputado Carlos Ferreira trouxe à discussão a intenção anunciada pelo PS, de apresentar a esta Assembleia um Projeto de Resolução, para criação de um grupo de trabalho que avaliasse e analisasse as políticas públicas regionais direcionadas aos jovens com mais de 12 anos, ou a partir dos 12 anos de idade, gostaria de deixar aqui duas ou três notas sobre este Projeto do PS e vem, exatamente, na senda do que foi a criação do primeiro grupo de trabalho e o sucesso que teve, relativamente à análise que se fez, às considerações que foram apresentadas, às recomendações que foram ao Governo, ao facto de através daquele trabalho apresentado no final dos trabalhos, também todos nós aqui nesta Casa, termos um conhecimento mais aprofundado do que são as políticas públicas regionais de apoio à infância e juventude. No entanto aquele grupo de trabalho desempenhou, e julgo que é unânime nesta câmara, um trabalho relevante, relevante para todos nós, mas, até dado alguns constrangimentos temporais, tivemos que nos sintetizar até uma determinada faixa etária.

Considerando tudo isso, o trabalho que já foi feito, os frutos positivos que o primeiro trabalho deu, como já referi, o levantamento que foi feito, o conhecimento que cada um de nós pode ter através daquele trabalho, as recomendações que foram feitas, as políticas que foram implementadas e que eram apontadas precisamente por aquele grupo de trabalho, de onde faziam parte todos os partidos políticos, e que foi um relatório, eu acho que nunca é demais referir, aprovado por unanimidade no âmbito do grupo de trabalho, o PS, e nessa sequência entende que agora é o momento de nos debruçarmos sobre a situação dos jovens que não ficaram incluídos naquela primeira abordagem.

É neste sentido, exatamente no sentido de se fazer a continuidade de um caminho que se iniciou, que o PS pretende apresentar a esta Assembleia, um Projeto de Resolução, no sentido de se criar um grupo de trabalho para que a Assembleia analise também as políticas direcionadas aos jovens com mais de 12 anos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário (pronto, na dúvida, Secretário, quero sempre ser correto com as designações das várias secretarias, mas às vezes não consigo ser):

É lamentável que não tenhamos aqui a presença de outros Secretários, aliás como já tinha referido, porque eu teria algumas questões a colocar,

no âmbito, por exemplo, da educação e da saúde, para além da solidariedade social, à qual as questões que coloquei, foram respondidas, prontamente, pela Sra. Secretária.

Visto que a Sra. Secretária já não tem tempo para responder a questões, gostaria, no entanto, de salientar aquela que foi a intervenção feita pela Sra. Deputada Isabel Quinto e com toda a razão deu especial importância e relevância à educação pré-escolar e até à creche, às valências de creches que são muito importantes e que são muitas vezes esquecidas ou são minorizadas porque, infelizmente, o senso comum continua a considerar que a educação entre o nascimento e os três anos de idade, os dois, três anos de idade, é de menor importância, quando não é de certeza.

Nesse sentido, eu verifiquei que no relatório que foi elaborado pelo grupo de trabalho em 2015, foram publicados alguns dados, dados importantes, sobre a existência, ou não, de docentes de educação especial, nos vários ciclos de ensino, incluindo o pré-escolar e os vários ciclos do ensino básico e secundário.

É tanto que, a Secretaria Regional da Solidariedade Social, arroga-se mesmo ter aumentado o número de docentes de educação especial em todos os ciclos de ensino, incluindo o pré-escolar, com uma parte muito significativa desses docentes, no ano letivo de 2014/2015, porque é o último ano que tive acesso a dados, tinham infelizmente, muitos deles, um vínculo ainda a termo, ou seja, ou vínculo precário (e é pena não termos cá o Sr. Secretário Regional da Educação, porque poder-nos-ia prestar alguns esclarecimentos adicionais.

Relembro, que quase 20% dos docentes de educação especial no pré-escolar, têm um vínculo precário, ou tinham em 2014/2015 e 32% nos 2.ºs, 3.ºs ciclos de ensino e ensino secundário.

Era por demais pertinente que a Região procedesse à integração destes professores com um vínculo definitivo, para assim termos uma melhor resposta, no âmbito da escola especial na escola pública.

É verdade que foi aqui salientado, e nunca deve ser demais, louvar a importância das creches.

Se ninguém coloca em causa a gratuidade do ensino público obrigatório, porque tal gratuidade não é garantida, por exemplo, à frequência de creches, naquela que é uma função que a Região tem delegado às IPSS e Misericórdias, pois visto bem, atualmente, uma família, por exemplo, com um único filho, com um rendimento per capita correspondente aos valores do salário mínimo praticado na Região, tem de despende todos os meses 180 euros, isto para não falar da atual tabela de pagamentos que faz com que, por exemplo, uma família que tem um rendimento per capita superior a 700 euros mensais, tenha que pagar o mesmo (aqui, quando refiro o mesmo, são 200€ mensais, comparativamente a uma família que possa ter um rendimento de 5 000 ou 6 000 euros mensais).

Portanto, há aqui um claro cenário de injustiça que deveria ser contrariado.

Ainda no que diz respeito à cobertura da rede do ensino pré-escolar, é verdade que temos uma cobertura, se não é universal, é quase universal, quer diretamente pela Região, quer através da delegação de tal competência em IPSS e Misericórdias, convinha que não ficássemos por aí.

É muito importante termos as infraestruturas, mas calhar ainda mais importante, é termos pessoal qualificado com crianças e muitas vezes crianças de tenra idade, mesmo bebês.

Quantos funcionários (seria importante conhecer) quantos funcionários auxiliares encontram-se ...

Presidente: Agradeço que termine, sr. Deputado.

O Orador: ... neste momento a desempenhar funções ao abrigo de programas ocupacionais, sem que muitas vezes haja sequer a consideração sobre as habilitações, que estas pessoas têm, para trabalhar com crianças, ou mesmo lidar com bebés?

Seria também importante conhecer a evolução da abrangência da cobertura de pessoal especializado em língua gestual no nosso sistema de ensino, apesar de positiva, ainda está longe de ser sequer suficiente.

Assim sendo, e a título de exemplo, que acompanhamento permanente, neste momento, é garantido a crianças surdas por intérprete de língua gestual no ensino pré-escolar?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O BE também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições para o debate.

Sendo assim, e uma vez que o Governo já não dispõe de tempo para fazer o encerramento, tem a palavra, penso que o Sr. Deputado quererá usar da palavra, para encerrar esta interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve, em relação aos trabalhos e à discussão do diploma que estamos neste momento a terminar.

Devo dizer o seguinte: a Representação Parlamentar do PPM, abriu este debate, considerando este tema da maior relevância, tanto assim é, que nós só podemos realizar ao longo do ano parlamentar duas interpelações e este foi um dos temas que nós escolhemos.

Nós consideramos que é fundamental mobilizar a sociedade açoriana em relação a esta questão, o Governo teve o mesmo entendimento, o PS não tem, precisamente, esta perceção.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O senhor sabe que não é verdade!

O Orador: Também considero que existem áreas em que é necessário melhorar e que foram apontadas por diversos partidos, aqui neste Parlamento e também pelo PPM, nomeadamente no âmbito da prevenção, no âmbito da divulgação e da promoção que tem que ser efetuada no âmbito das escolas e do sistema educativo regional dos Açores, onde o nosso potencial é muito elevado e efetivamente não está a ser utilizado.

Também foi reconhecido aqui que o conjunto de dados que a Região enfrenta, no âmbito desta matéria, como o abandono escolar precoce, os abusos sexuais a menores, o consumo de drogas, todos estes indicadores, são indicadores em que sendo verdade, no facto de ter existido uma progressão na diminuição destes índices, eles encontram-se neste momento apesar de tudo, numa situação que supera claramente a média nacional e muitas vezes, como é o caso do abandono escolar precoce, duplica, claramente, aqueles que são os valores nacionais.

Por isso, nós consideramos que este é um desafio, um desafio muito importante que a sociedade açoriana tem que vencer, tivemos a humildade e também uma perceção politicamente independente em relação a esta matéria, porque o nosso propósito não era vir aqui criticar o Governo Regional, o nosso propósito era chamar a atenção para o problema, pedir mais recursos, pedir mais empenho, mais ambição em relação às metas, mais ambição em relação aos resultados que se pretendem alcançar e fundamentalmente também, mobilizar a sociedade açoriana, porque não se pode pretender, não se pode dizer que este é um problema que os políticos têm que resolver, que o Governo tem que resolver e que o Parlamento tem que resolver, e nós sociedade, lavamos daqui as nossas mãos.

A verdade é que a sociedade, as diversas entidades e as famílias têm também um papel fundamental nesta matéria e é necessário também que a sociedade tenha um empenho muito forte, em relação a este conjunto de problemas que estamos a enfrentar.

Finalmente, quero referenciar a criação do Comissariado dos Açores para a Infância, que era um órgão que foi indicado pelo nosso grupo de trabalho, faltava realmente criar um órgão, uma instituição que pudesse articular o esforço que estava a ser desenvolvido pelas diversas entidades, que pudesse replicar boas práticas porque nós ao longo dos dois anos de trabalho do grupo de trabalho, visitando várias instituições, notámos, identificámos boas práticas e essas práticas não estavam a ser replicadas e não estavam a ser divulgadas junto dos diversos agentes que trabalham no terreno, no âmbito destas temáticas.

Esta instituição está a fazer esse caminho, é uma instituição em que eu tenho absoluta crença que está a ter um papel fundamental e que tem um

grande potencial em termos de articulação e de mobilização de recursos e de mobilização de boas práticas.

Termino, fazendo uma última referência.

Considero que é importante avaliar este trabalho, os documentos que, entretanto, estão a ser criados, os documentos estratégicos que estão a ser criados, verificar não só a sua conceção, como também a aplicação prática destes princípios que estão a ser definidos e avaliar, novamente, este trabalho daqui a um ano.

Por isso, da parte da Representação Parlamentar do PPM, fica o compromisso que daqui a um ano vamos provocar uma nova discussão sobre esta temática, temos apenas duas interpelações, uma delas será usada para provocar uma nova discussão e analisar a avaliação que for possível realizar, em relação a estas matérias e a evolução que se registou no âmbito da evolução destas matérias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o primeiro ponto da nossa Agenda.

Informo a câmara que, como também é habitual, o ponto dois, a interpelação requerida pelo PCP será debatida amanhã de manhã e depois o debate de urgência, requerido pelo CDS, será debatido na manhã de quinta-feira.

Sendo assim, avançamos para o ponto 4 da nossa ordem de trabalhos:

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI – “Cria um programa urgente de combate à precariedade laboral na administração regional”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos que temos vindo a utilizar são os do processo legislativo comum ...

Alguma questão?

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sim.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: A minha dúvida, Sra. Presidente, é relativamente a um recurso que penso que estava agendado para o fim desta interpelação.

Presidente: O recurso do Sr. Deputado Paulo Estêvão, referente à admissibilidade ou à não admissibilidade do requerimento 88, foi dada a indicação pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão que entraria na segunda feira. Se tivesse dado entrada na segunda feira, naturalmente, seria agendado na terça, como só deu entrada hoje tem que ficar agendado para amanhã, porque ainda nem sequer foi distribuído.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para informar a câmara que, logo pela manhã, tive oportunidade de entregar o recurso. Portanto, em relação a esta questão e em relação ao facto de se discutir amanhã, da parte da Representação Parlamentar, não significa nenhum problema.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Aliás, este é o procedimento habitual, é agendado na reunião plenária seguinte à entrada dos documentos, para haver tempo para serem distribuídos e para que todos possam ter dele conhecimento.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sim.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sra. Presidente, é só para não fazer figura de tola.

Na realidade, o que tinha ficado ontem decidido em Conferência de Líderes, era que o recurso seria o primeiro ponto, logo que acabasse a interpelação solicitada pelo PPM.

Como o BE não foi informado de que esse recurso não tinha dado entrada, obviamente estava reparado para o analisar agora.

Portanto, peço desculpa pela intervenção, mas a ignorância de vez em quando dá estas coisas, mas não é voluntária.

Presidente: Sra. Deputada, não é uma questão de ignorância, tem toda a razão.

Foi isso que foi falado na Conferência de Líderes, em virtude da informação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, de que ainda na segunda feria daria entrada do recurso, mas parece-me que também teremos tempo de debatê-lo amanhã.

Sendo assim, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Já foi anunciado o ponto em que vamos entrar.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(Neste momento, o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Jorge Jorge)

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Discutimos hoje aqui uma proposta cuja importância política está muito para lá do que consta no seu articulado.

O Projecto de Decreto Legislativo Regional que o PCP apresenta a esta Assembleia, em primeiro lugar, sinaliza politicamente que a precariedade laboral se tornou um problema crucial e que ela existe, sim, ela existe, também nos serviços públicos. Este é um primeiro passo essencial para resolver qualquer problema: reconhecer que ele existe.

Esse primeiro objectivo, congratulamo-nos, hoje já foi atingido. A luta dos trabalhadores, mas também a pressão e insistência do PCP e de outras forças políticas e sociais conseguiram que, hoje, seja unanimemente reconhecido por todas as forças políticas, incluindo pela maioria que suporta o Governo Regional, que a precariedade laboral é um problema grave de muitos trabalhadores da administração pública regional.

Se é, então, inegável que o problema existe, vale a pena entender como é que ele surgiu, ou melhor, como é que a precariedade no emprego público foi criada e se institucionalizou.

E recordemos quem é que, no Governo da República e no Governo Regional, acabou com o vínculo público por nomeação, que é a forma própria, correcta e justa, de vincular trabalhadores no emprego público.

Recordemos quem é que criou regimes supostamente transitórios, mas que na realidade são permanentes.

Quem é que permitiu os funcionários públicos a recibo verde, quem é que instituiu programas ocupacionais e de formação que são utilizados para substituir trabalhadores, quem é que procurou, por todas as formas possíveis, cortar nos direitos dos funcionários públicos, reduzir-lhes a

segurança no emprego e abrir todas as portas a formas de vinculação precária na administração pública.

A memória não nos falha de certeza nesta resposta: Foram o PS, o PSD e o CDS, nos seus sucessivos governos.

Se estamos hoje aqui a discutir esta proposta, se este problema existe é porque os vossos partidos e os vossos governos o criaram!

E não foi por falta de alertas sobre os resultados, nem de oposição a esta política de precarização. Foi longa e persistente a luta dos trabalhadores contra ela. Uma luta que permitiu criar uma solução diferente a nível da República, que travou essa política e que pode permitir agora alguma solução para este problema.

Também por isto, faz todo o sentido que apresentemos aqui, nos Açores, uma proposta em tudo semelhante à que apresentámos na Assembleia da República. Somos o PCP em toda a parte. Temos a mesma voz, a mesma palavra e a mesma firmeza em toda a parte, seja aqui, seja na República, que é algo que nos diferencia de alguns dos partidos aqui representados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E na Coreia!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se estamos de acordo que o problema existe, vamos então tratar de o resolver.

Mas queremos encontrar soluções para o problema todo. E por isso não achamos que a questão fique resolvida com a incipiente medida que o Governo Regional inscreveu no último orçamento, que se limitará a dar resposta a algumas, poucas, situações de contratações a prazo e prestações de serviço sucessivas na Administração Regional, mas que deixa no essencial tudo na mesma em relação a milhares de trabalhadores

que actualmente trabalham em serviços públicos, suprindo necessidades permanentes.

Nós queremos combater a precariedade toda, não apenas um bocadinho, como o faz o Governo Regional!

E, por isso, achamos que não podem ficar de fora da avaliação do problema todos os milhares de trabalhadores dos programas ocupacionais e de formação, nem todas as outras formas mais ou menos encapotadas de trabalho precário que existem nos serviços públicos da nossa Região.

O nosso Projecto de DLR propõe, em primeiro lugar, que se realize uma auditoria abrangente, objectiva, com critérios claros e transparentes para que se conheça qual é a situação actual dos trabalhadores e que se avaliem também quais são as necessidades reais e permanentes dos serviços públicos.

A resposta a isto, Senhores Deputados, não há nenhuma aplicação informática que a possa dar. Não vai bastar carregar num botão no segredo dos gabinetes. Vai ser mesmo preciso trabalhar, definir critérios, compilar dados e discuti-los publicamente com os representantes dos trabalhadores e com as forças sociais e políticas desta Região.

Deputado André Bradford (PS): Isso é um trauma!

O Orador: Este levantamento é o passo essencial para que, através da transparência se combatam as arbitrariedades e para que se possam fazer escolhas claras e justas em relação às futuras contratações. Não há outra maneira de se combater efectivamente a precariedade laboral que atinge os nossos serviços públicos. Não há outra forma de evitar as arbitrariedades de um Governo interessado em poupar com os recursos humanos e os poderes discricionários das chefias locais e intermédias.

Não há outra maneira de dar finalmente transparência às contratações para a Administração Pública e dar o vínculo justo a que têm direito as açorianas e açorianos que todos os dias trabalham nos nossos serviços públicos e cumprem necessidades permanentes.

Assim, para além de concluir que o problema da precariedade laboral na Administração Pública existe, a nossa proposta coloca uma pergunta: querem ou não querem resolver este problema? A votação desta nossa proposta é que vai dar a resposta, clarificando e separando as águas entre os que efectivamente querem combater a precariedade e os que só não querem ficar mal na fotografia.

Deputado André Bradford (PS): E os que querem aparecer na fotografia, que é o seu caso!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se, no fim de contas, queremos efectivamente combater a precariedade na Administração Pública, precisamos da auditoria e precisamos de dar o passo logicamente subsequente: contratar, de forma efectiva, os trabalhadores necessários, de preferência, e sempre que possível, integrando os mesmos trabalhadores que eram vítimas de regimes precários.

Se não é possível determinar administrativamente a sua contratação de forma automática, é possível, é necessário e é justo que não apenas se abram os concursos, como se valorize especialmente os que já possuem experiência e conhecimento nas funções a desempenhar. Injusto seria não o fazer!

É isso que a nossa proposta faz no número 3 do artigo 7º. E penso que fica assim respondida a objecção levantada pelo Senhor Deputado

Manuel Pereira, na Comissão. Seria, isso sim, inconstitucional decretar a contratação automática.

Deputado André Bradford (PS): Não fica!

O Orador: É um dever de justiça valorizar especialmente os trabalhadores que já desempenham as funções postas a concurso.

Ouvimos as críticas das várias forças políticas e organizações sociais e retirámos as referências aos trabalhadores da Administração Local desta proposta, por reconhecermos que merecem um tratamento legislativo próprio.

Mas isso não significa que estejamos disponíveis para nos esquecer destes trabalhadores, nem para deixarmos de combater a precariedade que também existe, infelizmente, no nosso Poder Local.

E vale a pena responder aqui também às objecções levantadas pela Senhora Deputada Sónia Nicolau, explicando-lhe, claramente para que perceba:

A nossa proposta não é certamente inconstitucional e para o assegurar excluímos o Poder Local do seu âmbito, fique descansada.

Deputado André Bradford (PS): Isso já é debate!

O Orador: A nossa proposta não é incongruente porque, como atrás expliquei, abrange muito mais do que os trabalhadores que estão contratados. Vai ser necessário cruzar dados, definir critérios e discuti-los publicamente, como disse. O prazo de seis meses não é longo demais.

E por fim, Senhora Deputada, a nossa proposta não é inconsequente nem “intemporal”, como afirmou.

Deputada Sónia Nicolau (PS): É sim!

Deputado André Bradford (PS): A gente já lá vai!

O Orador: Porque a solução que o Governo incluiu no Orçamento Regional limita-se a acomodar a situação de alguns. Não dá qualquer resposta à maior parte dos trabalhadores que actualmente trabalham para serviços da administração pública com vínculos precários, nomeadamente dos que estão em programas ocupacionais, mas a desempenhar funções permanentes.

Mas quero dizer-lhe mais:

Inconstitucional é a forma como o Governo do seu partido trata os trabalhadores e subverte programas que deviam ser de formação para substituir trabalhadores;

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: Incongruente, é a posição do Partido Socialista, que defende uma coisa na República e outra diferente nos Açores, que promete uma coisa na campanha eleitoral e concretiza outra bem diferente quando está no Governo.

Inconsequente foram os seus argumentos, que com facilidade acabei de desmontar;

E, para lhe acompanhar a criatividade, Senhora Deputada, o último I:

Intemporal é a luta pela justiça para quem trabalha. Uma luta que vai continuar por muito que lhe custe ou desagrade.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não resta, assim, qualquer razão para não aprovar a nossa proposta, excepto a resposta à questão que atrás referi e que repito agora:

Querem ou não querem resolver o problema do trabalho precário na Administração Pública?

Hoje terão de responder a esta pergunta.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor ainda não compreendeu o que ouviu na Comissão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Bem, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que agrada que a posição do PS lhe tenha esclarecido aquele que foi o seu próprio Projeto de Decreto Legislativo Regional, ao fim e ao cabo foram as explicações do PS que fez com que percebesse o que é que tinha escrito, nomeadamente, agora vindo entregar uma alteração à sua própria propostas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, nós congratulamo-nos com a nossa explicação e que fez parte da sua intervenção de tribuna, não fosse o PS, em Comissão, ter-lhe explicado as inconformidades da sua proposta, possivelmente o seu discurso teria sido o mesmo que o da Comissão, ou seja, silêncio. Essa é desde logo a primeira nota.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Em segundo lugar, dizer-lhe que há pouco o Sr. Deputado falava de colocar uma pergunta.

Bem, nós colocamos várias perguntas durante a Comissão e o Sr. Deputado não foi capaz de responder a nenhuma pergunta, reservou-se ao silêncio da tribuna, reservou-se aos nossos atributos para justificar a sua proposta. É isto que aqui está em causa.

Mas antes de lá ir à sua proposta, deixe-me dizer, Sr. Deputado do PCP, que efetivamente o PS, os governos do PS, ao longo destes anos,

orgulham-se da administração pública que tem, orgulham-se dos trabalhadores que lá estão, têm feito um enorme esforço para garantir que todo o cidadão que tenha motivação na prestação dos serviços públicos.

E convém também lembrar, Sr. Deputado, o nosso património, o nosso património não começa em março de 2017, com a proposta do art.º 7.º do Plano e Orçamento, através de integração dos precários. Não! Tem uma história, tem um histórico, e que o Sr. Deputado aqui, quando nos faz a pergunta, podia ter respondido, porque isso faz parte da legislação regional.

Ora, repare-se: no Decreto Legislativo Regional n.º 3/99, houve uma regularização dos vínculos laborais. Cá está! O PS entendeu regularizar um conjunto de situações que à data eram necessários. Não foi preciso o PCP vir apresentar nenhum Projeto de Resolução, nenhum Projeto de Decreto Legislativo Regional, ou vir aqui fazer qualquer interpelação.

Passados uns anos, no Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008, de 24 de julho, o PS veio apresentar uma nova regularização.

Portanto, a precariedade é algo que com certeza diz muito a todos nós, mas não diz só ao PCP, diz também ao PS e nós temos património que assim o assegura, não só pela letra da intervenção, como pela letra da ação, através de decretos legislativos regionais.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, esta questão eu gostaria que aqui ficasse.

É um histórico que nós nos orgulhamos. Eu falei-lhe há pouco daqueles que foram dois decretos legislativos regionais, do decreto legislativo regional, aprovado em março, e que já nos debruçaremos sobre ele, em março de 2017, mas também deixe-me dizer-lhe do orgulho imenso que

nós temos, embora seja um sistema, digamos, especial, de integração também de professores na função pública.

Também, orgulhamo-nos daquilo que foi recentemente terem renovado nos seus quadros, no âmbito do Governo, nos últimos dois anos, ingressaram mais 446 novos trabalhadores.

O Sr. Presidente do Governo deu informação de que iriam proceder-se à abertura de mais 350 novos concursos. E vem o Sr. Deputado aqui dizer que o PS não se interessa com a precariedade na administração pública!? Vem aqui o Sr. Deputado dizer que o PS não toma ação sobre as suas palavras em campanha eleitoral!?

Isto é atrevimento em demasia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó Sra. Deputada, tenha tino na língua!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O aparte não é regimental?

Presidente: É regimental, mas não deve ofender as pessoas e naturalmente que devemos continuar este debate dentro das regras da boa educação e do respeito mutuo, como este Parlamento assim o exige.

A Oradora: Sra. Presidente, muito obrigada.

Logicamente não vou responder ao aparte deselegante do Sr. Deputado Artur Lima, mas fica registado para o futuro.

Continuando, nesta lembrança que há pouco referia, importa sempre referir-se ao Decreto Legislativo que aqui traz o Sr. Deputado e que, efetivamente, fez uma resenha daquela que foi a intervenção do PS,

aquando da Comissão, que está plasmada no nosso relatório, mas digo-lhe desde já, que de uma forma muito simples, este Projeto de Decreto Legislativo Regional, tem inúmeras inconsistências (duas, para já):

Primeiro, referindo-se à aplicabilidade local, da administração local, que ensaia no preâmbulo, introduz no Projeto, mas depois perde-se no todo, em articulado e agora à pressa entrega uma alteração.

Portanto, o PCP é que não sabe o que é que anda a fazer, trazendo um projeto integralmente nacional, copiado para o regional. Esta é a primeira questão.

A segunda: a proposta que aqui traz não cria um programa, mas cria sim uma teia processual que converte precários em desempregados. É isto que faz.

Continuando, o Projeto de Decreto Legislativo Regional, que agora se discute, para além do seu propósito legislativo, e devo dizer Sr. Deputado, que nós não consideramos todo o conjunto de considerandos que estão no preâmbulo, dos quais nós não nos identificamos, porque efetivamente alude a estatísticas que são no âmbito do território nacional e não de território regional, e faz considerações que nós rejeitamos, liminarmente.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

A Oradora: E digo-lhe mais: é intempestivo, é intemporal, porquê?

Aquando da discussão do Programa do Governo, o Sr. Presidente do Governo, referiu a sua preocupação relativamente à precariedade laboral, disse que iria tomar decisões dessa matéria e isto aconteceu precisamente em novembro de 2016.

Em janeiro de 2017, no âmbito, fora desta casa, mas no âmbito do Conselho Regional de Concertação Estratégica, é apresentado o Plano e Orçamento, já com uma postura de propositura sobre esta matéria.

É entregue, em fevereiro, o Plano e Orçamento na Assembleia Legislativa Regional e posterior análise, em votação, em março. A razão de ser intempestivo, é precisamente esta. O PCP apenas entrega para mostrar que se preocupa com a precariedade laboral.

Mas o PS já o tinha dito em campanha eleitoral, veio dizer na apresentação do Programa do Governo e concretizou-a. Este foi o enquadramento do intempestivo.

Mas se a cronologia não nos desse razão, todo o enquadramento colocado no documento dá-nos toda a razão.

É inconsequente, e não somos só nós que dizemos que é inconsequente, os pareceres dos sindicatos também o dizem.

Não apresenta solução para políticas de prevenção e combate a precários, onde claramente os sindicatos vêm dizer: “Sim senhor! É para fazer uma auditoria!”. Mas, e o passo seguinte, qual é?

Portanto, não somos só nós que dizemos que dizemos que é inconsequente, os sindicatos também o dizem.

A questão da inconstitucionalidade, haverá com certeza outro momento, mas se calhar recomendo a leitura do parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, que é claríssimo.

Quanto à questão a incongruência. É efetivamente incongruente! O Sr. Deputado, vem pedir a recolha de dados, pede 6 meses para fazer essa mesma recolha, no seu art.º 4.º, quando na prática, e foi explicado pelo Sr. Vice-Presidente, em Plenário e em Comissão, que toda a informação, de todos os trabalhadores que estão nas condições do ponto 7, do Decreto

Legislativo Regional, relativo ao orçamento, são automaticamente recenseadas.

Portanto, esta informação é imediata.

Quer o PCP fazer os trabalhadores esperarem mais 6 meses? É isto que o PCP quer.

Em último lugar e em resumo, o PCP propõe 6 meses efetivamente para identificar, quando o PS, pelo Governo do PS, tem de forma automática.

Este projeto, por fim, confunde políticas de emprego, e isto foi explicado ao Sr. Deputado, mas com certeza não lhe é importante perceber, com políticas sociais, através de programas ocupacionais.

Isso foi explicado na altura, foi claramente explicado, mas o Sr. Deputado continua a confundir políticas de emprego, a abertura através de avaliação sumária, com a questão dos programas ocupacionais.

Ademais, este ensaio do Projeto de DLR, é um ensaio precário para os trabalhadores que aguardam pela resolução da sua situação, sem recursos a subjetividades que são introduzidas no artigo que o Sr. Deputado há pouco referiu.

Por fim: o PCP propõe transformar precários em desempregados e o Governo propõe transformar precários, através da avaliação sumária, com prazos de acordo com situações de contrato a termo de dois anos e prestação de serviços de 28 meses, em funcionários da administração regional.

Este projeto, em suma, os trabalhadores sem vínculo na função pública, nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional, que aprova o Orçamento da Região, aguardavam por uma solução e o Governo Regional respondeu prontamente à solução dos precários, de acordo com os critérios escritos no ponto 7 do Orçamento Regional. Está é a

diferença. O PCP vai transformar precários em desempregados e o PS, nos governos do PS, vai transformar aqueles que são precários em empregados.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por salvaguardar que, para o CDS-PP, o acesso ao emprego e a estabilidade laboral, são premissas fundamentais para a fixação de população na Região e para a atração de mais residentes, especialmente jovens, conferindo a segurança necessária para que possam constituir família e instalar-se em definitivo nas nossas ilhas.

Em relação a este Projeto de Decreto Legislativo Regional, o CDS, desde logo, levantou a questão das eventuais competências que o Governo Regional pudesse ter, em termos da administração pública local, levantou esta questão em Comissão, e na verdade como era a nossa perceção inicial, e tendo por base também as audições realizadas, de facto, a

Região não tem competências nesta matéria, em particular e assim também, de tal forma, que o Sr. Deputado João Corvelo, já veio retirar essa parte do diploma.

No entanto, esta iniciativa que o PCP apresenta prevê a realização de uma auditoria, visando entre outros aspetos, o apuramento de todas as situações de utilização de programas ocupacionais e de estágios, para satisfação das necessidades permanentes dos organismos e serviços públicos regionais, com publicação obrigatória destes resultados.

A este respeito, diz o Sr. Vice-Presidente, que o Governo Regional não precisa de 6 meses, para fazer algo que está disponível a cada momento, através do SIGRHARA.

Pois bem, a verdade é, Sr. Vice-Presidente, que estes dados não são públicos e, como tal, nós Deputados, não temos acesso a eles e não os conhecemos.

Neste sentido, o que o CDS-PP quer saber é, à data de hoje, quais são as necessidades permanentes que as entidades públicas regionais têm e quais dessas necessidades quais são aquelas que são, no fundo, preenchidas com recursos a programas ocupacionais e a estágios?

E. Sr. Vice-Presidente, reconhecendo as mais valias dos programas ocupacionais e dos estágios, no imediato, a curto prazo, já que bem ou mal representa uma fonte de rendimento para quem de outra forma até, eventualmente, estaria desempregado, na verdade os mesmos não são uma solução efetiva de emprego e como não são uma solução efetiva de emprego também não conferem a estabilidade que os açorianos necessitam e ambicionam.

E, é preciso que fique claro, que os programas ocupacionais devem ser vistos como medidas transitórias e que, em última instância, até podem retardar a integração destes ocupados no mercado de trabalho.

Sr. Vice-Presidente do Governo:

Em dezembro de 2015, existiam quatro mil, quatrocentos e sessenta ocupados, na Região. Sabe quantos existiam em dezembro de 2016? Eram sete mil, cento e cinco, ou seja, mais dois mil, seiscentos e quarenta e cinco ocupados do que em 2015. Isto significa que no espaço de apenas um ano, houve um aumento de quase 60% do número de ocupados, Sr. Vice-Presidente.

É muito agradável poder apresentar estatísticas que mostram reduções sucessivas na taxa de desemprego, mas não se pode andar a iludir os açorianos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É preciso recordar a todos os açorianos que temos mais de sete mil ocupados na Região, neste momento, e ocupados em programas e mais programas, implementados pelo Governo Regional.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mais, se as estatísticas não fossem completamente mascaradas com estes programas, a taxa de desemprego seria enorme, nos Açores, muito superior àquela que é oficialmente apresentada e isso é manifestamente preocupante.

Perguntamos, portanto, Sr. Vice-Presidente, qual é a estratégia do Governo Regional para a integração deste mais de 7 000 ocupados no mercado de trabalho e sobretudo, Sr. Vice-Presidente, qual é a estratégia do Governo Regional para a criação de emprego nos Açores?

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários, Sra. Secretária: Conforme o que foi aqui denunciado pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, de facto nós temos milhares e milhares de beneficiários de programas ocupacionais, que se calhar e porque nós não sabemos disso, estão a preencher um número indeterminados de postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes na administração pública autónoma e estamos perante um cenário que em nada abona quem quer ter um futuro nesta Região.

Não estou a falar só de jovens, apesar de estarmos aqui também a falar, se calhar, sobretudo de jovens, mas de pessoas de todas as idades que neste momento não têm perspetivas de futuro e que a única perspetiva que têm é a perspetiva do dia a dia e de receberem uma bolsa e não propriamente um salário a que deveriam ter direito e a um contrato de trabalho.

Fico com a impressão, lamentável que, por incrível que possa parecer, o PS coloca um dilema, eu diria mesmo, um falso dilema, entre as pessoas terem que escolher entre a precariedade e o desemprego e esse não é um dilema que se deva apresentar aos açorianos e açorianas.

Deputado André Bradford (PS): Está com uma impressão errada!

O Orador: Antes pelo contrário, devemos apresentar novas escolhas, novas oportunidades, de forma a que as pessoas tenham direito a uma vida condigna, com um trabalho e um vínculo estável, que lhes permita ter um projeto de vida.

Referiu aqui, a Sra. Deputada Sónia Nicolau, que a Representação Parlamentar do PCP, estava a copiar uma proposta apresentada e submetida à Assembleia da República.

Ora, eu não tenho problemas nenhuns, pelo menos o Grupo Parlamentar do BE, não tenho problema algum em copiar propostas que venham da Assembleia da República, ou de outro lado qualquer, logo que sejam proveitosas para a nossa Região.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Adapta-se!

O Orador: Aliás, devo recordar que na Legislatura passada, o BE apresentou, nesta Casa, um Projeto de Resolução para que se fizesse uma auditoria aos vários serviços da administração pública autónoma, que permitisse aferir quantos beneficiários de programas ocupacionais, estão efetivamente a preencher necessidades permanentes nos seus serviços?

Infelizmente, o PS inviabilizou essa iniciativa.

Seria, ou teria sido muito importante e muito proveitoso para os açorianos e açorianas, que o mesmo PS tivesse copiado a sua iniciativa que apresentou em 2014, na Assembleia da República, e que propunha exatamente a mesma coisa e que foi na altura reprovada pela coligação governativa, PSD/CDS, mas que foi apoiada quer pelo BE, quer PCP e Partido Ecologista os Verdes.

Não se compreende por que é que este PS, na República e enquanto está na oposição é o paladino contra a precariedade; quando está no Governo e nomeadamente aqui na Região, põe-se aqui com falsos dilemas e com

falsos debates, porque o que se está a falar aqui é em autênticos cenários de precariedade. Eu não estou a falar de vínculos a termo certo, apesar de serem também vínculos precários. Estou a falar aqui de programas ocupacionais, de pessoas que desempenham funções permanentes na administração pública e que não deveriam estar até mesmo conforme aqueles que são os regulamentos dos vários programas ocupacionais, que proíbem o recurso a estes beneficiários, para preencherem necessidades permanentes. Ora, isso não deveria nunca acontecer.

Deputado André Bradford (PS): Afinal quem é que é mais amigos dos desempregados, é o Bloco ou o PCP?

O Orador: É o próprio, eu lembro que é o próprio Provedor de Justiça, que reconhece e exorta a avaliação dos contratos de emprego-inserção, que são os instrumentos de precariedade e o correspondente aos programas ocupacionais aqui na Região, na República.

Essa foi uma recomendação que o Provedor da Justiça fez e exortou a que se procedesse a uma avaliação da utilização abusiva destes programas, na República.

Eu espero, porque até lembro e recorro que nas últimas eleições regionais, nós BE, entregámos uma queixa ao Provedor de Justiça, mais ou menos com o mesmo teor, mas referente aos programas ocupacionais aqui na Região.

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas sem suporte!

O Orador: Eu gostaria de saber, onde é que estão as entidades fiscalizadoras? O que é que fazem?

Refiro-me, por exemplo, ao programa PROSA e ao programa RECUPERAR, que deveriam ser fiscalizados pelo Fundo Regional de Emprego e pela Inspeção Regional de Trabalho. Onde é que estão essas

entidades? Que ações de fiscalização é que conduzem? Até agora desconhecemos.

O que sabemos é que temos vários testemunhos de pessoas que, claramente, estão a corresponder a necessidades permanentes de trabalho na administração pública.

Deputado Manuel Pereira (PS): E a proposta? Sobre a proposta?

O Orador: Aliás, os vários regulamentos dos programas ocupacionais invocam o Decreto Legislativo Regional n.º 24 de 2010, para o justificar, no entanto este diploma não visa a criação de programas de frequência obrigatória para desempregados e beneficiários de prestações sociais, que é o que acontece em alguns destes programas.

Os regulamentos do PROSA, dos CCTS e do SEI permitem, aliás, a criação de autênticos instrumentos de precariedade para entidades públicas e do setor social e aqui neste caso, refiro-me a entidades do setor social que devido ao novo Código de Ação Social, ao novo modelo de financiamento às IPSS e às Misericórdias, veem-se amarrados, esmifrados, empurrados para terem que recorrer a este tipo de programas ocupacionais para suprir necessidades permanentes dos seus serviços, quando são completamente forçados a fazê-lo. Porquê? Devido aos constrangimentos orçamentais, aos constrangimentos decorrentes de um novo modelo de financiamento a estas entidades, que foi proposto por este mesmo Governo Regional.

Falando agora, e dando exemplos de precariedade, devo recordar aqui o caso do (não vou utilizar nomes reais, como é óbvio) António. O António efetuou programas RECUPERAR, PROSA e SEI entre 2013 e 2016, o programa SEI, durante o último ano. Trabalhou na Câmara Municipal da Horta. A fazer o quê? Recolha de resíduos sólidos urbanos. Tinha um

horário de trabalho? Sim, tinha. Das oito e meia, às quatro e meia, com uma hora para almoço.

Apesar de prestar este trabalho, este valioso trabalho que está a preencher necessidades permanentes, dificultaram o acesso a equipamento de trabalho, nomeadamente a luvas em condições.

Portanto, além de estarem a preencher necessidades permanentes de trabalho, ainda não lhes dão sequer as condições necessárias para cumprir o seu trabalho, pondo muitas vezes em perigo a sua segurança.

Portanto, o Grupo Parlamentar do BE considera deveras importante a iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Partido Comunista e por isso iremos votar favoravelmente.

Obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, eu penso que as últimas duas intervenções tinham claramente muito pouco a ver com a matéria que estamos aqui a debater, que é uma proposta do Partido Comunista Português.

O cerne da questão é precisamente o problema desta proposta.

E como acabou, se calhar inadvertidamente, o Sr. Deputado do PCP, por dizer, esta proposta foi copiada da República.

Ora bem, o grande problema quando se copia uma coisa, é quando ela não se ajusta ao sítio onde se copia, normalmente dá asneira ou neste caso deu uma inconstitucionalidade, para além de uma asneira.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: E vamos por partes.

A primeira questão essencial, é que nós temos uma matéria, que é uma proposta supostamente para combater o trabalho precário na Administração Pública Regional, que revoga, a ser aprovada, o art.º 7.º do Orçamento da Região, deste ano, que versou sobre a mesma matéria.

Só que há aqui um problema ainda mais de incongruência do PCP. É que o PCP propõe aqui revogar um artigo que votou a favor ainda há um mês atrás, ou seja propõe revogar aquilo que há um mês concordava e apoiou.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é o que faz copiar uma proposta que não é nossa. Não é nossa, da Região, não se adapta ao ajustamento da Região.

Questão essencial desta matéria: efetivamente a Administração Pública Regional, tem feito um enorme esforço no sentido de estabilizar os recursos da Administração Pública Regional, em termos estáveis.

Nos últimos dois anos a Administração Pública Regional, aumentou em 446 o número dos seus funcionários. Desses 446, 333 correspondem a contratos de trabalho sem termo, ou seja, integração no quadro, o que quer dizer que nos últimos dois anos, 75% dos trabalhadores que entraram para a Administração Pública, entraram para o quadro, mais 333, ou seja, quando se vê que os mesmos partidos propõem no futuro que 75% dos contratos não sejam precários, quer dizer que a Administração Pública Regional, cumpriu integralmente esse objetivo e dos 446 funcionários que entraram para a Administração Pública nos últimos dois anos, 75%, ou seja, em cada quatro, três, foram para os quadros.

Esses dados objetivos dão resposta às intervenções até agora formuladas.

Mas, como foi assumido pelo Sr. Presidente Governo, aqui, na discussão do Programa do Governo, ainda existiam situações de trabalho precário e como fizemos em 1999, como fizemos em 2008, voltámos a fazer em 2017 e na proposta do Orçamento da Região, no art.º 7.º, criámos uma proposta para regularização de todas as situações de trabalho precário, que estavam há mais de dois anos, em contrato a termo certo ou há mais, proposta inicial, três anos e depois aceitando a proposta de alteração do BE, 28 meses, em regime de prestação de serviço.

E hoje, por isso mesmo, porque o orçamento foi aprovado, foi publicado na passada quinta feira, podemos dizer que ao contrário de se esperar seis meses para fazer contas, e como tinha dito, bastava definir a data de publicação, para à distância de um clique sabermos quantas pessoas estavam nestas situações, posso aqui hoje anunciar, que cumprindo este art.º 7.º do Orçamento e tendo por base a data, passada quinta feira, de publicação do Orçamento, no Diário da República, serão integrados nos quadros da Região todos os funcionários da Administração Pública Regional, das carreiras que estão definidas no art.º 7.º, que tenham mais de dois anos, em contrato a termo certo, ou mais de 28 meses em regime de prestação de serviço.

Por isso, na sequência disso, serão integrados no quadro da Administração Pública Regional, 65 técnicos superiores, 26 assistentes técnicos, 14 assistentes operacionais, 6 pessoal técnico de diagnóstico, 2 de enfermagem, 1 de pessoal informático, e se assim entenderem, 26 pessoal médico, o que totaliza 150 trabalhadores, que era efetivamente a realidade dos funcionários da Administração Regional, que estavam ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... há mais de dois anos, ou há mais de 28 meses em situação de contrato a prazo, ou em prestação de serviços, o que representa curiosamente 0,9%, mais precisamente, do total do universo dos funcionários públicos. Se repararem corresponde exatamente dos 446 que aumentou a administração pública nos últimos dois anos e se 333 estavam no quadro, estavam fora do quadro 113. Com este processo assegura-se até 150, porque como tive oportunidade de dizer na Comissão, tenho dúvidas que algum pessoal da carreira médica, aceite integrar o quadro e vão optar com certeza pelo mesmo regime que tem neste momento, mas mesmo se tirarmos o pessoal médico ficará uma integração de 114 trabalhadores, que é aquilo, afinal, a precaridade que havia na Administração Pública Regional, representava menos de 1% no total da Administração Pública Regional e representava mesmo assim poucos, mas eram 114 que com a nossa proposta e o cumprimento do nosso compromisso, nos exatos termos, em que foi aqui anunciado na discussão do Programa do Governo, cumprimos e no prazo de 45 dias esses 114 funcionários irão também reforçar a estabilidade da Administração Pública Regional, cumprindo por essa via, o Governo, mais um compromisso que assumiu com os açorianos e que assumiu no início desta Legislatura e que está agora a cumprir a bem dos Açores e a bem dos açorianos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 25 minutos.

Eram 16 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao debate.

Eram 16 horas e 34 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membro do Governo:

Esta Proposta do PCP, na ótica do PSD é bondosa, contudo choca com o art.º 7.º do Orçamento, que foi aprovado recentemente nesta Casa e foi aprovado, por unanimidade, o art.º 7.º.

O PSD de forma coerente, e reconhecendo a bondade desta proposta, obviamente que vai abster-se à proposta do PCP:

Contudo, o que importa ressaltar, e de acordo com aquilo que foi aprovado nesta Casa, recentemente, o Orçamento e o seu art.º 7.º, importa ressaltar que todo o processo de integração dos funcionários na Administração Pública seja feito de forma exigente e rigorosa e a norma

do Orçamento contempla vários critérios e se é verdade que o primeiro critério, que é a subordinação hierárquica, que faz sentido, porque constitui uma relação laboral, que permite distinguir uma verdadeira avença, de um trabalhador subordinado, cuja relação laboral esteja a ser dissimulada por um falso recibo verde.

O segundo critério: o preenchimento das necessidades permanentes.

Este critério também é válido, na medida em que de facto a maioria dos contratos a prazo estão a ser utilizados para preencher necessidade permanente e que são essenciais ao funcionamento da Administração Pública.

O terceiro critério: haver um horário completo.

Este critério aqui é um bocadinho mais discutível e é mais discutível porque se é verdade que uma necessidade permanente, tem que ter como base um horário completo, também pode ser verdade que alguém que não esteja a desempenhar funções num horário completo, esteja a desempenhar funções de carácter permanente na administração pública.

É aqui Sr. Vice-Presidente, que pode haver aqui alguma injustiça, e quando digo injustiça, é no sentido de deixar fora alguém que por apenas não ter um horário completo, não poderá estar em condições de integrar os quadros da Administração Pública.

Por outro lado, Sr. Vice-Presidente, importa também olhar todos aqueles que hoje, ao abrigo de programas ocupacionais, ou outra forma, mas que não estão integrados nos quadros da administração pública, desempenham funções, ou que sejam tidas funções hipoteticamente de carácter permanente nas escolas, nos hospitais, nas outras dependências da Administração Pública e é aqui, Sr. Vice-Presidente, que importava que o Governo criasse condições para que essas pessoas, que hoje estão ao

abrigo dos programas ocupacionais, que gradualmente pudessem aspirar a ter um emprego, aspirar a ter condições de vida melhores, aspirar a ter uma estabilidade profissional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, as questões levantadas pelo Sr. Deputado do PSD, há que dividir em duas questões: uma vaga no quadro da Administração, pressupõe um horário completo, portanto se pressupõe um horário completo, implica uma necessidade não só permanente, mas que corresponda a uma necessidade de horário completo.

Há duas situações a distinguir sobre essas matérias: há situações de prestação de serviço, que não correspondem de maneira nenhuma a necessidades de quadro e são necessidades permanente.

Vou lhe dar alguns exemplos que toadas as escolas, todos os serviços têm, em regime de prestação de serviços, pessoas que são responsáveis, por exemplo, pela assistência técnica dos elevadores, quando existem; a assistência técnica dos postos de transformação; assistência técnica dos sistemas informáticos. São tudo regimes de prestação de serviços que correspondem a necessidades permanentes, mas não são hoje, nem nunca

serão, uma necessidade de um horário completo, portanto não se justifica de maneira nenhuma transformar essas pessoas com uma prestação de serviço pontual, quando é necessário, e muitas delas de acordo com a lei, em lugares no quadro para prestar assistência técnica a um posto de transformação, a um sistema informático ou a um conjunto de outros equipamentos, portanto essas situações estão fora.

Situação completamente diferente, é pessoas que têm um regime de prestação de serviço ou de contrato com horário muito próximo do horário completo, que evidentemente essas devem ser integradas e ser consideradas necessidade permanente.

Portanto, tem que haver aqui um bom senso, não pode ser em nome da letra, nem do conceito, mas com certeza, evidentemente, se uma pessoa por duas horas ou três semanais, não tiver horário completo, deve ser considerada e integrada para esse efeito, como em igualdade de circunstâncias com as outras pessoas, porque não é por uma questão desse pormenor que deve ficar de fora.

Segunda questão, que também é essencial: tive oportunidade aqui aquando da discussão e apresentação do Orçamento, de anunciar também que nós para além dos 446 trabalhadores que já colocámos na Administração Pública Regional nos últimos dois anos, dos quais 333 para o quadro; dos 150 que estamos agora, de acordo com o artigo 7.º, em condições de integrar no limite, estamos a abrir ao longo deste ano, mais 350 vagas, que acresce a estes 496, portanto dá cerca de 900 no total, num total de trabalhadores que no período de três anos irá crescer a Administração Pública Regional.

Esses 350 a mais, visa corresponder àquilo que nós detetamos que serão as necessidades da Administração Pública Regional no espaço de um ano

ou de dois anos e que corresponde ao número de trabalhadores que estão ainda no ativo com mais de 65 anos, 65 até 69 anos, ao número de trabalhadores que tendo mais de 60 anos tem, nos últimos dois anos, ou se ausentado por motivo de doenças, mais que oito meses por ano.

Portanto, é efetivamente esses 350, além destes, que irão repor aquilo que é as necessidades futuras permanentes, em função daqueles que irão passar à situação de aposentação, que tem mais de 65 anos, portanto no período agora dos próximos anos irão aposentar-se, ou que não tendo ainda os 65 anos tem uma situação de ausência do serviço, por motivo de doença, superior a oito meses por ano.

Isso deverá implicar a abertura de mais, além da integração destes 150, além dos 446 que contratámos nos últimos dois anos, irá implicar mais 350 novos contratos e a abertura de 350 novas contratações para a Administração Pública, somando por essa via, 946 trabalhadores a mais, a mais de reforço, da própria Administração, nos últimos três anos.

Evidentemente, a Administração Regional não vai aumentar em 996, porque há um fluxo de aposentações ao longo deste tempo e estes 350 que irão crescer, estes que já entraram e estes que vão ser agora integrados, serão evidentemente, em termos líquidos a médio prazo, não resultará em aumento porque vão antecipadamente compensar aqueles que irão para a situação de reforma, dos quais, como tive oportunidade de dizer, 114 correspondem a assistentes operacionais nas nossas escolas, que é onde efetivamente existe um nível etário dos próprios funcionários mais alto e portanto com maior tendência para se aposentarem nos próximos tempos.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

O PSD congratula-se com isso que o Sr. Vice-Presidente acabou de referir e, por maioria de razão, as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, aquando da discussão do Plano e Orçamento, vão ao encontro daquilo que V. Exa. acabou de referir aqui.

Nós apresentamos uma proposta de alteração que visava que o tempo máximo que mediasse entre a entrada em vigor do Orçamento e a conclusão do processo, não ultrapassasse os 60 dias. V. Exa. garantiu que, no máximo, serão 45 dias. Muito bem!

Nós apresentamos uma proposta de alteração, também, que visava que o chefe, que o dirigente da Administração Pública, fundamentasse, de forma clara, a necessidade permanente.

Obviamente, que de acordo com aquilo que acabou de referir, aquelas pessoas que estarão naquele quase horário completo, serão alvo de um despacho fundamentado do dirigente da administração pública correspondente.

Isto, Sr. Vice-Presidente, o PSD congratula-se que V. Exa., não de forma clara, mas de forma tácita, tenha aceite as nossas propostas de alteração apresentadas no Plano e Orçamento.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não sei se o problema será do microfone, se será outra questão qualquer, mas tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu começo por referenciar o seguinte: esta Proposta do PCP, dada a aprovação do art.º 7.º do Orçamento, neste momento seria, tanto quanto posso analisar, contraproducente, tendo em conta o período que levaria à auditoria obrigatória do levantamento de situações de precaridade laboral, ou seja acabaria por prejudicar os trabalhadores que são beneficiados com a proposta que foi aprovada no âmbito deste Parlamento.

Portanto, nesse sentido o PPM, não pode apoiar a iniciativa em análise.

No entanto, há duas coisas que gostava de referencia: a primeira, é que eu acho que esta auditoria, mesmo depois deste processo legislativo e mesmo depois da implementação, a prática do art.º n.º. 7.º do Orçamento, esta questão deve ser abordada e esta auditoria deve ser realizada.

Em segundo lugar, reconhecer que os programas ocupacionais introduziram um índice de precariedade inaceitável, no âmbito da administração regional e que esta é uma questão, obviamente, da maior importância, que merece uma análise profunda, análise que deveria ser realizada, por exemplo, num mecanismo, como aqui é proposto por parte do PCP, no âmbito de uma auditoria, mas num momento posterior.

Neste momento a aprovação da proposta teria efeitos contraproducentes em relação ao que se pretende.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente, há pouco, de uma rajada só, afirmou que tinha respondido a todas as questões levantadas nas intervenções colocadas pelos Srs. Deputados, mas na verdade não respondeu e não respondeu porque apenas disse que o Governo Regional iria integrar, um determinado número de funcionários com vínculo precário, e bem, devo dizer que bem, porque o Governo Regional deve dar o exemplo nesta matéria, mas o que nós perguntamos não foi isso. Nós o que perguntamos era se, à data de hoje, haveriam necessidades permanentes nas entidades públicas regionais e quais dessas necessidades, eram preenchidas com recurso a ocupados?

Devo depreender que não existe nenhuma necessidade permanente salvaguardada por ocupados, Sr. Vice-Presidente, é isso?

Depois, Sr. Vice-Presidente, nós podemos torcer os dados, podemos torturá-los, mas eles não mentem. Se é verdade que, em relação a 2016, nós tivemos uma redução do número de desempregados, também é verdade que houve um aumento significativo do número de ocupados. A diferença aqui, é que enquanto se reduziram, 1 168 desempregados, aumentaram-se 2 635 ocupados (a restante conta é muito simples de fazer, julgo que não é preciso fazer por si).

Portanto, a pergunta que nós gostaríamos que o Governo Regional respondesse é, qual é a estratégia para a integração destes mais de 7 000 ocupados, no mercado de trabalho? E qual é a estratégia para a criação de emprego na Região?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem entrar em linguagem bélica, só gostaria de lhe dizer, de chamar a atenção do Sr. Deputado, que respondi à primeira das suas questões, quando disse na minha última intervenção, de que conforme tinha anunciado aqui, aquando do debate do Orçamento, nós temos identificado como necessidades permanentes futuras, e que vão ser resolvidas antecipadamente este ano, 350 novas contratações da Administração Pública Regional resultantes, como expliquei, daqueles funcionários que têm mais de 65 anos neste momento e que irão aposentar-se num horizonte temporal curto, ou que, tendo mais de 60 anos, tem por motivos de doença uma ausência do serviço superior a oito meses por ano e o somatório das duas realidades dá uma necessidade de 350 novos funcionários. Foi isso que respondi, é isso que reafirmo.

Em relação à questão matéria dos ocupados, versus, variação da taxa de desemprego, vou fazer-lhe só um desafio para memória futura muito próxima.

O Sr. Deputado está a tentar fazer um ajustamento entre a variação da taxa de desemprego ...

Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*): Não é taxa de desemprego. É número de desempregados!

O Orador: ... e o número de desempregados e a variação do número de ocupacionais.

Tentando fazer uma interpretação que mais ocupacionais, e permita-me fazer agora um parêntesis, ocupacionais não têm a ver com programas de emprego, são pessoas que estão em situação das mais variadas, não tem

nada a ver com programas de emprego, pode ter a ver com questões de formação, questões de indisponibilidade para aceitar uma oferta de trabalho, etc., etc.. É um conjunto muito vasto de situações que não se englobam todas em programas de emprego. Temos que esclarecer isso previamente, mas não é esse pormenor que interessa agora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não são desempregados. Estão com problemas de formação então!

(Risos)

O Orador: O que interessa agora é: vamos ver então, não havendo neste momento admissões para novos programas como o RECUPERAR, pela sua teoria, provavelmente a taxa de desemprego vai subir.

Aguardaremos pelos novos dados da taxa de desemprego e vamos ver se sem novos programas ocupacionais, a taxa de desemprego sobe, ou se a taxa de desemprego desce e se descer prova-se que a taxa de desemprego desce e o emprego cresce, não pelos programas ocupacionais. Mas aguardaremos para notícias breves sobre essa matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Se subir damos notícias!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Principalmente porque eles não estão desempregados, estão com problemas de formação!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para recusar a nossa proposta, o PS apoia-se na sua pequena medida, que poderá integrar apenas os trabalhadores que estejam contratados ou em prestação de serviços há dois anos, deixando de fora um mar de trabalhadores em outras situações!

Com a sua eficaz aplicação informática, só conseguiu achar 114 trabalhadores precários! Um número que seria inteiramente ridículo não fosse também insultuoso para quem sofre a precariedade cor-de-rosa.

Basta entrar em qualquer serviço de saúde, ou em qualquer escola, por exemplo, para vermos milhares de trabalhadores em variados programas ocupacionais e de formação, a assegurar necessidades permanentes dos serviços. Mas para o PS estas pessoas não existem.

O que é mais chocante é sobretudo a perpetuação da injustiça e a forma como se replica a falta de respeito pela dignidade e direitos de quem trabalha, que, na política cor-de-rosa, afinal, não passam de meras peças descartáveis.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PS recusa-se a entender, porque não lhe convém, que subjectiva e arbitrária é a proposta que incluiu no último orçamento.

E basta lê-la. A definição do que são, ou não, necessidades permanentes dos serviços, será feita pelo próprio Governo sem ter de dar explicações a ninguém ou sem ter de dar conta dos critérios que utiliza. Assim, acaba por ser o Governo a definir de forma inteiramente arbitrária, quantos e quais os postos de trabalho necessários.

A auditoria que propomos é a única forma dar uma resposta objectiva, clara, transparente a esta primeira e grande questão de quais são, afinal, os trabalhadores necessários.

Mas esta auditoria tem mais méritos. É a forma de resolver finalmente a discussão sobre se existem ou não beneficiários de programas ocupacionais a desempenhar funções permanentes.

Mas esta auditoria é também a forma de finalmente dar alguma transparência às contratações de trabalhadores para empregos públicos.

Esta é também uma forma dar dignidade a quem trabalha na Administração Pública. Dignidade expressa num vínculo justo, no reconhecimento da utilidade e necessidade social do seu trabalho, que foi conquistado e mantido pelo seu mérito.

É esta transparência, é esta objectividade que o PS recusa, porque quer manter os seus pequenos e grandes poderes arbitrários, com os quais alimenta ou ameaça a sua rede de clientelas e dependências políticas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Penso que este debate foi clarificador e a nossa proposta também tem esse mérito.

Caiu aqui a máscara do PS e da sua política em relação aos trabalhadores em situação precária.

Se na última campanha eleitoral o candidato Vasco Cordeiro se mostrou preocupado com a precariedade laboral dos trabalhadores da Administração Pública, o Presidente do Governo Vasco Cordeiro traiu-lhe, agora, a preocupação. O PS, afinal, não quer combater a precariedade.

O PS quer tomar apenas uma medida simbólica que abrange apenas uma parte ínfima dos trabalhadores em situação precária. Aqui mesmo, nesta casa, existem trabalhadores que esperavam uma resposta diferente desta maioria e que justamente esperavam que lhes fosse aberta a possibilidade de terem um vínculo permanente. Mas mais uma vez se desapontaram.

Depois de anos e anos a promover tantas formas variadas de precariedade laboral e vínculos instáveis, seria uma significativa inversão da política seguida até aqui, por parte do PS. Pela parte do PCP, não estamos surpreendidos. Sabemos bem que o PS, com uma maioria absoluta, não se põe ao lado dos trabalhadores e das condições de vida das famílias. Temos essa experiência aqui, nos Açores, ao longo de já longos anos, e temos agora, na República, a contraprova, da diferença que faz ter ou não ter a tal maioria absoluta.

Podem ficar seguros de que esta é uma luta que não pode ser parada e que está apenas a começar. Os trabalhadores e as suas organizações não vão baixar os braços e sabem que terão o PCP ao seu lado. Voltaremos a este assunto assim que nos for regimentalmente possível e garantidamente não vamos desistir de lutar por justiça e respeito por quem trabalha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só uma nota final sobre esta matéria, para contribuir aqui com uma reflexão sobre a mesma.

O Sr. Deputado do PCP acabou de fazer uma intervenção, escrita, passada a computador, que com certeza não teve tempo de o fazer quando decorreu este debate, pressuponho, portanto, que tenha feito antes do

debate, o que quer dizer que para o Sr. Deputado, os esclarecimentos aqui prestados, as informações aqui colocadas, tudo aquilo que ficou aqui clarificado, no âmbito deste debate, é-lhe completamente indiferente, inclusivamente o facto de nós termos assumido aqui, com dados concretos e objetivos que todos os trabalhadores que estavam em contrato a termo certo ou em prestação de serviço há mais de 28 meses, eram para nós necessidades permanentes, o Sr. Deputado no final deste debate e no final disto ter sido dito e assumido, o Sr. Deputado faz uma intervenção como tudo aquilo que tivesse aqui sido dito, não tinha acontecido.

Portanto, pergunto a si, Sr. Deputado, os esclarecimentos, na sua ótica, e o debate servem para quê, se o senhor já traz a intervenção final, do fim deste debate, já escrita, independentemente daquilo que aqui se diz?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para perguntar à Sra. Presidente, a seguinte situação: antes de entrar, agora, neste Plenário, ou seja, tivemos um intervalo de 15 minutos, o Deputado do PCP, é o único Deputado do PCP e foi à sua Representação Parlamentar fazer o texto que aqui está escrito.

Portanto, ao contrário do que o Sr. Vice-Presidente, acabou de dizer, não é verdade!

O Deputado do PCP usou o intervalo para trabalhar neste texto.

Deputado Paulo Parece (PSD): Esteve trabalhando, não esteve brincando!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ainda vão ser tão amigos!...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Após este momento de explicação que o PS fez questão, não só em Comissão de explicar o porquê do sentido e do entendimento que tinha do Projeto de Decreto Legislativo Regional, insiste o Sr. Deputado naquelas que são, e aqueles que são, as quatro formas de “i”, que nós identificamos: um Projeto de Decreto Legislativo Regional, incompatível, inconstitucional, incongruente, todas essas questões que nós à volta do mesmo referenciamos.

O Sr. Deputado, mesmo após as explicações do Governo Regional, continua teimosamente a fazer valer, aquele que é o seu entendimento e a confusão relativamente aos programas ocupacionais e aos programas de emprego.

Portanto, a explicação foi dada, a mais valia da aprovação por unanimidade nesta Casa do art.º 7.º do Orçamento também foi dado.

O Sr. Deputado continua a querer fazer valer uma Proposta de Projeto de Decreto Legislativo Regional que prejudica os precários que estão na função pública e, tal como aqui já foi dito, não obstante todos os esclarecimentos que já cá estavam, esses esclarecimentos independentemente do número que o Governo aqui trouxesse, independentemente da postura do Governo, a postura do PCP é a mesma de sempre ou seja, esta é a nossa proposta, digam o que disserem, esta será sempre a nossa resposta.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta é a posição do PCP, a qual nós lamentamos porque só perdem efetivamente os trabalhadores e é isto que nós aqui temos que registar.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade deste Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Mendes pede a palavra para?

Deputado Paulo Mendes (BE): Para uma declaração de voto.

Presidente: para uma declaração de voto tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo parlamentar do BE, tal como anunciou no início da discussão desta iniciativa da Representação Parlamentar do PCP, votou favoravelmente na generalidade a proposta apreciada, isto porque consideramos que o objetivo da proposta é louvável e porque se tratou de uma votação na generalidade, nós votámos favoravelmente.

É claro que se esta proposta fosse votada na generalidade, se fosse aprovada, poderia muito bem ter sido trabalhada na especialidade e a partir daí poderíamos recolher contributos, e até mesmo poderíamos ter sentidos de voto completamente diferentes na especialidade, de forma a conformar a proposta do PCP àquela que foi a nossa votação em sede de Plano e Orçamento, do passado mês.

É pena, é lamentável que não tivesse havido abertura para trabalhar melhor esta iniciativa na especialidade.

Aproveito também, desde já, para anunciar que o nosso Grupo Parlamentar irá apresentar um requerimento ao Governo Regional, para perceber, e somente no universo das escolas da Região, quantos assistentes operacionais, neste momento, desempenham funções nas várias escolas da Região e quantos beneficiários dos programas ocupacionais desempenham funções semelhantes nessas mesmas escolas. Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 5 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 5/XI – “Antiga fábrica de álcool da Lagoa”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado António Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros:

As instalações da antiga Fábrica do Álcool da Lagoa constituem um inegável património, em várias dimensões, desde logo pela memória que constitui de uma atividade económica de grande valor e importância à data da sua construção, testemunho da enorme capacidade de iniciativa que marcou a sociedade açoriana no final do Século XIX e início do Século XX, com inúmeras iniciativas no sector da indústria, que muito contribuíram para o desenvolvimento económico e social das nossas Ilhas.

Particularmente no caso da indústria do álcool, teremos necessariamente de associar, também, simbolicamente, a circunstância do tratamento desigual que o país então sujeitou os Açores, com regras aduaneiras e fiscais contidas na designada Lei dos Meios, que protegendo a indústria e monopólios nacionais, prejudicaram a nossa indústria nascente, mas que foram, por outro lado, motivo e uma das causas diretas para a afirmação da luta pela “Livre Administração dos Açores pelos Açorianos”, protagonizada pela primeira geração de ilustres autonomistas.

Na dimensão do património arquitetónico, as instalações da Fábrica do Álcool representam igualmente um valor a preservar, ainda que integrado num projeto multifuncional de valorização do espaço envolvente.

O conhecimento público em 2016, através de uma empresa do ramo imobiliário, de que as instalações da Fábrica do Álcool da Lagoa estavam à venda pela Sinaga, provocou apreensão em vários meios culturais de S. Miguel e entre a população da Lagoa, pelo significado que aquela fábrica representa e representou para várias gerações de lagoenses.

Por outro lado, foi a própria edilidade, que, reconhecendo o seu valor e importância, através de um grupo de trabalho, elaborou um plano estratégico para a sua utilização futura.

Perante a constatação, através de entrevista na imprensa local da Sra. Presidente da Câmara Municipal da Lagoa no dia 6 de novembro de 2016, de que, apesar das diligências desenvolvidas junto do Governo Regional, o processo de venda iria mesmo avançar, entendeu o Grupo Parlamentar do PSD, apresentar o presente projeto de resolução, com o objetivo de suspender por três anos a venda do imóvel de modo a permitir:

- 1º - Que fosse encontrada uma solução financeira entre a Câmara da Lagoa e o Governo Regional, permitindo a sua aquisição;
- 2º - Que durante este período a Câmara Municipal elaborasse um plano de pormenor, acautelando o que entendesse relevante preservar do património arquitetónico do edifício.

Durante a sua audição na Comissão de Economia, a Sra. Presidente da Câmara da Lagoa, informou que a Autarquia tinha aprofundado o assunto da preservação do património, tendo optado pela via da classificação municipal e que iria de imediato despoletar o processo, porquanto afigurava-se mais expedito, sendo necessário apenas a aprovação pela Assembleia Municipal.

E pela comunicação social tivemos conhecimento de que este processo poderá já ser aprovado em reunião daquele órgão municipal ainda no presente mês de abril.

Confiamos classificação municipal corresponderá aos interesses que importa acautelar, confiando nas opções e soluções contempladas na proposta da edilidade, manifestando a nossa congratulação.

Mas também acreditamos que a apresentação, divulgação pública e discussão do Projeto de Resolução apresentado pelo PSD, impulsionou esta solução pela Autarquia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros:

Persiste o primeiro objetivo do presente projeto de resolução, ou seja, durante o período da suspensão, encontrar uma solução que permita à Câmara Municipal da Lagoa, conjuntamente com o empenho do Governo Regional como proprietário da Sinaga por via das Ilhas de Valor, adquirir as instalações da Fábrica do Álcool para a sua posterior afetação a um conjunto de projetos incluídos no plano estratégico, para o efeito elaborado pela Câmara da Lagoa.

Ainda que um dos projetos a incluir naquelas instalações fosse o mercado municipal, opção entretanto extemporânea porquanto a Câmara avançou com uma localização alternativa, aparentemente de forma irreversível, persistem outros projetos, para os quais, mantêm-se o interesse daquela edilidade, aliás, como manifestou a Sra. Presidente na audição na Comissão de Economia.

Entendemos que o desenvolvimento faseado naquele local dos projetos em questão, constituirá um contributo essencial para a valorização da

Lagoa como cidade, que recentemente comemorou 5 anos, preenchendo uma lacuna na sua organização e vida urbana que se afigura oportuna e urgente.

Acresce que a sua localização junto da orla costeira e o seu desenvolvimento através de projetos articulados e estratégicos, constituirá uma fortíssima alavanca para o desenvolvimento e valorização de toda uma zona em parte degradada e, subaproveitada face ao seu potencial turístico, tal como tem acontecido um pouco por toda a orla costeira em muitas das nossas ilhas e particularmente nos últimos 2 anos em S. Miguel, designadamente com o aparecimento de inúmeras unidades de alojamento local.

O que impede a Câmara da Lagoa de adquirir as instalações é o respetivo valor. Ora o imóvel encontra-se à venda por cerca de 3,5 milhões de euros há quase um ano, sem que, até ao momento se tenha conhecimento de qualquer interessado.

Nas condições de abandono em que se encontra, parece-nos pouco realista encontrar comprador por aquele preço, nem tão pouco nos parece boa gestão proceder à sua venda naquelas condições, sem previamente desenvolver um projeto articulado para as suas várias parcelas: terreno e edifícios.

Existindo empenho, imaginação, bom senso e sobretudo visão estratégica das partes envolvidas, acreditamos que será possível encontrar uma solução, correspondendo aos interesses específicos da Lagoa e bem assim dos Açores, sem comprometer os interesses da Sinaga.

A aprovação do presente projeto de resolução será a oportunidade de iniciar a procura de uma solução compatível com os interesses em questão.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De facto, tenho que reconhecer que fiquei um pouco confuso com a apresentação do Deputado António Vasco porque, na prática, assume que o processo de classificação já está em curso, que era um dos pressupostos principais do Projeto de Resolução e seria espetável nesse sentido que retirasse a proposta, digo eu.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso já estava escrito?

O Orador: Ainda assim, de qualquer forma o que verificamos é que o Projeto de Resolução visa exatamente suspender a venda e complicar dessa forma a gestão financeira da SINAGA, porque durante as audições na Comissão de Economia, o que verificamos foi que o projeto não fazia sentido pelas seguintes razões: primeiro, implica, desde logo uma intromissão e interferência na gestão da SINAGA, contrariamente àquilo que o PSD vem defendendo nos últimos tempos.

Além disso, verificamos que a Câmara Municipal, já iniciou o processo de classificação que visa exatamente garantir a preservação do imóvel, do ponto de vista cultural e arquitetónico, entre outros elementos.

E, além disso, foi claramente realçado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, que a autarquia não tinha capacidade financeira para adquirir o imóvel.

Portanto, a dúvida que aqui fica é: propõe o PSD que a SINAGA doa o imóvel à Câmara Municipal da Lagoa? É essa a proposta?

Além disso, convém realçar que a suspensão da venda coloca alguns constrangimentos financeiros à boa gestão de uma empresa pública e da SINAGA.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Onde o senhor Deputado se está a meter!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não percebi! O Sr. Deputado pode repetir o que disse sobre a gestão da SINAGA!

O Orador: Eu repito! Eu repito!

O que queremos saber é se o PSD propõe o aumento dos gastos e do endividamento da SINAGA? Se é essa a verdadeira proposta do PSD?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Gostei, especialmente, do aparte da gestão da SINAGA! Como é que era Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, e para resumir, este Projeto de Resolução não merece a nossa aprovação porque o interesse municipal na preservação do edifício está acautelado, portanto não faz qualquer sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado, aquilo que eu li e aquilo que era a resolução tinha duas componentes e fui bem claro: uma, que era a segunda na própria resolução, tinha a ver com a preservação do património, e eu reconheci, e bem, que esse aspeto está resolvido.

Mas há o outro, ninguém abandonou o outro, eventualmente quando saiu da audição da Comissão de Economia ficou com a ideia de que o assunto estava resolvido, mas não está.

Sinceramente, eu esperava que antes de entrar na questão financeira, houvesse aqui algum comentário da sua parte, ou de alguém do PS, sobre eventualmente o que está em jogo em termos de valorização da Lagoa, com a utilização que a Câmara Municipal da Lagoa, no seu Plano Estratégico, elaborou para aquele espaço.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura, que está aqui presente, ex-Presidente da Câmara da Lagoa, e em parte tem a tutela também da SINAGA, eventualmente terá a sua opinião sobre isso.

Mas a questão financeira, que é aquela que o preocupa, e eu fico satisfeito dessa preocupação, mas essa preocupação não se pode limitar à suspensão da venda e eu tenho que recordar ao Sr. Deputado que após a aquisição de 50,8% do capital da SINAGA, no ano seguinte, portanto foi em 2010 (ano seguinte) a SINAGA teve de prejuízo 1,6 milhões de euros.

Deputado André Bradford (PS): E qual é o reflexo da sua proposta?

Em 2012, teve 3,3 milhões de euros; em 2014 teve 2,4 e em 2015, teve 3,4 milhões de euros, tendo dívidas à segurança social de 1 milhão e 300 mil euros.

Deputado André Bradford (PS): O senhor faz uma proposta para não vender!

O Orador: Mas essa questão não é relevante aqui, mas como falou na questão financeira achei oportuno também transmitir isso.

A questão aqui é que os 3,5 milhões de euros, representam, é verdade, é bastante, mas representam só 3% do passivo da SINAGA, contas de 2015.

Deputado André Bradford (PS): Ah, só!

O Orador: Só!

Aquilo que nós estamos a propor aqui é a suspensão de um processo de venda e que achamos que nas condições em que está a ser realizado pela administração da SINAGA, é um mau processo de venda, porque nas condições em que o edifício está, sem que haja algum projeto de desenvolvimento, tem terreno e tem edifício, entregar aquilo num mercado privado, quem acompanha o valor do mercado imobiliário nos Açores e em S. Miguel, reconhece que, ou sabe que, para aqueles montantes não existem no mercado muitos investidores e, portanto faria algum sentido e eu tenho a certeza que aquele espaço se fosse seu, faria a venda noutras circunstâncias e não assim.

Mas vamos admitir que não apreça comprador para 3 milhões e meio de euros. Qual é o valor mínimo que o Governo entende que está disponível a vender? Vai até um milhão? Vai até um milhão e meio? Essa questão ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... é relevante porque a Câmara Municipal da Lagoa tem disponível para comprar por 3 milhões e meio de euros, numa situação de compra imediata, eventualmente noutras condições.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que dito, Sr. Deputado!

O Orador: Eventualmente noutras condições de preço e condições de pagamento, essa hipótese pode existir.

Essa questão, atendendo aos interesses, na minha opinião e na opinião do Grupo Parlamentar do PSD, tão presentes em termos do concelho da Lagoa e desta oportunidade, nós pedimos a suspensão através da Resolução e é evidente que quem decide tem a maioria. Isso é indiscutível.

Agora, nós gostaríamos que também fosse discutido para além da questão financeira e que tinha a ver um bocadinho com aquilo que é o interesse para a Lagoa.

Deputado André Bradford (PS): Isso já está garantido. É preciso discutir!

O Orador: Essa não é a sua opinião, não é um tema que interesse, lamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Vasco, que fique muito claro que o Grupo Parlamentar do PS reconhece e valoriza o seu património, que não haja qualquer dúvida!

Mas é importante realçar a incoerência do PSD nesta matéria, entre outras, e se existia alguma dúvida, vamos esclarecer.

O Deputado António Vasco Viveiros referiu na Comissão, e passo a citar que: “para o PSD a amortização de 3 milhões de euros na dívida e o encaixe de 600 mil euros, nos três anos era pouco importante.

Portanto, parece-me claro qual é a vossa opinião relativamente à gestão do dinheiro público.

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A antiga fábrica do álcool da Lagoa é sem dúvida uma unidade fabril, que se reveste de importância patrimonial, histórico, social e cultural na Região Autónoma, tendo ainda desempenhado um importante papel no desenvolvimento económico daquele concelho e da Ilha de S. Miguel, e acho que aqui estamos todos de acordo.

No entanto, existem diversos aspetos que não podemos descurar, como o elevado estado de degradação em que se encontra o edifício atualmente, podendo oferecer perigo, para além da dívida que a empresa detentora do imóvel, a SINAGA possui, não apresentando condições financeiras passíveis de proceder à recuperação da infraestrutura em causa.

Também é importante salientar o papel do Município como eventual parte proativa em todo o processo, sendo de ressaltar a importância deste imóvel ser classificado, por parte do Município, como de Interesse Municipal, processo que segundo os órgãos de comunicação social deverá

ser aprovada na Assembleia Municipal de abril, salvaguardando assim as características arquitetónicas da infraestrutura, até numa eventual futura intervenção.

Assim, no nosso entender tem de existir sim, uma conjugação de esforços de todas as partes: Governo Regional, SINAGA e Câmara Municipal para que se consiga colocar aquele imóvel novamente ao serviço do Concelho, Ilha e Região, seja sob o ponto de vista histórico e cultural, seja até devolvendo aquela infraestrutura ao serviço da economia Açoriana.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É conhecida publicamente a grave situação económica, financeira da SINAGA, uma situação que se arrasta e degrada desde há muito e a principal razão tem sido o tal desinvestimento, primeiro por capital privada, depois pela governação regional, quando adquiriu a maioria do capital desta empresa essencial para a nossa economia produtiva.

O Governo Regional assumiu uma grande responsabilidade pela única agroindústria, não leiteira, da Região, uma empresa centenária e emblemática.

O Governo agiu, supostamente, para salvá-la e salvaguardar os postos de trabalho e este importante setor produtivo, com cerca de 200 produtores de beterraba, mas a decadência da empresa manteve-se e agravou-se, não foram feitos quaisquer investimentos, desde há muitos anos, em

equipamentos, infraestruturas, maquinarias ou formação profissional de novos trabalhadores substituídos do que se foram reformando.

Para além de declarações dúbias e mal disfarçadas de intenções de liquidação, o Governo Regional continua sem apresentar qualquer estratégia coerente para viabilizar esta empresa.

O PCP, por vários anos consecutivos, tem apresentado propostas para a construção de uma nova fábrica para a SINAGA, um projeto que pode e deve ser incluído no atual Quadro Comunitário de Apoio.

O investimento numa nova fábrica, não só irá resolver os problemas da Região no abastecimento de açúcar, mas sobretudo manter os atuais trabalhadores e produtores e ainda criar mais emprego e mais oportunidades, para que os outros produtores também comecem a produzir beterraba.

O Governo Regional tem rejeitado estas propostas, dando um sinal muito negativo em relação às suas intenções futuras para a empresa.

A SINAGA poderá ser uma empresa de grande rentabilidade, uma empresa de grande importância económica e social para os Açores, caso extinguisse estariam em causa mais de 100 postos de trabalho, reduzindo ainda mais na nossa produção agrícola, acabando com a produção de beterraba de centenas de produtores, reafirmamos, deixar morrer a SINAGA é um crime económico social.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação á venda da fábrica de álcool da Lagoa, consideramos que se trata de uma medida financeira, avulsa, de curto prazo, que não está, como deveria, inserida numa estratégia mais global, para a recuperação da empresa.

Quanto a nós, o que defendemos é não apenas o seu saneamento financeiro, mas essencialmente a sua recuperação e dinamização económica.

Pensamos por isso que não faz sentido precipitar esta venda e daremos o nosso voto favorável a esta proposta.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais, Sra. Secretária Regional:

Do trabalho em Comissão, resultou de facto a perceção de que a autarquia da Lagoa tem muitas ideias válidas para a antiga fábrica do álcool da SINAGA, mas não tem, infelizmente, recursos financeiros para a adquirir, mas também a SINAGA não pode, dada a sua situação financeira alienar esse ativo através de uma doação.

A SINAGA, empresa intervencionada pela Região, atravessa graves dificuldades financeiras e apesar da venda da fábrica, caso se viesse a efetivar, não ser determinante para resolver o passivo financeiro detido, não deixa de ser um contributo, o que permitiria uma poupança de 180 mil euros por ano e 540 mil euros em três anos,

É certo que não basta abater dívida, através da venda de ativos, importa à Região ter um plano de dinamização e revitalização económica desta empresa.

Consideramos que é premente a realização de obras que garantam a segurança das atuais instalações, o que neste momento, infelizmente, não está garantido.

Para o nosso Grupo Parlamentar, é também importante, preservar o carácter patrimonial da antiga fábrica do álcool, expressa nos valores culturais e arquitetónicos que a mesma encerra.

Ora, em Comissão, a própria autarquia revelou que estaria a ultimar a classificação da chaminé da fábrica.

Assim, e de acordo como balanço entre custos e benefícios, não será recomendável adiar uma eventual venda das instalações, em prol da viabilidade financeira da SINAGA, mas interessa de sobremaneira preservar valores culturais e arquitetónicos.

Por isso o Grupo Parlamentar do BE, irá abster-se relativamente à iniciativa em apreciação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nesta fase da discussão tornou-se evidente que este Projeto de Resolução teve pelo menos o mérito de permitir que a classificação de interesse municipal do imóvel, avançasse de forma decisiva.

Portanto, nesse sentido é já um resultado muito positivo.

(Aparte inaudível)

O Orador: Oh Sr. Deputado eu não acredito em ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em bruxas!

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado já se iniciou há muito tempo!

O Orador: ... em bruxas!

Em política não acredito em coincidências e muito menos da vossa parte. Agora, o que quero informar a câmara é que, tendo obtido este resultado, a mim parece-me também, sendo uma situação que tem muitos anos e sendo já o estado de degradação do edifício, a prova da forma como este processo se arrastou, é importante também que esta decisão pertença aos munícipes. Estamos a 6 meses das eleições e não vem mal ao mundo que este processo de venda do edifício, possa ser interrompido durante este período, até que o novo executivo decida qual é a sua opção, em relação a esta matéria de forma específica.

Portanto, não vejo, como dizia um antigo líder do PS: “qual é a pressa?”. Não vejo de facto nada que justifique uma decisão deste tipo.

Aliás, até acho que é contraproducente, na medida em que esta é uma decisão que deve pertencer àquela população e por parte das entidades e do Governo Regional, que tem um papel decisivo neste processo, deve ser-lhe dada a possibilidade de decidirem se querem, de facto, construir um projeto com futuro e um projeto de grande interesse cultural para o Município em relação àquele imóvel.

Portanto, não vejo que prejudique a resolução desta questão, que ela possa ser adiada até que o povo possa decidir quem são os novos mandatários do ponto de vista municipal.

Deputado André Bradford (PS): Não é o que diz a proposta!

O Orador: Aliás, neste momento nem sequer conhecemos o programa eleitoral das diversas listas, ...

Deputado André Bradford (PS): Adiar para as eleições? Não é isso que diz a proposta!

O Orador: ... porque a verdade é esta: eu ouvi aqui qual é a posição da atual Presidente, mas as eleições não estão decididas.

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor, mas ela é Presidente até deixar de ser!

O Orador: Só em outubro é que esta decisão será tomada.

Deputado André Bradford (PS): Ela está legitimamente legitimada!

O Orador: Portanto, vamos aguardar pelos programas eleitorais, das diversas forças políticas concorrentes, ou de grupos de cidadãos independentes que, como sabem, de acordo com a nossa legislação, possam vir a concorrer, portanto vamos esperar, vamos aguardar, estes seis meses.

A minha posição vai nesse sentido e por isso ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Eu sei que a proposta é de três anos!

... votando favoravelmente esta proposta, eu acho que é um benefício e é uma opção que permanece em aberto para os munícipes.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Isso não faz sentido nenhum!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voltando à afirmação e àquilo que foram as declarações na Comissão de Economia, dos 600 mil euros de juros e dos 3 milhões e meio de euros.

Nós podemos interpretar da maneira que entendermos. O que foi dito é que no limite, e foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração, se a suspensão durasse três anos, à taxa de juro que a SINAGA paga, isto representaria 600 mil euros.

Bom, se olhar para as contas da SINAGA, a SINAGA, felizmente, não está a pagar taxas de juro desse montante, porque se não os 20 milhões de euros pertencente ao passivo bancário, teria na sua conta em juros um valor muito mais elevado do que aquele que tem. Mas vamos admitir que é. Eu não desvalorizo 3 milhões e meio de euros, o que disse e o contexto daquilo que disse foi num eventual projeto de reestruturação da SINAGA, com ou sem a venda do edifício da fábrica do álcool, as soluções seriam praticamente as mesmas. Foi isso que disse e perguntei ao Presidente do Conselho de Administração se tinha um plano para reestruturação da SINAGA com e sem a venda e qualquer pessoa que faça algumas contas percebe para o montante do passivo e para a situação grave que tem a SINAGA, três milhões e meio de euros é importante, mas não resolve o problema, ou seja, as soluções serão as mesmas com ou sem esse montante.

Deputado André Bradford (PS): Então a partir de agora todas as vezes que os senhores vierem aqui falar nos 3 milhões de euros não é importante!

O Orador: Mas não podemos esquecer, que ninguém propõe aqui que a SINAGA não realize dinheiro com aquele imóvel, o que diz é o pedido de adiamento da sua venda, é a suspensão, eventualmente na redação deveria estar lá “até 3 anos”, se calhar não está, nem tive o cuidado de ver isso, mas a ideia é que se antes dos três anos for encontrado uma solução, ótimo, não é preciso esperar pelos três anos.

A questão da classificação que o Sr. Deputado Paulo Estêvão levantou e os comentários que ouvi são esses, nem queria chegar aí porque é uma situação grave.

Foi declarado pela Sra. Presidente da Câmara da Lagoa, na Comissão, que tinha em 2009 iniciado um processo de classificação como monumento regional, uma classificação de índole regional, oficiou a administração da SINAGA e nunca teve resposta nenhuma e o processo parou porque a administração da SINAGA não deu resposta.

Deputado André Bradford (PS): Não dê ideias para” fugir como rabo à seringa”!

O Orador: Isto foram declarações da Sra. Presidente da Câmara da Lagoa, na Comissão de Economia.

Portanto, a alternativa que a Câmara Municipal encontrou agora e eu já dei os parabéns à Câmara, e ficamos todos satisfeitos, mas é verdade que não há coincidências, teve a ver com a apresentação da Resolução, e ainda bem, ninguém pretende tirar louros com isso.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 19 a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Terminámos assim este ponto da nossa Agenda.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 6: **Petição n.º 46/X – “Maria Eugénia”, Barco Escola dos Açores”**.

Esta Petição foi apresentada por Carlos Bulhão Pato, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação, no sentido de solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 50 minutos.

Eram 17 horas e 37 minutos.

Presidente: Tal como tinha sido anunciado, entramos agora no ponto 6:

Petição n.º 46/X – “Maria Eugénia”, Barco Escola dos Açores”.

Eram 18 horas e 04 minutos.

Rege esta matéria o art.º 192.º do nosso Regimento.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e dispõe que cada Grupo e Representação Parlamentar têm 10 minutos para utilizar, ou não podem usar da palavra muito tempo superior a 10 minutos.

Para apresentação do relatório, tem a palavra o Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Sociais, o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 46/X

“MARIA EUGÉNIA” – BARCO ESCOLA DOS AÇORES

CAPÍTULO I

Introdução

A 15 de março de 2016 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 46/X, intitulada “Maria Eugénia” – Barco Escola dos Açores, que reúne um total de 439 (quatrocentos e trinta e nove) assinaturas, tendo como primeiro signatário, a Associação para a Defesa do Património Marítimo dos Açores a sua principal promotora (ADPMA), na pessoa do seu presidente, Carlos de Bulhão Pato.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 15 de março de 2016, a referida petição

foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento

da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como principal objetivo solicitar o empenho do Governo Regional dos Açores se empenhe financeiramente no projeto, nomeadamente financiando a contra-partida da ADPMA no projeto comunitário a apresentar para o equipamento da “Maria Eugénia” e para isso apresenta os seguintes argumentos:

- A ADPMA impulsiona desde há mais de 15 anos o projeto “Maria Eugénia Barco-escola dos Açores”, tendo para tal adquirido o próprio iate “Maria Eugénia”, restaurado o seu casco e tendo contribuído para a recuperação da memória de toda a cabotagem insular.
- A ADPMA foi considerada de Utilidade Pública em 21 de outubro de 2005.
- Tudo o que até agora foi feito teve como base o apoio financeiro dos sócios e o trabalho incansável dos órgãos dirigentes.
- Foi apresentado um projeto europeu credível na área do Património junto com Fundación Canaria “Correillo La Palma”.
- Por considerarem ser urgente por o “Maria Eugénia” a navegar sendo esta a nova e decisiva fase.

Consideram, também, importante que o “Maria Eugénia Barco-escola dos Açores:

- Seja reconhecido pelo Governo Regional dos Açores como projeto âncora da Educação e Ensino dos jovens preparando-se um programa pedagógico entre esta Associação e a Direção Regional da Educação, no âmbito do ProSucesso.
- Seja reconhecido como plataforma de apoio à investigação pela Universidade dos Açores, na forma de protocolos.
- Receba a classificação de Bem Cultural junto da Direção Regional da Cultura.
- Seja peça viva no Museu da Construção Naval do Pico.
- Seja uma homenagem permanente à gente do mar, aos construtores navais, às empresas e sobretudo, trabalhando em cooperação com as escolas, aos educadores e professores como proporcionadores de novas aprendizagens.
- Se torne uma bandeira dos Açores.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Em Comissão Permanente de Assuntos Sociais decidiu-se ouvir o primeiro peticionário e o Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC).

1) Audição do Dr. Carlos Bulhão Pato, no dia 1 de junho de 2016, na Delegação da ALRAA, em São Miguel, na qualidade de representante da Associação para a Defesa do Património Marítimo dos Açores – Subscritora da Petição 46/X:

O Dr. Carlos Bulhão Pato iniciou a sua intervenção sublinhando o empenho em recuperar a que é talvez a última peça da cabotagem açoriana. Acha que “Maria Eugénia” deve ser reconhecido porque à data da sua construção foi construído com um casco inovador e também pelo

grande período de tempo em que trabalhou. A embarcação foi sucessivamente adaptada às várias situações e respondeu às necessidades de várias épocas.

Desenhado por um mítico construtor da naval açoriana, a residir na Califórnia, foi executado no Pico e finalmente também restaurado no Pico. Segundo o Mestre João Alberto, da maior construtora naval dos Açores, é um trabalho de excelente qualidade.

Os últimos anos não foram fáceis, sobretudo para um projeto desta dimensão. O casco já foi restaurado, mas o barco está em risco de degradação eminente. Nesse restauro foram gastos trezentos mil euros através de um projeto Interreg, dinheiro este que, de alguma forma, pertence à Região.

“Maria Eugénia” é uma peça rara – seja pelo casco, o barco, o nome, a lenda que encerra em si mesmo. Foi construído para um empresário da Graciosa, ilha que tinha maiores empresários de navegação de cabotagem.

Em resumo, o casco está pronto. Significa entre metade a um terço do equipamento final. Neste caso, o casco, de construção tradicional é mais de metade. Faltará outro tanto valor para pôr o barco a navegar sendo que a petição vai no sentido de receber algum apoio e carinho.

Esta petição pretende que o Governo Regional dos Açores apoie com aquilo que represente a contraparte do projeto comunitário, atingindo, por alto, o máximo de setenta mil euros, e que são os 15% remanescentes do projeto não suportado pela Comunidade Europeia. Desejam também que o Governo Regional alugue o barco para atividades escolares, pelo menos numa parte do ano. Sendo certo que o mesmo também será rentável em

aluguer turístico acrescentando que o programa Prosucesso tem capacidade de apoiar este tipo de iniciativa.

A deputada Ana Espínola, do CDS-PP, manifestou a sua sensibilidade a este tema, recordando que o CDS-PP já apresentou uma iniciativa para a recuperação da “Espalamaca”, que foi aprovada. O CDS-PP acha que é necessário dar continuidade ao investimento que já foi executado. Considerou pertinente o objeto da petição, pois trata-se de uma forma de preservar o nosso património e dar ao barco outras funções, nomeadamente de carácter educativo. Solicitou informação mais precisa sobre o que falta para colocar o “Maria Eugénia” a navegar. Uma vez que já foram gastos trezentos mil euros na recuperação do casco, qual o montante previsto para pô-lo a funcionar como barco escola? Sendo que o peticionário esclareceu que foram trezentos mil euros porque em vez de 6 meses a recuperar o barco, os trabalhos duraram 5 anos e o barco foi alvo de degradação sucessiva, sendo necessária uma recuperação praticamente integral. Em grosso modo, com carácter meramente indicativo, apontou para cerca de trezentos mil euros que serão necessários. Se for projeto comunitário, ficam de fora 15%, entre quarenta e cinco e cinquenta mil euros. Afirmou que até hoje foram capazes de reunir patrocinadores, mas gostariam de sentir o apoio do Governo Regional.

O deputado José Andrade, do PSD, solicitou a confirmação se estão em causa os 3 objetivos que depreendeu: a classificação, a recuperação e a utilização. Se sim – na classificação – qual o argumento usado para o pedido que foi recusado na recuperação? Pediu esclarecimentos sobre a utilização, sendo que refere a vertente do Turismo e Educação? Ao qual o peticionário respondeu que quando o “Maria Eugénia” apareceu à venda, falaram com o Diretor Regional da Cultura de então, Dr. Fagundes

Duarte, que disse quem provasse ser dono do barco o Governo daria cinco mil contos. Quando provaram ser donos, já estava em funções outro Diretor Regional que não tinha a mesma opinião. Passados tempos entregaram à mesma Direção Regional um pedido de classificação para este bem móvel à qual receberam uma carta a dizer que não havia perigo deste sair da região e, de acordo com a legislação em vigor, não existia assim justificação para a sua classificação. Agora, com novo pedido, e novo argumentário, a resposta foi que se trata de uma réplica inacabada, pelo que não reúne condições para ser classificado. Quanto à utilização, o maior gosto que a Associação teria era que o barco não tivesse que andar em negócios de turismo para viabilizar a sua sustentabilidade e, como tal, gostavam que tivesse entregue a tempo inteiro a um projeto educativo. O maior desejo é que a embarcação seja requisitada pela Direção Regional da Educação ou Direção Regional da Cultura para apoiar atividades pedagógicas e desenvolver atividades educativas. A ideia seria o barco circular em todas as ilhas e com programa próprio.

A deputada Renata Correia Botelho, do PS, questionou qual o valor exato já recebido pelo Governo Regional, caso tenha existido e se a Associação aqui representada pelo Dr. Carlos de Bulhão Pato, seria a promotora do projeto pretendido. À qual o próprio respondeu que o apoio da Região não foi direto. O projeto era de um milhão de euros que depois veio para oitocentos mil euros, pois inicialmente respeitava ao restauro de um navio misto. Existem cartas em que pediram três mil contos ou cinco mil contos, não sabendo precisar o montante, acrescentando que o projeto era bem mais amplo que o restauro do casco, e acabaram por fazer só o restauro do casco. Quanto à segunda pergunta, a Entidade promotora em novo projeto será a mesma Associação que representa em audição.

O deputado Paulo Estevão, do PPM, registou o seu apoio à pretensão expressa na petição, pela intenção que encerra na valorização do que é nosso, e na mais-valia que significaria para a transmissão da nossa história às novas gerações.

O deputado José Andrade voltou a intervir para confirmar se, de acordo com a petição, um dos objetivos estratégicos também é de que o “Maria Eugénia” seja reconhecido como plataforma de apoio à investigação, questionando se já houve algum contacto nesse sentido. E quando é que foi feita a recuperação inicial e se há esperança de vida a ter em conta até que a recuperação subsequente tenha início. Em resposta, o peticionário refere que o apoio à Universidade dos Açores foi debatido informalmente com vários investigadores da universidade e que não foi apresentado formalmente porque o barco não está apto a isso ainda. O facto é que navegando o ano inteiro na Região pode recolher dados e amostras para entregar à Universidade dos Açores, e que serão vantajosos para os estudos daquela universidade. Quanto à esperança de vida, disse que o barco já está há 3 ou 4 anos assim.

Os tais três ou cinco mil contos que nunca foram pagos permitiria rever o projeto todo, necessário nesta fase para ter um orçamento relativo à conclusão dos trabalhos necessários e eventualmente utilizar parte desse apoio para lixar o barco e dar uma demão de tinta, de modo a que o barco aguentar até ao início de nova recuperação.

Afirmou ainda que o barco está em risco de ir para o lixo e sente começar a esgotar a sua paciência. As pessoas afastaram-se e, não estando sozinho, é ainda assim o motor impulsionador desta vontade, e sente-se cansado.

2) Audição do Secretário Regional de Educação e Cultura (SREC) no dia 30 de junho de 2016, na Delegação da ALRAA, em São Miguel:

O SREC informou que várias têm sido as utilizações propostas para o “Maria Eugénia” ao longo dos anos, desde a observação de baleias e golfinhos, passando pela avaliação do património subaquático, conversão em navio-escola, até à sua integração eventual no espólio do núcleo museológico da construção naval de Santo Amaro do Pico.

Construído na década de 20 do Séc. XX, com influências técnicas norte-americanas, é uma memória emblemática da cabotagem nos Açores. Todavia, não terá sido alvo do melhor processo de restauro, já que não fez incorporação de qualquer peça original da embarcação, pelo que assume a figura de uma réplica inacabada. A isso se deve a razão de não ter sido obtida a pretendida classificação como bem móvel classificado.

Além disso, o “Maria Eugénia” já foi alvo de apoio público para a sua recuperação total, no âmbito de um processo que remonta a, pelo menos, 1998. Não se entende a razão que determinou a inconclusão da recuperação a que foi comprometido esse apoio.

O Dr. Carlos Bulhão Pato foi informado, em julho de 2014, da impossibilidade de concessão de novo financiamento pelo facto de persistirem dúvidas sobre a inconclusão do trabalho decorrente do processo de financiamento a que a embarcação foi sujeita anteriormente, e pela insustentabilidade do projeto.

O deputado Joaquim Machado, do PSD, referiu que o Dr. Carlos Bulhão Pato, na sua audição, disse que os apoios tinham sido atribuídos através do Programa Interreg, e que o financiamento europeu ocorrido não

passou pela intervenção direta da Região, considerando, pois, esta questão confusa.

O SREC respondeu que, desde finais da década de 90 até à viragem do século, este projeto foi efetivamente alvo de apoio público, não considerando ser muito relevante se o apoio foi direto ou indireto. Recentemente foi solicitada a possibilidade de candidatura a fundos comunitários com apoio da Direção Regional da Cultura. A resposta da tutela foi no sentido de não entrar em processo de refinanciamento por subsistirem dúvidas quanto à inconclusão dos trabalhos de restauração anteriores, que foram alvo de apoio.

Pretendeu esclarecer ainda que, no que toca à pretensão dos peticionários de transformarem o Maria Eugénia em navio-escola, essa pretensão implicar condições logísticas atualmente impossíveis de operacionalizar.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e com o voto desfavorável do PPM, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 439 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) O processo remonta ao final da década de noventa e, no passado, já houve apoio público para a recuperação da embarcação e que ao

abrigo dum projeto Interreg foram gastos 300.000 euros na recuperação parcial da embarcação “Maria-Eugénia”, tendo apenas o casco sido restaurado;

- 3) Para a sua completa recuperação e adaptação a navio-escola, a ADPMA prevê, segundo o peticionário, um orçamento para terminar o projeto, que seria aproximadamente “outro tanto”;
- 4) Segundo o SREC, não há condições logísticas nem financeiras para adaptar a embarcação em causa a um projeto de cariz educativo: as exigências no âmbito da segurança náutica e escolar, a construção do projeto pedagógico e a sua articulação com os atuais programas curriculares são tarefas de elevada exigência, não exequíveis quer no presente, quer a médio prazo;
- 5) A Secretaria Regional da Educação e Cultura reconhece a importância do Maria Eugénia como referência simbólica ao nível das técnicas locais e regionais da construção naval em madeira, no entanto não há justificação para a sua classificação como bem cultural, uma vez que o restauro da embarcação não obedeceu aos critérios científicos que lhe garantissem a manutenção da autenticidade;
- 6) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem ainda como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Cultura.

A Representação Parlamentar do PCP e do Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não se pronunciaram.

O Relator, João Paulo Ávila

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e com o voto desfavorável do PPM.

A Presidente, Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, obviamente, que se congratula com os peticionários pela sua iniciativa, na figura do primeiro peticionário Dr. Carlos Bulhão Pato, reconhecendo o trabalho desenvolvido pela ADPMA e obviamente que se solidariza com todas as iniciativas que contribuam para uma homenagem às gentes do mar, aos construtores navais e que, desta forma, perpetuem a memória da nossa cabotagem insular.

O Maria Eugénia foi desenhado por um mítico construtor naval açoriano, a residir na Califórnia, foi executado no Pico, nos anos 20, tendo sido construído com o casco, inovador à data, razão pela qual os peticionários têm a pretensão de que esta embarcação seja peça viva do museu de construção naval do Pico e que para isso receba a classificação de bem cultural, junto da Direção Regional da Cultura.

A recuperação da Maria Eugénia, é uma longa história que remonta ao tempo em que Fagundes Duarte, ainda era Diretor Regional da Cultura, e

em que a negociação para a aquisição do Maria Eugénia, ainda se fazia em contos e não em euros.

Mais recentemente, a ADPMA concorreu a um Projeto Interreg, que era inicialmente de um milhão, depois ficou reduzido para 800 mil euros e acabou por ficar em 300 mil euros, para apenas restaurar o casco.

Infelizmente, estes trabalhos de restauro não decorreram da melhor forma, tendo durado 5 anos em vez de 6 meses, além de ter-se desvirtuado a sua autenticidade, uma vez que não foi incorporada uma única peça original da embarcação e ter sido utilizado para o restauro madeira que não era para fins de navegação e, portanto, deixou de ser uma recuperação, para passar a tratar-se de uma réplica, razão pela qual se tornou inviável a sua classificação, como património cultural.

Desde então o barco tem sido alvo de degradação sucessiva ao longo dos últimos 4 anos, sendo hoje necessária uma recuperação praticamente integral, que de resto o Grupo Parlamentar do CDS-PP teve oportunidade de constatar *in loco*, aquando das várias visitas que tem feito a Santo Amaro do Pico para acompanhar os trabalhos de recuperação da Espalamaca que, felizmente, por proposta nossa teve destino bem diferente e esperamos que em breve possa voltar a navegar, pois como todos nós sabemos os barcos morrem em doca seca.

As nossas embarcações são pedaços da nossa história, de empreendedorismo e de superação, testemunhos vivos da capacidade e da qualidade da indústria naval que existiu nos Açores no século passado e que, infelizmente, não temos sabido acautelar.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Esta Petição que aqui apreciamos que tem 439 assinaturas, é de facto bastante significativa e de certa forma é importante no sentido de ser motivada por uma associação que pretende a defesa do património marítimo dos Açores, neste caso em particular representada pelo seu presidente, o Sr. Carlos de Bulhão Pato.

Trata-se de uma defesa em relação ao iate Maria Eugénia, que está desde há muito tempo depositado nos terrenos em Santo Amaro, da Ilha do Pico e, naturalmente, também como aqui já foi referenciado, usufruiu de investimento público que apenas conseguiu a recuperação do respetivo casco.

Com esta Petição os signatários queriam, naturalmente, pretender apoio financeiro por parte do Governo Regional, para que, em primeiro lugar, o iate Maria Eugénia fosse classificado como bem cultural e também fosse um projeto âncora no campo da educação regional.

Naturalmente que o PS e, naturalmente, o Governo Regional, são particularmente sensíveis à revitalização do património marítimo dos Açores, recordo aqui que está em marcha a construção, a edificação, a realização de um museu da construção naval, precisamente em Santo Amaro, no concelho de S. Roque do Pico, mas naturalmente estas revitalizações e esta proteção têm que obedecer a determinados itens e em resultado das audições que foram feitas, na Comissão de Assuntos Sociais, de facto aquilo que resultou do parecer, e que me parece ser de realçar, é que a impossibilidade o Maria Eugénia ser classificado como bem cultural, precisamente pelo facto de não ter cumprido com os requisitos mínimos que respeitam as exigências internacionais do

restauro, há percentagens mínimas para que se possa distinguir um bem cultural que é restaurado, de um bem cultural que apenas é uma réplica.

Portanto, os procedimentos internacionais e, repito, não são requisitos regionais, nem nacionais, são requisitos internacionais, que têm todos os responsáveis e profissionais de restauro, que obedecer.

Neste caso, a forma como o restauro foi feito no casco, não obedece a estas orientações técnicas e não estamos, efetivamente perante um restauro, mas pura e simplesmente perante uma réplica.

Neste caso, portanto, não podemos classificar um bem que é uma cópia e não tem garantias de autenticidade.

Em segundo lugar também pretendiam os peticionários, e era de facto o coração da Petição que se chama “Navio Escola dos Açores”, que o navio se tornasse um elemento de divulgação educacional para a Região.

Também chegou à conclusão a Comissão de que este desiderato era efetivamente, extremamente, complexo e difícil e aqui justifico com três ordens de motivos:

Em primeiro lugar: algo que é naturalmente, e creio que é, naturalmente, precioso para todos os Deputados, as exigências ao nível da segurança, não só do pessoal marítimo, mas acima de tudo das crianças, portanto há aqui, para motivar este projeto, que salvaguardar a segurança das crianças neste projeto educativo do Maria Eugénia, que era solicitado;

Em segundo lugar, também, não foi apresentado uma elaboração de um projeto pedagógico que alimentasse esta eficiência do Maria Eugénia, como navio escola:

Por fim, também, aquilo que eu acho que é perceptível para todos, era a articulação do princípio deste projeto pedagógico, com os programas obrigatórios, de todos os ciclos de ensino na Região e que, naturalmente,

obedecem a preceitos nacionais e tem que haver aqui uma clara articulação entre aquilo que é lecionado nas nossas escolas e os programas que são obrigatoriamente cumpridos pelos manuais e pelo Ministério da Educação.

Portanto, com estes fundamentos, naturalmente estando o Governo Regional e o PS, em princípio solidário com a salvaguarda do património, é preciso haver aqui uma clara consciencialização de que a recuperação e a salvaguarda do património, seja ele marítimo, ou seja ele de outra tipologia, tem que ser feito com os princípios internacionais, que devem ser todos eles cumpridos e salvaguardados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas umas breves palavras para saudar os peticionários que trouxeram aqui questões que consideramos importantes.

Independentemente das dúvidas em relação às questões porque o anterior projeto não foi concluído, permanece a questão da grande utilidade e valor que seria para a Região ter um navio histórico, dedicado ao ensino e às atividades náuticas em contexto escolar.

O Maria Eugénia não será um barco escola, no sentido em que essa palavra se aplica à Creoula ou à Sagres, ou a outros grandes veleiros

históricos, mas pode, e na nossa opinião deve vir a ser um meio pedagógico ao serviço das crianças e dos jovens dos Açores.

O esforço financeiro necessário não me parece grande, em especial comparado com outros projetos e se nada se fizer irá perder-se o que já foi gasto de fundos que, recorde, são públicos.

Assim, consideramos que esta Petição faz todo o sentido e apelamos ao Governo Regional para que avance com a recuperação do Maria Eugénia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre essa matéria, conjuntamente com o PS e com o CDS-PP e ainda que, achamos meritória a iniciativa dos peticionários e perante o que já foi dito pela Sra. Deputada Graça Silveira e pela Sra. Deputada Susana Costa, nós subscrevemos na íntegra, apenas acrescentamos o seguinte: nós não visitamos o barco recentemente e achamos que, não nos objetivos dos peticionários, mas eventualmente faria algum sentido (não lhe estou chamar peritagem), dado o valor histórico que o barco teve no passado, não a sua reconstrução, tentar encontrar uma alternativa que não seja o abandono definitivo, ou pelo menos estudar essa possibilidade, que não sei se existe, ou não.

Deputados António Marinho e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Srs. Membros do Governo:

Em nome do BE, saudar os 439 peticionários e peticionárias, na pessoa do Dr. Carlos Bulhão Pato, Presidente da Associação para a Defesa do Património Marítimo dos Açores.

Saudar, também, duas afirmações, duas considerações do corpo da Petição, que nós consideramos que nunca é demais fazer realçar na nossa Região.

Uma delas é a afirmação de que: “cabe-nos zelar por uma extensa área do Oceano Atlântico. Cabe-nos, a nós, Região Autónoma dos Açores, zelar por uma extensa área do Oceano Atlântico”.

A outra: “É urgente olhar para o mar, como uma fonte de conhecimento e de inspiração. É aquilo que mais temos à nossa frente, sendo como somos, ilhas”.

Ora, dito isto, e realçando quer a iniciativa cívica desta Associação, destes peticionários, quer a forma realista, e eu diria progressista, com que olham para o mar como fonte de conhecimento e, portanto, de desenvolvimento, registar que muitas vezes a diferença e a distância entre o desejo e a realidade, é grande.

Eu, em nome do BE, reconheço que as pretensões apresentadas por estes peticionários, no sentido de garantir que o Maria Eugénia possa ser um barco escola nos Açores, possa ser um testemunho vivo da memória marítima da nossa Região, possa ser um testemunho de uma história, e possa ser tantas outras coisas, a começar pela base de um projeto pedagógico e até alternativo ao ensino curricular normal, dito normal, dito sistémico, digamos assim ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Escola do Mar!

A Oradora: ... sendo este o desejo e subscrevendo, o BE na realidade nós estamos confrontados com uma realidade que não se compagina com

o desejo, a começar, desde logo, por uma intervenção no Maria Eugénia, que em vez de resultar naquilo que os peticionários queriam, e penso que todos nós deveríamos querer em nome da memória histórica desta Região, não foi alcançado, quase que apetecia dizer: “erros meus, má fortuna, amor ardente!”.

E não sendo alcançados, há uma quantidade de desejos que ficam inviabilizados.

Agora, também há uma coisa que nós não podemos deixar de dizer: foram de facto gastos 300 mil euros e 300 mil euros, Sras. e Srs. Deputados, é dinheiro. Foram gastos 300 mil euros na recuperação do casco deste barco, do Maria Eugénia.

Aquilo que eu pergunto é: para o recuperar totalmente seriam, de acordo com a avaliação feita pelo peticionário que foi ouvido, era necessário gastar o mesmo, mais, o mesmo, mais 300 mil euros.

Parece que de acordo com a análise feita, nós não estamos na Comissão de Assuntos Sociais, mas lendo o relatório com atenção, percebe-se que a intervenção de que este barco precisa, superará em muito, estes 300 mil euros.

A questão que nós levantamos é: qual é a alternativa? Metemos o Maria Eugénia e 300 mil euros, perdoem-me a expressão, no caixote do lixo, e deixamo-la apodrecer definitivamente? Ou será possível encontrar uma alternativa mais modesta ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Oh Sr. Deputado, tenha calma! Deixe-me terminar!

... que não corresponde ao desejo dos peticionários, mas que provavelmente não deixará de honrar uma memória e uma história que o próprio barco Maria Eugénia, conta, só por si? Não será possível encontrar esta alternativa? É uma pergunta que eu deixo à câmara, até porque o Governo está aqui representado, não pode falar, mas está a ouvir, não está surdo com certeza, é também um recado, no sentido, se calhar, de todos nós nos podermos associar, em conjunto (como dizia hoje de manhã o Sr. Deputado Paulo Estêvão) em conjunto, e tentarmos encontrar uma alternativa que não deite no caixote este barco, que não deite no caixote 300 mil euros, que não deite no caixote a expectativa de uma quantidade de pessoas que trabalharam, não tão bem se calhar como deveriam, sem orientação, mas trabalharam voluntariamente na sua recuperação e provavelmente com alguma razoabilidade, é possível fazer alguma coisa, sem deixar apodrecer aquilo que ainda não está podre.

Muito obrigada.

Deputado José Contente (PS): É um amor ardente que arde sem se ver!

Deputado Bruno Belo (PSD): Que grande poeta! Isso é uma poesia sentida!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM foi o único partido que votou contra o relatório da Comissão e o parecer respetivo.

Votámos nesse sentido porque nós considerámos que o Projeto que nos foi apresentado, tem um enorme interesse. Nós valorizamos muito a tradição marítima dos Açores e a tradição marítima do País, em geral,

mas muitas vezes nós, e até os nossos políticos, fazemos referência constantemente às tradições marítimas, mas a verdade é que depois do ponto de vista concreto, o contributo da decisão política, não está assim tão de acordo com a tradição que se defende, por isso a atividade marítima quer dos Açores, quer do País, é residual, quando comparada com grandes potencias marítimas atuais, que também o foram no passado, tal como nós fomos.

Devo dizer, que o projeto pedagógico me interessou e que também me interessou a forma como foi exposto em termos de valores, este projeto.

Penso que tinha uma enorme utilidade, valorizar junto dos nossos jovens a tradição marítima dos Açores, valorizar! E permitir uma aprendizagem dos alunos e uma valorização do nosso passado cultural e das nossas tradições ligadas ao mar.

Bom, como o parecer estava um pouco feito na linha dos “Velhos do Restelo”, que não acreditam que o futuro está no mar e que o futuro dos Açores e a nossa identidade está muito ligada ao mar, o PPM acabou por não se associar à posição que acabou por ser transcrita no âmbito do parecer.

Assim, e uma vez que concordamos com o projeto e com a Petição que nos foi apresentada, cabe-me aqui referenciar que estamos de acordo e que por nós, o que estiver ao nosso alcance, o projeto concretiza-se.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim este nosso ponto da agenda do dia.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 7: **Projeto de Resolução n.º 20/XI – “Garantia de reserva com confirmação prévia de lugar na tarifa**

promocional Interjovem”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Alerto apenas que foi entregue na Mesa, uma proposta de alteração, de substituição integral desta iniciativa e é sobre ela que iremos debater e posteriormente votar.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Compete ao Governo Regional dos Açores, criar condições que estimulem a fixação de jovens na Região, dessas condições deve fazer parte um conjunto de medidas de fomento à mobilidade juvenil entre as ilhas.

Com esse objetivo o Grupo Parlamentar do CDS-PP, apresentou uma proposta para a redução de 50% do valor das tarifas da SATA Air Açores, nas ligações aéreas inter ilhas para jovens portadores do cartão Interjovem, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em novembro de 2011.

Nesse contexto, em junho de 2012, o Governo Regional, no âmbito de uma parceria entre a Direção Regional da Juventude e o Grupo SATA, implementou a tarifa Interjovem/SATA.

No entanto a tarifa promocional Interjovem/SATA apesar de permitir a reserva, não garante a confirmação prévia do lugar nas viagens, ficando os jovens sempre sujeitos até à hora do voo, à disponibilidade de lugares nos voos pretendidos;

A incerteza de viajar nas datas pretendidas inibe, seguramente, os jovens de procurarem esta tarifa com maior frequência, levando a que os efeitos práticos desta medida, nos termos atuais, sejam residuais.

Como tal, para o CDS-PP, esta valorosa medida só poderá ser potenciada caso haja possibilidade de confirmar o lugar no voo correspondente à reserva com uma antecedência adequada, evitando a deslocação dos jovens ao aeroporto sem qualquer garantia de embarque, bem como as eventuais despesas associadas.

Quando em 2011 o CDS-PP apresentou esta proposta, o espírito era de a mesma ser uma ferramenta de mobilidade juvenil, complementar à operação sazonal de transporte marítimo de passageiros inter ilhas, isto é, defendíamos que a tarifa devia ser criada apenas para a operação da SATA Air Açores, no inverno IATA.

Neste sentido e tendo em conta a análise e as auscultações que fizemos até agora a este Projeto de Resolução, chegamos à conclusão de que seria mais sensato e razoável propor que a SATA possa assegurar a garantia de reserva, com confirmação prévia de lugar, com uma antecedência mínima variável, consoante as diferentes épocas do ano.

Assim, propõe-se que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomende ao Governo Regional, que diligencie junto do Grupo SATA, no sentido de garantir aos jovens beneficiários da tarifa promocional Interjovem/SATA, que confere um desconto de 50% sobre as tarifas de residente nas ligações aéreas inter-ilhas, a possibilidade de reserva com confirmação prévia de lugar, com uma antecedência mínima de:

- 12 horas, nos meses de março a maio, bem como no mês de outubro;
- 24 horas, nos meses de novembro a fevereiro.

Em caso de aprovação consideramos que este será um grande estímulo para a mobilidade juvenil e mais uma extraordinária medida para fomentar a fixação de jovens na Região.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tal como já tinha sido manifestado na Comissão de Economia, aquando da apresentação deste Projeto de Resolução, que merece de uma forma genérica a apreciação positiva do Grupo Parlamentar do PSD, tentando contornar assim alguns dos constrangimentos e dos obstáculos que os jovens passageiros possam sentir.

Na mesma Comissão, o Sr. Secretário Berto Messias, mencionou que a proposta teve um *feedback* positivo por parte do Grupo SATA, reconhecendo assim que seria possível a tal confirmação entre as 12 e as 24 horas, consoante época alta, ou época baixa.

Estranhamente, ou não, chega-nos hoje uma proposta de alteração a este Projeto de Resolução, que se deve a uma reinterpretação da proposta inicial, sobretudo na chamada época alta, prejudicando assim os jovens que estão a tentar viajar.

Relembro que, segundo os dados disponibilizados na mesma Comissão, houve uma redução do número de viagens pelos detentores de cartão jovem entre 2015 e 2016.

Esta alteração, em certa parte, vai ao desencontro daquilo que foi debatido aqui nesta Casa, o mês passado, relativamente ao programa

Incentivo do Turismo Jovem, mas como mais vale um pássaro na mão, do que dois a voar e apesar de não ser a proposta ideal, é a possível. Então que assim seja!

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho importante, no âmbito deste Projeto de Resolução, salientar as vantagens do cartão Interjovem e a diferença da existência do mesmo, a diferença do antes e depois da existência do mesmo cartão Interjovem nos Açores e no impacto que ele teve na juventude açoriana.

Salientar também que o cartão Interjovem não é só viagens aéreas, há cerca de duas centenas de parceiros, em áreas como a restauração, a hotelaria, a saúde, o bem-estar, a banca, comunicações, cultura, desporto, lazer, transportes aéreos, mas também os marítimos.

Importa também salientar o reconhecimento que o próprio CDS-PP faz dessa medida positiva, por parte do Governo Regional.

Considerando que este Projeto de Resolução, se refere à garantia de lugares em voos, independentemente da já existente reserva nesta tarifa promocional,

Considerando que o Governo Regional, informou aquando da discussão do Plano e Orçamento, a reformulação do próprio cartão Interjovem, de forma a melhorá-lo, a aumentar as suas áreas de atuação;

Considerando que este assunto vai de encontro daquela que é a visão que tem o PS e o Governo nesta matéria.

Assim, mostrando que estamos, tal como no passado, abertos a propostas que venham melhorar as nossas próprias propostas e o cartão Interjovem é exemplo disto, consideramos que este Projeto de Resolução, agora com a sua alteração, já se garante um melhor equilíbrio entre ambos os parceiros.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, começaria por saudar o Governo Regional e a maioria que o suporta, aliás como os outros partidos que já se pronunciaram sobre esta proposta, pela abertura para acolher esta iniciativa do CDS-PP.

Em nosso entender, esta alteração permitirá que os jovens passem a usufruir desta vantagem de uma forma mais adequada, com maior confiança, uma vez que poderão organizar melhor as suas viagens.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Por outro lado, os pais e encarregados dos jovens, sentirão certamente maior segurança no planeamento destas viagens.

É, no fundo, uma proposta que na prática potenciará a utilidade da finalidade da tarifa Interjovem SATA e que se enquadra perfeitamente

nos objetivos avançados pelo Governo Regional, no que diz respeito ao fomento da mobilidade juvenil.

Estes números das viagens vendidas desde 2012, indicam claramente esta tendência de decréscimo e alguma inibição, por parte dos jovens, em recorrer a esta tarifa. Portanto em boa hora venha!

Antes de terminar, gostaria também de saudar a Associação de Jovens da Ilha do Faial, não apenas pela concordância e pelo apoio demonstrado à aprovação desta medida, mas especialmente por ter sido a única associação juvenil a pronunciar-se sobre esta iniciativa de entre as nove associações de todas as ilhas a quem se solicitou parecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que é pena, já que todas estas associações naturalmente representam imensos jovens, aos quais esta matéria diz respeito e como tal não terão sido devidamente representados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é para votar já!

O Orador: O Sr. Deputado ainda não sabe o meu sentido de voto.

Eu vou votar favoravelmente a iniciativa do CDS-PP porque, evidentemente, sendo a tarifa promocional Interjovem SATA, algo positivo, o CDS faz aqui um conjunto de referências às suas limitações, do ponto de vista do seu potencial, muito bem elaboradas.

Nesse sentido, o conjunto de limitações que o CDS faz e que identifica, são de importância transcendental.

Verifique-se o seguinte: “considerando que a tarifa promocional Interjovem/SATA permite a reserva, mas não garante a confirmação prévia do lugar nas viagens, ficando os jovens sempre sujeitos à disponibilidade de lugares nos voos pretendidos”.

De facto, esta é uma limitação que impede a utilização por parte dos jovens.

É preciso ter em conta também que os jovens, evidentemente, têm neste período da sua vida limitações financeiras e este instrumento de mobilidade, é um instrumento de mobilidade positivo, se estes jovens não correrem o risco de terem um conjunto de gastos e de despesas que não estão a prever.

Portanto, esse risco com a proposta que aqui é feita, por parte do CDS-PP, reduzindo para 12 horas nos meses de abril, maio e outubro e 24 horas nos meses de janeiro, fevereiro, março, novembro e dezembro, permite de facto que a utilização do cartão se faça com muito mais segurança e evidentemente este mecanismo de mobilidade, por parte dos jovens, estou absolutamente convencido que será muito mais utilizado e muito mais eficiente se a proposta for aprovada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE reconhece e acompanha a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS, no sentido de garantir a reserva com confirmação prévia do lugar da tarifa promocional Interjovem/SATA.

Claro que dos considerandos apresentados, ou seja, a exposição de motivos apresentada dá conta daquela que foi uma proposta originalmente apresentada e aprovada, portanto apresentada pelo CDS-PP e aprovada por esta Casa e que resultou numa proposta com efeitos muito limitados e que é reconhecido na exposição de motivos.

Dessa forma, o Grupo Parlamentar do CDS, apresenta esta Resolução que vem, no fundo, resolver e dar maior consequência à sua proposta original e por isso mesmo nós acompanhamos a proposta aqui apreciada e votaremos favoravelmente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Uma interpelação Sra. Presidente.

Um pedido para um intervalo regimental de 20 minutos, se faz favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

É regimental.

Regressamos então às 19 horas e 15 minutos.

Eram 18 horas e 44 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 24 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve, relativamente à proposta que está aqui em apreciação para, em nome do Governo, referir algumas questões que me parecem pertinentes, tendo em conta aquilo que consta nesta proposta de substituição integral e, portanto, a proposta que agora apreciamos.

Dizer que os princípios que estão nesta proposta se enquadram naquilo que consta no Programa do Governo, ou seja, do fomento da mobilidade inter ilhas, e como sabe o cartão Interjovem é um importante instrumento para conseguirmos reforçar esse objetivo e também enquadra-se naquilo que eu próprio pude aqui referir no âmbito da discussão do Plano e Orçamento, que é a agenda que temos de alargar os benefícios do cartão Interjovem, não só no âmbito do transporte marítimo de passageiros, mas também no alargamento a outro tipo de parcerias, como é o caso daquilo que foi aqui referido no Plano e Orçamento, como a entrada gratuita nos centros interpretativos e nos museus da Região a quem adquirir o cartão Interjovem.

Também no âmbito do processo de análise que a Direção Regional da Juventude está a fazer e teve de fazer dos benefícios do cartão Interjovem, foi também analisado e avaliado o impacto que o cartão Interjovem tinha nas ligações inter ilhas, como é que isso funcionava, qual era a taxa de procura, de que forma os jovens acediam a esse benefício e percebemos que era possível, também em conversas com a SATA, reanalisar e até introduzir melhorias e antecipação em termos do tempo de confirmação dos jovens que acorressem a este tipo de serviços.

Devo dizer que a proposta inicial do CDS-PP, na nossa perspetiva levantava alguns constrangimentos, sobretudo e especialmente na época alta e, portanto, não tinha, na nossa perspetiva, condições de poder ser aprovada.

A forma como o CDS fez a sua proposta julgamos que se enquadra naquilo que é possível fazer e nos benefícios que é possível aumentar para os jovens açorianos que queiram comprar o cartão Interjovem.

Este processo de análise e de programação daquilo que será o cartão Interjovem na operação deste ano está praticamente concluído. Sendo esta proposta aprovada, isso será obviamente tido em conta, nós apresentaremos oficialmente o cartão Interjovem para este ano com os novos benefícios, com o alargamento de benefícios para quem adquirir o cartão Interjovem, com o novo *branding*, enfim, com um conjunto de questões inovadores do cartão Interjovem e, sendo esta proposta aprovada, será obviamente acautelada no âmbito do novo cartão Interjovem, que será apresentado publicamente no próximo dia 8 de maio. Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim este ponto.

Peço aos Líderes e ao Sr. Secretário Regional, o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Encerrámos o ponto 7 da nossa Agenda.

Vamos avançar então com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 8: **Petição n.º 48/X – “Contra a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”.**

Esta Petição foi apresentada por José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo, na qualidade de primeiro subscritor.

Os tempos são aqueles que já utilizámos na petição que debatemos anteriormente e vou passar a palavra ao Sr. relator da Comissão de Economia, o Sr. Deputado André Rodrigues.

Sr. Deputado Artur Lima?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Eu já tinha dado a palavra ao Sr. Relator, ele já está de pé. Vamos deixar que ele faça a apresentação do relatório e depois já lhe passo a palavra, Sr. Deputado.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

SOBRE A PETIÇÃO N.º 48/X – CONTRA A CONSTRUÇÃO DO AZORES AQUARIUM NO PORTO DE PONTA DELGADA.

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 23 de março de 2017, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre a Petição “Contra a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada”.

1º. CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 31 de maio de 2016 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “contra a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada”, sendo o Sr. José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo o primeiro subscritor.

A presente petição pretende evitar a construção, no interior do Porto de Ponta Delgada, de um parque temático, designado por Azores Aquarium.

2º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3º. CAPÍTULO – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise tem por objeto impedir a “construção no interior do Porto de Ponta Delgada de um parque temático de grandes dimensões designado por Azores Aquarium”.

Os peticionários dizem estar preocupados com as notícias vindas a público, na comunicação social, que dão conta da intenção de um grupo internacional de investidores em construir no interior do Porto de Ponta Delgada um parque temático de grandes dimensões designado por Azores Aquarium.

No texto da petição referem que “o empreendimento terá 2.000 m² de implantação e 3.500 m² de área bruta de construção, com 16 m de altura.”

Os peticionários mencionam que o Azores Aquarium contemplará “aquários e um oceanário, um restaurante submarino, um centro interpretativo interativo, um laboratório de investigação e um terraço ‘chill out’”.

Referem ainda que estará previsto um centro de mergulho, outro de recuperação de espécies, observatórios de paisagens e vários acessos desde o passeio marítimo da cidade de Ponta Delgada, bem como um molhe para embarcações destinadas à atividade marítimo-turística”.

Os peticionários referem-se a uma publicação da MUSE, uma das promotoras do projeto, que menciona “um laboratório científico-pedagógico, uma doca de recuperação de mamíferos marinhos, um espaço de natação terapêutica, um centro de mergulho e um centro de

observação de baleias.” Por natação terapêutica entende-se natação com golfinhos para fins terapêuticos.

Fazem ainda referência, ao orçamento anunciado pelos promotores e da pretensão em obter comparticipação de fundos comunitários, sendo também público, que decorreram já procedimentos por parte da Portos dos Açores, S.A. destinados a reservar o espaço para a sua construção.

Face ao exposto, os peticionários consideram que:

1. O Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, recentemente aprovado, tem como dois primeiros objetivos estratégicos, o de melhorar e enriquecer a qualidade da experiência turística do visitante, e o de contribuir para a preservação e conservação dos espaços naturais e culturais;
2. O Turismo dos Açores se deve diferenciar pela qualidade e pela originalidade, e que “enriquecer a qualidade da experiência turística” é dificilmente compaginável com iniciativas copiadas de outros destinos, sobretudo se estas forem contraditórias com a imagem turística que se pretende sustentar;
3. Ser difícil perceber como o Azores Aquarium pode “contribuir para a preservação e conservação dos espaços naturais e culturais” quando a localização proposta constitui uma barreira ao único plano de abertura e respiração da Avenida Marginal, eliminando simultaneamente o único trecho de plano de água com alguma amplitude remanescente no porto, para aí se implantar um volume de demasiada altura, plasticamente muito pouco interessante, desenquadrado da envolvente, agressivo na sua contextualização e de construção muito exigente em dragagens, com os inconvenientes ambientais daí advindos;

Tendo em conta que:

1. A experiência regional de construção de grandes empreendimentos sem sustentabilidade económica, cujo colapso origina um impacto negativo na paisagem e no urbanismo, se reflete negativamente na imagem regional e passa a constituir uma afronta permanente a toda a população e um problema cuja resolução onera as contas públicas;
2. Que existem dúvidas legítimas sobre a sustentabilidade económica do Azores Aquarium, dados os números conhecidos e expectáveis dos fluxos turísticos, que condicionam o número de visitantes prováveis. Afetar fundos públicos a este empreendimento, nomeadamente através de apoios comunitários, é difícil de compreender num contexto de tantas outras carências na valorização e salvaguarda do nosso património natural e cultural, essas sim importantes para a fruição turística;
3. Que o enquadramento geotectónico do arquipélago dos Açores e a consequente ocorrência de sismos de grande magnitude e intensidade, requerem uma ponderação particular das obras a implantar na zona costeira. Devem igualmente ser tidas em consideração as alterações climáticas que certamente afetarão os Açores e cujo impacto é neste momento alvo de um estudo encomendado pelo Governo Regional dos Açores;

E sabendo que:

1. Que os proclamados objetivos pedagógicos do empreendimento podem ser atingidos de uma forma tão ou mais eficaz através de meios audiovisuais ou informáticos, incluindo exposições ou documentários, promovendo por esta forma a economia digital e

cultural. Acresce que a generalidade das empresas marítimo-turísticas prestam já aos seus clientes informações importantes e contextualizadas sobre o meio marinho dos Açores;

2. Que a perspectiva de o empreendimento vir a alojar animais de grande porte, como jamantas, tartarugas ou golfinhos, está em contraciclo com as crescentes preocupações públicas com o bem-estar animal, com as normas legais nacionais e internacionais e com os estudos que demonstram o sofrimento infligido a estes animais mesmo nas melhores condições de cativeiro. Os efeitos terapêuticos da natação com golfinhos, em particular, não são suportados pela evidência médica. Mais uma vez, os valores transmitidos pelo parque temático contrastam negativamente com a imagem de natureza livre que pensamos deve ser associada aos Açores;

Face ao exposto, os peticionários:

1. Pela imagem de natureza viva, símbolo de marca dos Açores, pelo impacto na paisagem de Ponta Delgada, pelo contraste negativo arquitetónico na história e cultura da cidade, pelo bom uso do dinheiro público, pelo investimento público no património natural, pela duvidosa sustentabilidade económica e pelo bem-estar animal, manifestam a sua oposição à construção do Azores Aquarium;
2. Defendem que qualquer decisão sobre o Azores Aquarium deve ser precedida da apresentação e debate públicos do respetivo estudo de impacte ambiental, de um estudo de viabilidade económica realizado por uma entidade independente, e de pareceres dos departamentos competentes do Governo Regional, da Autoridade

Marítima, da Universidade dos Açores e das associações ambientais;

3. Exortam a Presidente da Assembleia Legislativa Regional a providenciar o debate desta petição em plenário ainda nesta legislatura;
4. Exortam os partidos políticos a interpelarem o Governo Regional sobre esta matéria.

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder à audição do primeiro subscritor, Sr. José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo, do promotor do Azores Aquarium, do Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, e da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 5 de julho de 2016, procedeu à audição do primeiro subscritor da petição, Sr. José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo.

O Peticionário começou por afirmar que os subscritores tiveram como objetivo trazer este assunto à atenção pública e política, para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o possa discutir e emitir recomendações.

Referiu, ainda, que esta matéria era transversal ao ambiente, à ciência e ao bem-estar animal, acrescentando que não fazia qualquer sentido defender a construção de um delfinário num momento que se assistia a grandes campanhas contra a manutenção de animais em cativeiro.

Acrescentou que esta era uma reação pública contra a tortura de seres vivos oceânicos que tal como os tubarões e as jamantas, de que tanto se fala, devem viver em liberdade, lembrando que as questões educacionais

que se tentava colar a este projeto não colhiam porque as pervertia totalmente.

No que concerne ao turismo, o convidado afirmou que existia uma enorme contradição com a imagem que se pretende para os Açores.

Referindo-se à questão económica, afirmou ter muitas dúvidas da sua sustentabilidade, apesar de saber do envolvimento de fundos comunitários, lembrando os presentes, por outro lado, que este poderia muito bem ser mais um elefante branco. Levantou dúvidas sobre a utilização de verbas públicas para financiar projetos privados.

Por fim o Peticionário declarou que esta obra iria, muito certamente, limitar a expansão da área de pesca do Porto Comercial de Ponta Delgada.

O Deputado André Bradford começou por dizer que tinha ficado com a ideia errada de que o grande problema para os peticionários seria a localização daquela infraestrutura.

Relativamente à manutenção de animais em cativeiro, o Deputado deu o exemplo do Oceanário de Lisboa que já passou dos 20 milhões de visitantes, perguntando se, à escala, não seria possível respeitar o bem-estar animal.

No que concerne à vertente pedagógica, o Deputado afirmou que o que tinha sido dito invalida o propósito de infraestruturas deste tipo.

Relativamente ao turismo, o Deputado André Bradford afirmou que, no seu entender, a qualificação da oferta passava pela diversificação, lembrando que nos Açores era possível ver todos estes animais na natureza, mas que a grande maioria dos visitantes não mergulhava.

O Peticionário respondeu que as questões relativas ao bem-estar animal são ao nível da ética e de índole cultural e que essas premissas também evoluíam.

Referiu que os jardins zoológicos têm vindo a evoluir nos seus conceitos, nomeadamente no que concerne à conservação das espécies, dando o exemplo da Costa Rica que tem um projeto para encerrar todos os jardins zoológicos do país.

Relativamente ao Oceanário de Lisboa, o convidado concordou que este cumpria a sua função, mas que tinha muitas dúvidas que a transposição para os Açores seja sustentável.

A Deputada Graça Silveira afirmou que se defendemos um turismo de experiências não fazia nenhum sentido apostar em animais em cativeiro, afirmando que esse modelo estava perfeitamente descredibilizado.

O Primeiro Subscritor afirmou, a esse propósito, que os fins educacionais que se pretendem transpor para este projeto podem ser desenvolvidos sem ter animais em cativeiro.

O Deputado Francisco César, começou por se afirmar “agnóstico” relativamente a este assunto, mas lembrou que se sabia muito pouco sobre este projeto, para além de uma apresentação em 3D e algumas referências na comunicação social.

Referiu ainda que um projeto como este para ter financiamento público tinha de ter um estudo de impacto ambiental e outro de viabilidade económica.

Segundo o Deputado, se este projeto for feito no saco do porto de Ponta Delgada tinha de cumprir várias premissas, nomeadamente não podia afetar o funcionamento do porto comercial e o de pescas, não devia ter impacto visual negativo e não podia afetar o crescimento daquela zona.

Afirmou ainda que o projeto se for proposto aos fundos comunitários e se for aprovado, o Governo dos Açores não o poderia impedir, lembrando que o licenciamento era outra questão e que esse estava apenas dependente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

O Deputado referiu ainda que, segundo sabia, o Governo dos Açores ainda não tinha conhecimento oficial deste empreendimento.

Por fim informou que gostava de ter mais informação sobre o que estava previsto para este projeto e perguntou ao convidado qual o conhecimento que tinha e o que pensava sobre a possibilidade deste projeto ser desenvolvido noutra sítio.

O Peticionário afirmou que estes projetos eram muito dispendiosos e que por isso tinha sido preciso fazer esta petição para os promotores e o Governo perceberem que existia oposição.

Acrescentou que aquela área específica não estava salvaguardada por qualquer proteção especial e que a gestão daquela zona cabia à empresa pública Portos dos Açores.

Por fim, concordou que havia pouca informação sobre o que lá ia ser feito.

A Deputada Zuraida Soares afirmou que os promotores do projeto afirmavam que este estava na sua fase final, que iria custar 15 milhões de euros e que achava muito estranho a Câmara Municipal de Ponta Delgada e o Governo Regional não saberem de nada, por isso, no seu entender, esta iniciativa tinha o mérito de nos manter atentos e despertos para não sermos confrontados, de um dia para o outro, com aquele projeto.

O Peticionário afirmou que uma das preocupações dos proponentes desta iniciativa era não saber quais os requisitos para suportar uma decisão e o receio deste empreendimento avançar sem debate público.

O Deputado Jorge Macedo afirmou que quando o projeto for conhecido o PSD haveria de dar nota da sua posição, mas, no entanto, concordava com a estranheza da Deputada Zuraida Soares por não haver posição sobre a aprovação ou não do projeto.

O Deputado acrescentou que se os Açores queriam uma natureza viva não era razoável que se apoiasse um projeto âncora que contrariasse essa ideia básica, mantendo muitas e sérias dúvidas que só poderiam ser esclarecidas quando o projeto aparecesse.

O Peticionário esclareceu que tinha havido uma primeira petição com 1.800 assinaturas, mas que estava mal elaborada e que por isso fizeram esta dirigida à Assembleia Legislativa que, segundo ele, era o local próprio para debater este assunto.

O Deputado André Bradford afirmou que passava a ideia de estarmos a falar de um negócio feito às escondidas, mas que vivíamos numa economia aberta e nessa condição era possível qualquer empresa elaborar um projeto sem dar conhecimento às autoridades.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 7 de fevereiro, procedeu à audição do promotor do Azores Aquarium, representados pelo Sr. Tiago Raiano, pelo Sr. João Rodrigues e pelo Professor Farias Martins.

O promotor Tiago Raiano, solicitou que fosse apresentado um pequeno filme sobre o projeto, para que posteriormente se discutisse os argumentos da petição, e que por fim, estariam disponíveis para discutir e esclarecer todas as dúvidas.

Durante a visualização do vídeo relativo ao projeto Azores Aquarium, o promotor Tiago Raiano, referiu que os arquitetos estiveram nos Açores sete vezes para estudar o conceito e as questões legislativas sobre o

espaço em questão, tendo as questões de navegabilidade e afastamentos aos monumentos estudados e tidos em conta.

Referiu que todo o projeto assenta na lógica de como se estivéssemos a entrar dentro de um vulcão, a descer para o seu interior. A sala de entrada, seria a sala de audiovisuais, onde se pretende ter uma explicação dos Açores, componente para a divulgação dos Açores, da sua origem vulcânica dos Açores, complementados com sua fauna e flora.

Disse que o tanque principal, daria acesso a um simulador de como se estivéssemos a entrar no mar dos Açores, com uma componente de audiovisual, outra parte, ligada à ciência, numa lógica educativa para as escolas e população em geral, e terminaria com uma zona da história baleeira. No fim do percurso existiria uma loja de souvenir.

Afirmou que o aquário será feito sobre estacas, para evitar problemas de navegabilidade, possuindo ainda uma zona exterior de auditório, para cerca de 100 pessoas.

O promotor referiu que nunca foram contactados por nenhum dos peticionários para conhecer o que era o Azores Aquarium e o seu conceito, e que foi seu entendimento, que por força de uma agenda política, com as eleições do ano passado, remeterem-se ao silêncio, de forma a que tudo fosse discutido com alguma serenidade e tranquilidade.

Afirmou que não alteraram nada em relação ao conceito inicial, e que não existe, nem nunca existiu, um *dolphinarium* no projeto, estando satisfeitos pelo assunto agora remeter-se exclusivamente para a questão da localização, o que face a todos os argumentos iniciais, demonstra a evolução sobre este assunto, não sabendo se grande parte dos argumentos da petição continuam válidos.

Por uma razão de respeito por todas as pessoas que assinaram a petição, mas também por todas as pessoas que são a favor do projeto, por aquilo que temos de dar de informação ao público em geral, e por esta comissão, que representa a assembleia, consideramos que o momento certo para falar e realizar os esclarecimentos, seria aqui, com os representantes da população.

Em relação à petição, os promotores, identificaram oito argumentos contra o Azores Aquarium.

O primeiro, por não se enquadrar no Plano Estratégico e de Marketing dos Açores, que tem como um dos objetivos estratégicos, melhorar e enriquecer a qualidade e a experiência turística do visitante e contribuir para a preservação e conservação dos espaços naturais e culturais.

Sobre este ponto referiu que o Plano em questão, é um documento extenso, que define um conjunto de diretrizes, de objetivos e de prioridades, que enunciou. Sobre a atratividade do destino referiu os fatores de não atratividade do destino, nomeadamente, a instabilidade do clima, a sazonalidade do turismo, custo do destino, burocracia, vida noturna e entretenimento.

No seu entendimento, o projeto Azores Aquarium, cumpre 3 das 5 prioridades definidas no PEMTA, desenvolver atratividade do destino numa lógica de complementaridade, qualificar a oferta ao nível das infraestruturas, desenvolver parcerias com os *stakeholders* locais.

Em relação aos objetivos, e na interpretação dos promotores, cumprem todos os 4 objetivos do PEMTA.

Referiu ainda um inquérito sobre a satisfação do turista que visita os Açores, onde turista está em termos globais satisfeito com o destino Açores, apresentando níveis mais baixos de satisfação em relação aos

transportes e mobilidade, e às atividades de animação, ou seja, a tónica em ambos, está sempre na animação, no entretenimento e na ocupação do turista.

Abordou o projeto de viabilidade económica, onde se refere, que este projeto está inserido na estratégia nacional para o mar, onde se preconiza o regresso de Portugal ao Mar, que se distingue na promoção turística e cultural dos Açores e pela interpretação e valorização dos seus recursos naturais, estimulando o acesso ao ambiente marinho natural, postura de investigação sobre o mar e aquacultura através do estabelecimento de parcerias estratégicas com as universidades e centros de investigação, locais, nacionais e internacionais.

Os promotores referiram uma publicação do diretor do DOP, citando parte da mesma publicação, onde este afirma que nos açores existiria espaço para um aquário, por várias razões e motivos, nomeadamente, para melhorar a acessibilidade e a proximidade do turista ao mar dos Açores.

Em relação à colisão ou não com a imagem dos Açores como destino de natureza, os promotores comparam os Açores com a Nova Zelândia, referindo que esta tem 4 aquários. Comparando com a Islândia, onde ainda se permite a caça à baleia, ao mesmo tempo que possui uma indústria ao nível da observação de baleias sofisticada, onde a imagem de natureza, relacionada com os glaciares, com os campos de lava, com as lagoas, não é colocada em causa por causa da caça à baleia (que consideramos grave).

Deste modo, face ao primeiro argumento da petição, consideram que este equipamento, dentro das normas e parâmetros internacionais, tem

enquadramento na estratégia da região, sendo um equipamento complementar à nossa oferta turística.

O segundo argumento da petição, refere-se ao diferenciar pela qualidade e originalidade a oferta turística. Sobre este argumento, referiu que o Azores Aquarium pretende mostrar a fauna, a flora, a história, o património natural referido no PEMTA, acrescentando qualidade e aumentando a estada média nos Açores, não esquecendo o valor que podem acrescentar do ponto de vista científico.

Relativamente ao terceiro argumento, de ser uma barreira ao único plano de abertura e respiração da avenida marginal, com um aquário de grandes dimensões, referiu que foram ponderados, desde o início, outros locais, nomeadamente junto às Portas do Mar e junto às piscinas, mas que logo perceberam que seira impossível realizar algo nesses espaços.

Informou que a localização encontrada e proposta, está diretamente relacionada com a viabilidade económica, sendo necessário a proteção do molhe para a redução de custos de construção, conjugada com a necessidade de beneficiar dos fluxos turísticos da cidade e do turismo dos cruzeiros. Devido a estes motivos de viabilidade nunca admitimos mudar a localização do projeto.

“Só esta localização permitirá manter o aquário em funcionamento e a sua sustentabilidade económica, o difícil não é construir, o difícil é mante-lo, e se ele não tiver os fluxos necessários não irá funcionar” afirmou o promotor Tiago Raiano.

Relativamente ao argumento da grande dimensão do equipamento, referiu que dependia da perspetiva, dizendo que alguns dos parceiros e investidores perdem o interesse no mesmo porque ele não tem dimensão.

Apresentando os números da dimensão do aquário, e comparando com o Oceanário de Lisboa, afirmou que não iriam fazer um mega-aquário, porque algo maior poderia colocar novamente em causa a viabilidade económica.

Informou que pretendiam ter um equipamento de dimensão equilibrada que não colocasse em causa a componente expositiva e a sua viabilidade económica, sendo que, um equipamento de dimensão inferior não permitiria ter um mínimo de qualidade e de dignidade, para a sua função recreacional, educacional e de conservação.

Relativamente ao quarto argumento da petição, referente à experiência regional de construção de grandes empreendimentos sem sustentabilidade económica e impacto na arquitetura urbana da região, afirmaram ter dificuldade em comentar.

Referiu que nenhum investidor faz um investimento, como aquele que propomos, com o intuito de falhar. Fazemos investimentos pela viabilidade económica dos projetos e pelo seu futuro funcionamento, daí que pretendemos ter os parceiros adequados para que este investimento não falhe.

Afirmou que a região devia ter um equipamento desta natureza, que tem espaço e poderá ter um papel fundamental na componente educativa e científica.

Quanto ao quinto argumento da petição, relativo às dúvidas sobre a sustentabilidade económica do Azores Aquarium, o promotor Tiago Raiano, referiu que este tipo de equipamento tem batido todos os recordes relativos ao número de visitantes, dando o exemplo do Oceanário de Lisboa.

O promotor João Rodrigues, referiu que as estimativas apontam para um investimento global de 15,5 milhões de euros, em linha com o custo por metro quadrado nos últimos aquários construídos no mundo.

Relativamente à estimativa de 200 mil visitantes, sendo o nosso *break-even* à volta dos 150 mil visitantes por ano, cerca de 30 a 40% dos visitantes que a ilha de São Miguel recebe por mar ou por via aérea, tendo sido bastante debatida esta taxa de captação.

Informou que o *payback*, ronda entre os 12 e 14 anos de recuperação, sendo estimado a criação de 30 postos de trabalho, 5 biólogos e 2 veterinários, além de engenheiros eletrotécnicos, engenheiros mecânicos, praticamente todos qualificados, e 25 postos de trabalho indiretos, criados em outsourcing.

Relativamente ao sexto argumento da petição, sobre o enquadramento geotécnico da região, o promotor Tiago Raiano, referiu que todos sabemos onde vivemos, assunto perfeitamente estudado pela engenharia, e salvaguardado com os requisitos necessários para a aprovação e licenciamento deste tipo de equipamentos.

Quanto ao sétimo argumento da petição, sobre os objetivos pedagógicos poderem ser atingidos de uma outra forma, informou que este ponto estaria de acordo com o projeto do Azores Aquarium.

Referiu que nos EUA existem 600 milhões de pessoas que visitam aquários e zoos, tendo esses espaços um papel fundamental para ações de conservação e investigação.

Informou que ao nível da recreação, pretendem criar espaços bem desenhados que permitam desfrutar do ambiente, realizar a interação com os animais de forma cuidada e agradável e que seja uma fonte de origem de preocupação e atitudes conservacionista.

Ao nível da conservação, referiu o objetivo de se criar habitats naturais para as espécies nativas, criando lugares temporários para espécies ameaçadas, destacando o laboratório de investigação, a sala de quarentena, a sala de conservação e a zona de recuperação de espécies.

Afirmou que ao nível da educação e pesquisa, com o intuito de disponibilizar oportunidades educativas e pedagógicas, formais e informais, cooperando com institutos de pesquisa e desenvolvimento locais, nacionais e internacionais, o Azores Aquarium, iria dispor de 6 espaços.

O promotor Tiago Raiano, afirmou que deste modo, esses objetivos estão perfeitamente conseguidos e plasmados no projeto do Azores Aquarium, reforçando o objetivo de desenvolvimento científico e de investigação com acordos com universidades e centros de estudos.

O promotor Professor Farias Martins, referiu que um aquário é um espaço onde os seres estão em cativeiro, e um dos pontos principais é buscar o bem-estar dos habitantes do aquário, sendo esta procura uma atividade científica, sendo necessário estudar os requisitos de cada espécie, numa interação contínua.

“Conseguir a reprodução em cativeiro é o principal objetivo”, afirmou o Professor Farias Martins.

Informou que esta ideia de mal-estar animal em cativeiro, só poderia passar por algum desconhecimento da realidade de um aquário, sendo que existe um conjunto de legislação muito apertada e que tem de ser respeitada.

Afirmou que uma instituição deste género respeitará os requisitos da nossa ligação com a natureza, e ao fazê-lo transportará para os visitantes, para os turistas, mas também para os açorianos, para as crianças, para as

escolas, porque uma interação controlada com a natureza, permitirá conhecer muito melhor o que nós temos.

Informou que o seu contributo era no ensino, na divulgação científica e na investigação científica, e que esta instituição não iria roubar o lugar de nada, iria sim colmatar e elevar para um patamar mais excelente aquilo que já temos na região, com o relacionamento com a universidade, com memorandos de entendimento que foram devidamente assinados.

O promotor Tiago Raiano, referiu que a questão de cativoiro, é novamente uma questão de perspetiva, questionando de forma retórica, que se tiverem dentro do aquário um animal que esteja em vias de extinção, se isso seria cativoiro ou se seria proteção.

Quanto aos maus tratos dos animais, afirmou que ninguém iria investir em animais, que são extremamente dispendiosos, as jamantas custam cada uma delas 150 mil euros, e depois dar-se ao luxo deles adoecerem ou serem maltratadas, referindo as normas, a fiscalização, o acompanhamento, o bem-estar animal necessário ao funcionamento do aquário.

Relativamente ao alojamento de jamantas, tartarugas, golfinhos e cetáceos, referiu não ser possível, nomeadamente porque não têm dimensão para os ter. Quanto à questão dos golfinhos, colocamos a questão dos tratamentos dos golfinhos, como um exemplo daquilo que podíamos fazer, para efeitos terapêuticos e de proteção dos animais.

Sobre o oitavo argumento da petição, relativo à questão da transparência, o promotor Tiago Raiano, referiu que a legislação não foi feita por eles, a não ser que queiram dizer que não cumprimos as regras. Apresentamos um requerimento na Portos dos Açores em janeiro de 2015, saiu um edital a 27 de outubro de 2015 e no dia 31 de outubro, o Correio dos Açores fez

capa sobre o Azores Aquarium, terminando a 14 de dezembro de 2015, sem que a sociedade questionasse nada do que estava a ser feito.

Finalizou os esclarecimentos, informando que os projetos definitivos não foram apresentados, porque consideram fundamental que estes sejam apresentados com os parceiros finais do projeto, por aspetos de ordem técnica.

O Deputado do Carlos Silva do PS, solicitou um enquadramento histórico sobre os passos que foram dados, o que foi apresentado, a quem foi apresentado, porque escolheram essas entidades e qual foi a receptividade que tiveram.

Por fim, questionou, na ótica dos promotores, qual era a entidade responsável pelo licenciamento do projeto.

O promotor, Tiago Raiano, referiu que segundo o parecer, pedido por eles, existem duas entidades envolvidas, uma é a Portos dos Açores e outra é a Camara Municipal de Ponta Delgada.

A Portos dos Açores como entidade competente para atribuir uma concessão de uso privativo, conferindo a um particular de usar, em regime de exclusividade, uma parcela de terreno de domínio público, o que não significa a isenção de licenças ou afastamento da Câmara Municipal, em âmbito das suas competências, como a aprovação e fiscalização das obras de construção.

Informou que em 2015, reuniram com a Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com o Eng. Vitor Fraga, com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, com o Presidente da Camara. Após a conferência de imprensa, no dia 29 de fevereiro, reuniram com o Presidente do Governo Regional dos Açores. Disse ainda que reuniram várias vezes com a Portos dos Açores, sobretudo para esclarecer dúvidas sobre enquadramentos legais.

Afirmou que o objetivo das reuniões era de “sentir o pulso dos decisores políticos”, onde nenhuma das entidades os demoveu de avançar, dizendo porem que os acolheram de formas diferentes.

O Deputado Carlos Silva do PS, referiu que em relação o parecer evidencia ter ficado claro que cabe à Camara Municipal de Ponta Delgada o licenciamento da obra, questionando os promotores se poderiam fornecer o parecer aos Deputados. Por último, questionou sobre a recetividade do Presidente de Câmara de Ponta Delgada relativamente ao projeto.

O promotor Tiago Raiano, em relação ao parecer jurídico, informou que iria consultar os advogados que emitiram o parecer, para depois disponibilizar ou não o conteúdo do mesmo.

Informou que tiveram duas reuniões sobre este projeto com o Presidente de Câmara de Ponta Delgada, onde na primeira, apresentaram o projeto, em que o Presidente se manifestou apoio total ao Azores Aquarium, e na segunda, na sequência de uma entrevista que o Senhor Presidente deu a um jornal da região.

Em relação à reunião que tivemos com o Presidente do Governo Regional, acolheu bem o projeto, num acolhimento da iniciativa privada, bastante institucional, mas sem uma manifestação clara de apoio por parte do Presidente. Afirmou que durante a campanha foram surpreendidos, pela tomada de posição do candidato Vasco Cordeiro, sabendo que acolhimento não significa validação, quer por parte do Governo Regional, quer por parte da Camara Municipal.

Referiu, que foi diferente quando leram a entrevista do Presidente da Câmara, em 29 de novembro, onde este apresentou uma perspetiva diferente sobre o assunto, o que levou-nos a solicitar a segunda audiência.

O promotor João Rodrigues, referiu que na segunda reunião, os investidores voltaram a receber carinho sobre o projeto, mas com um pedido de revisão da localização, com outro enquadramento no saco do porto.

Dissemos que estaríamos disponíveis, desde que isso, não impedisse a concretização de três fatores fundamentais. Uma localização parecida, que permita receber todos os fluxos dos cruzeiros e de toda a zona urbana de ponta delgada, que não aumentasse o custo do projeto, que não implicasse aumento dos prazos, uma vez que temos até 31 de dezembro de 2017 para apresentar os projetos.

Afirmou, que com base nessa reunião, ficaram de verificar as possibilidades de poder estudar alternativas, face aos pontos enunciados, deixando-nos tristes estas alterações de linha desta natureza.

O promotor Tiago Raiano, referiu que era importante, como investidores, falar com as entidades envolvidas, com decisores políticos, de forma a perceber o seu alinhamento com o projeto, referindo que dificilmente será possível alterar a localização, de modo a cumprir todos os pressupostos já enunciados.

O Deputado António Vasco Viveiros do PSD, abordou as principais dimensões do projeto, a questão urbana da cidade com ligação à localização, a utilização de fundos comunitários, e a compatibilidade deste projeto com a imagem do destino turístico da região.

Considerou que Ponta delgada foi massacrada com erros urbanísticos, maior parte deles localizados na orla costeira, que não tiveram o enquadramento necessário, e na sua opinião, o Azores Aquarium seria mais um erro.

Relativamente à afetação dos fundos comunitários, considerou que existe *n* iniciativas que necessitam de fundos comunitários, e que no contexto do turismo, não colocaria o aquário como prioritário.

Por último, referiu o PEMTA, onde os argumentos e o enquadramento realizado, de forma genérica, enquadram-se em qualquer projeto, afirmando que associar um aquário ao interesse das atividades turísticas da região é desadequado, sobretudo com o destino de natureza que pretendemos na região.

O promotor Tiago Raiano, referiu que respeitava todas as opiniões. Quanto aos fundos comunitários, disse que as regras não foram definidas por eles, considerando que a dimensão dos projetos não deveria ser fator de objeção.

“Nós somos açorianos, gostamos dos açores, e vamos continuar a investir nos açores, independentemente dos sucessos ou insucessos dos nossos projetos” afirmou o promotor.

Por último, respondeu que tinham também uma preocupação e responsabilidade, relativamente à forma como vamos fazer estes projetos, dizendo que tiveram um investidor interessado em adquirir o projeto na totalidade, e que não o venderam, porque esse investidor, noutra equipamento, tinha natação com golfinhos, e consideramos fundamental, que não ficasse a ideia, que amanhã isso poderia vir a acontecer.

O Deputado António Vasco Viveiros do PSD, voltou a manifestar, a sua opinião, da necessidade de se realizar projetos, nomeadamente de investimentos públicos na área do turismo, sendo que os fundos afetos a um projeto, deixam de estar disponíveis para outros projetos. Questionou se mantinham o projeto se este não tivesse participação de fundos comunitários.

O promotor Tiago Raiano, respondeu à questão, colocando a questão de quantos projetos seriam feitos na Região Autónoma dos Açores sem o apoio de fundos comunitários. Referiu que um projeto desta natureza, e com o *Payback* que tem, só seria atrativo com a comparticipação de fundos comunitários.

Por último, referiu que a localização, tem de garantir os pressupostos indicadores anteriormente, de modo a garantir os fluxos necessários para a viabilização do investimento.

O Deputado Paulo Mendes do BE, relativamente à viabilidade económica, questionou como pretendem captar o número de visitantes, quais as estratégias para captar os 30 a 40% dos turistas que chegam a São Miguel, viabilizando não só a fase de investimento, mas também a fase de manutenção.

Questionou o tempo útil da infraestrutura prevista e se todos os serviços serão geridos pelo promotor ou alguns serão concessionados. Por último, questionou sobre os 30 postos de trabalho, que referiram ser qualificados, questionando sobre o vínculo dos mesmos.

O promotor Tiago Raiano, respondeu sobre a qualificação e dos postos de trabalho, que a importância de ter bons parceiros iria permitir aos técnicos do aquário adquirirem conhecimentos e experiências noutras locais, para que este projeto tivesse sucesso.

Quanto ao tempo útil da infraestrutura, respondeu que seira de 75 anos, referindo-se preocupado com o dia seguinte da abertura do aquário. Referiu que grande parte dos equipamentos serão geridos pelos promotores, considerando concessionar o restaurante, o bar e talvez o centro de mergulho.

O promotor João Rodrigues, referiu que a taxa de captação de turistas, foi bastante debatida e discutida, nomeadamente com os parceiros estrangeiros, tendo em conta a experiência em outros parques temáticos, e que tendo em conta a realidade de São Miguel, perceberam que seria fácil atingir os 30 a 40% dos turistas que nos visitam.

O Deputado José San-Bento do PS, referiu que iria falar em nome do Partido Socialista, e não em nome pessoal, numa perspetiva institucional e não pessoal. Questionou os promotores sobre quais as parcerias internacionais do projeto, sobre se o seu projeto pode ou não contribuir para atrair e aumentar os fluxos turísticos para os açores.

Questionou sobre o tipo de parcerias preveem com a universidade dos açores e com as escolas do ensino básico e secundário.

Por último, referiu que o saco do porto tem uma finalidade de porto de pesca fundamental para a cidade e para economia, e suscitou-me dúvidas sobre o tipo de constrangimentos que esta nova estrutura pode causar ao funcionamento do porto de pescas.

O Deputado António Almeida do PSD, referiu que a viabilidade económico-financeira parte de um conjunto de pressupostos minimamente seguros e de outros que são difíceis de avaliar na procura por parte dos turistas, neste tipo de serviços. Considerou que os investimentos com fundos públicos, estão disponíveis a todos, e enquadram-se num conjunto de políticas definidas e determinadas pela região.

Referiu que a localização no porto do saco da baía de ponta delgada, é determinante, existindo um conjunto de atividades, como a pesca, as portas do mar, clube naval, marina, circunscritas à atividade do porto, que têm de ser ponderadas por questões operacionais.

Relativamente à viabilidade, questionou sobre com que dados foram realizados as vossas estimativas.

Por último, questionou se têm a garantia do enquadramento desse investimento nos programas de apoio ao investimento com fundos comunitários, por parte do Governo Regional.

O promotor Tiago Raiano, referiu que este era um projeto privado, onde a localização tem um conjunto de pressupostos que garantem a viabilização do projeto, sendo os parceiros internacionais, também fundamentais para o sucesso deste projeto.

“A nossa função enquanto empresários é continuar a apresentar projetos em que nós acreditamos que são viáveis” afirmou o promotor.

Respondeu que trabalham com dados estatísticos oficiais e com outros, subjacentes a outros projetos e seus resultados. Considerou que numa fase inicial, o aquário não conseguiria gerar fluxos turísticos para os Açores.

Afirmou, que em 2015, assinaram um memorando com a universidade dos açores onde se propõe a fomentar a investigação, a desenhar e implementar projetos de investigação, entre outros objetivos, sendo esta componente fundamental para o futuro do aquário, que não sobrevive se estiver fechado sobre ele mesmo, reforçando uma estratégia integradora. Referiu que acreditam no papel educacional destes equipamentos, que têm de envolver as escolas, têm de envolver a população.

Relativamente ao saco do porto, referiu respeitar todas as atividades económicas, nomeadamente o porto de pescas, e que o equipamento é proposto em estacas precisamente para não causar constrangimentos.

Disse que também existem muitas pessoas que acreditam e consideram que este projeto é importante para a ilha de São Miguel, que é bom para

esta região, e que gostaria que a comunicação social, também desse voz, aos que também acredito no projeto.

Como empresário, com trabalho no turismo, disse que acreditava neste projeto, que pode dar um novo impulso, que numa segunda fase pode trazer fluxos por via da investigação, por via da envolvência das escolas, das universidades, da investigação científica, que podem despontar outras atividades junto do mar.

Considerou que este projeto pode levar a uma política educativa sobre o Mar, que passe de meras intenções, num compromisso global e integrador.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 7 de fevereiro, procedeu à audição do Presidente de Câmara de Ponta Delgada, José Manuel Bolieiro.

O Presidente, José Manuel Bolieiro, iniciou a sua audição afirmando que a vida política e democrática nos Açores permite felizmente, através da via peticionários, que os cidadãos se pronunciem sobre intenções.

Referiu não estarmos perante situações de decisão, mas sim de uma intenção, tornada pública, de investimento que sendo privado é, no entanto, comprometido com a envolvente pública, por causa da sua tentativa de assegurar cofinanciamento comunitário e público.

Quanto à intervenção municipal, referiu que por se tratar de uma intenção o município até hoje, sob ponto de vista da capacidade decisória, não teve qualquer intervenção porque não foi passada da intenção para qualquer ato que determinasse, exigisse, implicasse uma decisão, com aconselhamento sob ponto de vista da emissão de qualquer parecer que tivesse sido solicitado à Câmara Municipal.

Considerou que a primeira conclusão a tirar para efeitos de relato desta audição, é que não há nenhum procedimento administrativo de consulta ou de pedido de licenciamento na Câmara Municipal de Ponta Delgada quanto a esta matéria.

No entanto, afirmou que o município tem demonstrado abertura para a apresentação de ideias, e foi solicitado uma audiência com o Presidente da Câmara, da parte dos empreendedores, para a apresentação da ideia, que tinha como título, exatamente, o Azores Aquarium, com uma localização em Ponta Delgada e, designadamente, no Porto de Ponta Delgada, em água.

Referiu que nessa apresentação, foi esclarecido que o assunto estava em propriedade do Estado, gerido pela Região, sob a gestão concessionária da Porto dos Açores, uma empresa pública da RAA.

Afirmou que, nos termos da lei, o processo de licenciamento da construção do Azores Aquarium não cai no âmbito das atribuições e competências da autoridade marítima nacional, através da Capitania do porto de PDL, ainda que deva estar sujeito a parecer da Comissão de Domínio Público Marítimo enquanto órgão consultivo da Autoridade Marítima nacional e uma vez que se trata de uma construção integrada na área do Domínio Público Marítimo.

Concluiu que haveria um requerimento para atribuição da concessão privativa da área de domínio público marítimo, requerida nos termos da lei à Portos dos Açores SA, e que, portanto, o processo de licenciamento para a construção cai no âmbito das atribuições e competências do Portos dos Açores SA.

Referiu que o projeto a ser realizado em regime de concessão na medida em que a funcionalidade que lhe é inerente, é estranho o objeto social dos

Portos dos Açores, pelo que a construção ficaria a cargo de entidades privadas que ficarão responsáveis pela conceção, construção, exploração e gestão da mesma.

Afirmou que neste caso, por via consultiva ao município de Ponta Delgada, o processo teria de correr previamente exatamente no âmbito da Porto dos Açores, daí que eu próprio esclareci, desde o início, que não havia qualquer pedido de parecer na Câmara Municipal e não nos pronunciaríamos sobre uma inexistência porque não tínhamos de nos pronunciar.

Referiu que posteriormente, surgiu outro facto, que foi a possibilidade de um referendo local sobre a matéria, sendo proposto que o município teria a responsabilidade de tomar a iniciativa de referendo local.

Considerou que esta não era uma possibilidade viável, porque não sendo da competência do município ela não poderia ser tomada por iniciativa do município e como referendo local.

Citando um parecer jurídico disse “o referendo local só pode ter por objeto questões de relevante interesse local que devam ser decididas pelos órgãos autárquicos municipais”. Sendo certo que o Aquário não é uma obra municipal e incerto que a Câmara Municipal venha pronunciar-se sobre o assunto, o referendo seria chumbado pelo Tribunal Constitucional, mesmo que a Assembleia Municipal tomasse tal iniciativa.

Considerou que outro grande facto desta matéria, teve a ver com a mediatização, mas a preceder a mediatização da matéria, foi um conjunto de centenas largas de emails com uma mensagem que eu penso que é do conhecimento desta Comissão de Economia e que, quase todos *copy*

paste, a manifestarem a posição pública contra a construção do Azores Aquarium.

Referiu que teve a oportunidade de tornar pública, como Presidente de Câmara e como cidadão, uma opinião crítica em relação a esta matéria, numa abordagem do ponto de vista da ideia de política turística para os Açores, que importava ter para refletir e saber se havia enquadramento de um projeto destes, para depois futuro cofinanciamento comunitário.

Considerou também necessário ter uma noção da estratégia da gestão portuária do Porto de Ponta Delgada, que é da responsabilidade da Porto dos Açores e da Região, para enquadrar esta iniciativa.

Afirmou que a região tem uma imagem de marca como destino natureza e que devíamos cuidar, com uma perceção não manchada, no plano nacional e internacional, dos Açores como destino turístico.

Referiu, que perante tudo isto, ter tido a oportunidade de conversar com os promotores sobre a matéria e sensibiliza-los para repensarem o projeto, e que o município de Ponta Delgada, que é favorável ao investimento de iniciativa privada, que se enquadre com uma boa gestão da política estratégica de turismo, para valorizar os Açores como destino turístico e destino de natureza, onde também para a gestão portuária o local não seria era nada aconselhável.

Afirmou que o último registo que tem, da conversação com o empreendedor, foi a manifesta disponibilidade para repensar o projeto e de poder enquadrá-lo nestes termos e fora da zona, eventualmente, fora da zona do porto de Ponta Delgada.

O Deputado Carlos Silva do PS, realizou um enquadramento dos factos disponibilizados pelo promotor, por aquilo que surgiu na comunicação social e documentos disponíveis.

Referiu que verificamos, que numa fase inicial teve uma reunião com o promotor e que mostrou uma boa receptividade em relação ao projeto, não colocando à partida qualquer objeção relativamente à localização e à questão da tipologia, mas posteriormente, numa segunda reunião, colocou algumas dúvidas relativamente à localização.

Segundo o promotor, que dispõe de um parecer jurídico que atesta que a competência do licenciamento da obra é da autarquia.

Referiu que o Presidente disse na Comunicação Social afirmar que o referendo local seria uma boa solução, mas depois diz que não, porque não era da competência municipal, questionando a quem compete o licenciamento.

De seguida referiu que o cidadão José Bolieiro era contra o aquário, justificando com base na localização e à questão da tipologia e do cativo.

Informou, que em declarações à Antena 1, o Presidente de Câmara afirmou que afinal existe estratégia para o turismo da região, mas que aquele projeto, não se enquadra nessa estratégia, quando inicialmente, referia que o Governo Regional dos Açores não tinha uma estratégia.

Questionou, se afinal apoia ou não apoia a intenção de um aquário, referindo dificuldades em perceber as várias tomadas de posição sobre o assunto.

Relativamente ao licenciamento referiu que de acordo com o regime jurídico de urbanização e edificação, bem como da Lei da Água, o espaço foi cedido para uma utilização privativa logo, por essa razão, apesar de ser do domínio público entra no domínio das competências da Câmara Municipal.

Questionou qual a estratégia da Câmara Municipal relativamente ao turismo dos Açores, e se o município deu contributos para o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores.

Por último, referiu a publicação no dia 30 de outubro de 2015, de um edital da Portos dos Açores, em que é mencionada uma intenção de ocupação daquele espaço e que há um período de 30 dias para apresentar objeções à atribuição do título publicitado, questionando se não deveria a Câmara Municipal ter se oposto ou levantado alguma objeção relativamente à intenção de investimento naquela zona.

Concluiu que ao longo deste processo existiu mudanças de posição que, na sua ótica, revelam pouca coerência.

O Presidente de Câmara, esclareceu as suas declarações iniciais, onde na primeira reunião, por razões de cortesia e por ser uma intenção de investimento, não iria pronunciar-se contra ou a favor, que se abstinha de ter pronuncia sobre isso.

Relativamente ao parecer jurídico sobre como competência de licenciamento, referiu que o licenciamento municipal, com parecer prévio da Porto dos Açores, entidade com competências de gestão e administração do porto de Ponta Delgada, em função da área de construção do Azores Aquarium. A necessidade de licenciamento municipal assenta no facto do município de PDL ter atribuições em toda a sua área de jurisdição, independentemente de se tratarem a áreas sujeitas a jurisdição de entidades portuárias. Tudo o que se passa no município interessa à Câmara Municipal, mas um cosia é isso preocupar, suscitar a atenção, outra é ter competência para intervir.

Referiu que ele, como jurista, verificou o que diz o art.º 7, das operações urbanistas promovidas pela administração pública onde é preciso considerar a concessão destas a outras entidades, que diz:

“As obras de edificação ou demolição promovidas por entidades públicas que tenham por atribuições específicas a administração das áreas portuárias ou do domínio público, ferroviário ou aeroportuário, quando realizadas na respetiva área de jurisdição e diretamente relacionadas com a prossecução daquelas atribuições estão isentas de licenciamento”.

Informou que estamos aqui, na lei, que define sobre as necessidades de controle e, portanto, isto pareceu inequívoco, diz que a execução das operações urbanísticas previstas no número anterior, com exceção das promovidas pelos municípios, fica sujeita a parecer prévio, não vinculativo, da câmara municipal, que deve ser emitido no prazo de 20 dias a contar da data da receção do respetivo pedido.

Referiu que nunca disse, publicamente, que não seríamos chamados para parecer prévio não vinculativo, portanto, foi e é a nossa leitura da lei.

Informou que aquilo que foi apresentado como ideia, quanto à localização, quer os factos que fiz referência quer quanto à localização, necessidades de licenciamento, quer quanto à possibilidade de referendo esclareci sobre a análise jurídica que fizemos. Por isso a competência de licenciamento, que é inequívoco, relativamente a esta matéria é em tudo concentrado na Portos dos Açores.

Também esclareceu que entre os factos haveriam os outros que foi depois o debate público e que eu cidadão e presidente da Câmara me pronunciei. Quanto ao referendo local, referiu que esclareceu, em entrevista à RTP, por causa das declarações do Presidente do Governo dos Açores, relativas ao referendo e à consulta da população. Esclareceu que o referendo local,

não era possível, tendo em conta o entendimento jurídico que tínhamos, sendo estes factos, não tendo nenhuma contradição ou incoerência.

Quanto a ser contra o investimento, afirmou a necessidade prévia de este se conformar com a estratégica turística e com a estratégia da gestão portuária do porto de Ponta Delgada.

Referiu, que no âmbito deste Governo, a Senhora Secretária da Energia, Ambiente e Turismo fez declarações públicas que ouvi e tive oportunidade de concordar, não podendo o senhor Deputado afirmar que tive um papel de incoerência, os tempos são diferentes e as personalidades também.

Manifestou concordância com as declarações da senhora Secretária relativas à defesa da Marca Açores como destino turístico de natureza, ficando agora por saber a estratégia para a gestão portuária do porto de Ponta Delgada, sobre a qual, não houve nenhuma posição.

Quanto à preocupação de o que é o aquário e o observatório, esclareceu que na sua declaração inicial, abordei sob o ponto de vista da perceção nacional e internacional, que havia uma perceção que se podia tornar negativa para a imagem dos Açores como cativo e o Aquário podia ter essa perspetiva.

Informou que transmitiu na última reunião que deveriam desenvolver uma estratégia mais pedagógica e didática e de salvaguarda do bem-estar animal.

Relativamente ao contributo para o PEMTA, referiu que não foi contato para um contributo específico, considerando que existiu um inquérito informático, enviado por email, pensando que os serviços terão respondido.

Relativamente ao anúncio da Portos dos Açores, afirmou desconhecer, e que nunca tiveram interesse na utilização privativa, porque diz, “eventuais interessados na utilização privativa tem a possibilidade de no prazo de 30 dias requerer ou apresentar”.

O Deputado Carlos Silva do PS, relativamente à questão de licenciamento referiu pareceres que são contra a interpretação do município, uma vez que não cabe à Portos dos Açores, se fosse um investimento realizado pela Portos dos Açores ou se tivesse na sua área de gestão ou de atividade, o que não é o caso.

O Presidente de Câmara, respondeu que é propriedade e gestão da Portos dos Açores, e que para ser feita por entidade privada, tem de ser concessionada, entra no âmbito da concessão. Reafirmou que não havendo um caso concreto de pedido também não me vou pronunciar sobre a análise jurídica quanto à nossa competência de emissão de parecer, como entidade licenciadora, não tendo dúvidas que deveríamos ser chamados como parceiros de controle prévio.

O Deputado António Vasco Viveiros do PSD, referiu que existe, uma questão pessoal, relativamente à localização do aquário e a importância que tem o próprio saco da doca, questionando sobre a opinião sobre o impacto do projeto nas questões funcionais do Porto de Ponta Delgada, da zona de pescas, e ao impacto que podia ter naquela zona da cidade.

O Presidente de Câmara, referiu que o projeto detém uma enorme volumetria e que ocupa de forma significativamente o espelho de água, e estranhei fruto de uma participação de público, numa reunião de Câmara, que um dos atores do diálogo social que representa as pescas e os pescadores ter afirmado que nunca tinha sido ouvido ou consultado. Do

ponto de vista da gestão urbanística, seria um ponto de confluência urbanística e de volumetria significativa.

O Deputado José San-Bento do PS, referiu que na audição anterior, foi dito explicitamente que o senhor Presidente de Câmara tinha mudado de posição em relação a este projeto, e foi dito que se verificou uma alteração de posição que nos deixou desconfortáveis, em que os promotores pediram uma reunião consigo para pedir esclarecimentos sobre a sua mudança de opinião.

Confessou que quando soube que o Presidente de Câmara era contra este investimento, pensei que alegasse razões de natureza urbanísticas ou do ordenamento do território, o que faria sentido para um pronunciamento como presidente de Câmara, mas a questão do destino Açores é algo muito subjetiva.

Considerou existir uma certa confusão, numa postura de desresponsabilização da Câmara Municipal, querendo estar bem com os contestatários, mesmo que no fundo deseje que a obra seja feita.

Gostaria de perceber qual o tratamento que este assunto terá quando a Câmara receber o pedido de licenciamento, porque o promotor deixou aqui claro, alias apresentou um parecer jurídico, em que é referido que a Câmara tem de licenciar esta obra.

O Presidente de Câmara, quanto à preocupação de mudança de opinião, respondeu que tinha esclarecido que existiu uma primeira reunião de apresentação, não estando perante um facto concreto teve a prudência, o distanciamento de observar e não ter como pressupostos nem o incentivo, nem a crítica.

Quanto à possibilidade de surgirem ideias de investimento para Ponta Delgada, referiu ser a favor de investimento em Ponta Delgada, mas coisa

diferente é o investimento em concreto, designadamente sobre turismo e ofertas turística, que normalmente é genericamente bom, por isso a favor. Considerou que o Presidente da Câmara será ou não oposição, nomeadamente por questões urbanísticas e de ordenamento do território quando efetivamente a questão se colocar. Disse que sob o ponto de vista da declaração que fez, foi genérica e sob esses dois pontos de observação, política turística e política da gestão portuária do porto de Ponta Delgada. Referiu-se surpreendido com o facto de os promotores estarem prontos para sujeitar a licenciamento à Câmara Municipal o projeto, confessando que na última reunião que teve com os promotores, estes manifestaram-se disponíveis para repensar o projeto e até a sua localização.

O Presidente da Comissão, o Deputado Miguel Costa, referiu que os promotores disseram que tinham tido uma reunião com o Presidente da Câmara, e que o senhor, teria manifestado intenção, de que eles tivessem disponibilidade para corrigir ou modificar a localização. Também referiram que existia um conjunto pressupostos e de condicionantes que não podiam ser alterados, nomeadamente, sair do Porto de Ponta Delgada. Por último, referiram ainda que seria sujeito a licenciamento por parte do Município.

O Deputado José San-Bento do PS, referiu que os promotores consideram que, seja qual for a decisão final em termos do seu projeto de arquitetura, ele será sujeito a licenciamento municipal.

O Presidente da Comissão, Deputado Miguel Costa, referiu que o entendimento do promotor tinha condições específicas para poder fazer alguma correção, sendo uma delas não sair do saco do Porto, para manter a sua viabilidade económica.

O Presidente de Câmara, referiu que este novo posicionamento, por parte dos promotores pode ter sido na sequência da reunião e que poderão ter feito análises, mas que, posteriormente não me comunicaram o que aqui transmitiram em comissão.

O Presidente da Comissão, Deputado Miguel Costa, referiu que o projeto, é um projeto privado, que existe uma manifestação junto de uma entidade que tutela aquela área, que tutela um domínio público marítimo, que não tutela com a sua exclusividade plena porque carece de pareceres da autoridade marítima, e existindo uma cedência, ou uma concessão de um espaço de domínio público a uma entidade privada, para fazer uma determinada intenção de investimento.

Considerou que existe assim, uma concessão para uso privativo do domínio público marítimo, essa possibilidade não pode ser conferida pela Câmara Municipal, deve ser conferida pela entidade que tutela, a Porto dos Açores, e essa possibilidade é conferida a um privado de utilização daquele espaço público. E isto não significa o afastamento do município relativamente ao licenciamento da obra porque não é uma obra de uma entidade pública, que está isenta do Regime Jurídico.

Referindo que não é uma entidade pública, que está isenta desse parecer vinculativo do município e neste caso, em particular, não é a Porto dos Açores porque nem é da sua área de atividade, logo é uma entidade privada que vai desenvolver um projeto naquela área que é cedido, em termos de espaço público, mas que carece, como qualquer particular no seu município, de licenciamento vinculativo do município de Ponta Delgada.

Afirmou ser este o seu entendimento, e também de alguns pareceres jurídicos, da advém da própria leitura que fez da legislação.

O Presidente de Câmara, referiu que quando tiver o caso em concreto para verificar, porquê se for no âmbito, como esclareci, gerido pela Porto dos Açores, é no espaço propriedade da Portos dos Açores, tem de ser tudo especificado e se não for objeto de uma concessão para a construção, é um pressuposto diferente que carece de análise jurídica.

A Deputada Mónica Rocha do PS, referiu a sensação de uma certa submissão ao Governo um jogo de responsabilidades e não um esclarecimento, questionando sobre os contributos da Câmara Municipal para o PEMTA.

O Presidente de Câmara, declarou que não existe nem submissão, nem contestação, interessando a parceria com outras entidades, sem ninguém prescindir das suas competências de intervenção e das suas posições relativamente às matérias, voltando a referir que não tinha sido questionado diretamente sobre o inquérito para o PEMTA.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 7 de fevereiro, procedeu à audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro.

A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, na sua intervenção inicial sobre o objeto da petição, referiu que o projeto em análise era ainda uma intenção de projeto, que não estava concluído, que não tinha dado entrada nenhum pedido de análise nas entidades governamentais.

Informou que, por esse facto, condicionava aquilo que podíamos, nesta fase, adiantar sobre o mesmo. De qualquer forma, referiu que compreende e respeita o levantamento destas questões, por esta via da petição, e por isso estaria disponível para responder às questões

levantadas, colaborando para o esclarecimento das dúvidas que sejam possíveis de esclarecer nesta fase.

O Deputado Carlos Silva do PS, referiu que estávamos essencialmente para esclarecer algumas dúvidas que tem surgido, apesar de ser ainda uma ideia e não um projeto entregue, pelo que seria importante esclarecer se na sua ótica, a quem compete o licenciamento deste projeto, considerando aquilo que é de conhecimento público e a localização do mesmo.

Alem disso, questionou se este projeto coloca em causa a ideia de turismo de natureza que está patente no Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, e quais seriam as mais valias que este projeto poderia trazer para os Açores.

A SREAT, respondeu que em relação ao licenciamento e baseado em pareceres jurídicos, tratando-se de uma área de gestão de domínio público, onde tem jurisdição a Portos dos Açores, e que sendo concessionada para uso privativo, não contido no objeto social dessa empresa, trata-se de um projeto que fica sujeito a licenciamento camarário.

Relativamente à ligação deste tipo de projeto e o Turismo que defendemos para os Açores, referiu que a política do Governo Regional dos Açores, para o Turismo é muito clara, a estratégia assenta na defesa, na proteção e na preservação do nosso património ambiental e cultural.

Afirmou que os Açores devem ser um destino de natureza por excelência, e isso só é possível, com políticas que conciliem boas práticas ambientais e turísticas. Sendo isso o que defende o PEMTA, onde são preconizados as prioridades na qualificação do destino, à inovação de produtos e serviços, e à qualificação de uma oferta diversificada, permitindo a sustentabilidade deste setor, com o objetivo de crescer no emprego, na

riqueza, e contrariar a sazonalidade, um dos grandes desafios que temos pela frente.

Referiu que só podemos responder se a ideia de projeto corresponde a estes preósitos, que são claros e inequívocos, na posse dos elementos que o caracterizam.

Informou, que compreendendo a sensibilidade e a importância das questões levantadas pela petição, referiu a importância do instrumento que é a da avaliação do impacto ambiental. Este tipo de instrumento, é preventivo e é fundamental, para as políticas de ordenamento do território e do ambiente, com o objetivo de uma gestão equilibrada de todos os recursos, assegurando a proteção ambiental, em todas as vertentes. Esta avaliação, através deste instrumento, deve ser elaborada prevendo-se a participação pública, e a partilha da informação, de forma a que a sociedade possa acompanhar este tipo de projetos.

Relativamente às mais valias que o projeto pode trazer, respondeu que seira prematuro, sem conhecer as suas características, sem ter a certeza que ele se enquadra nas linhas orientadoras do turismo, que o Governo Regional dos Açores pretende, avançar muito mais.

O Deputado Paulo Mendes do BE, questionou se aquando da entrega oficial do projeto nas entidades competentes, se este seria objeto de estudo de impacto ambiental.

A SREAT, confirmou que era mesmo isso que estava previsto, a existência de uma avaliação do impacto ambiental do projeto.

A Comissão Permanente de Economia solicitou vários pareceres por escrito, no âmbito da petição em análise, tendo recebido das seguintes entidades:

- Ordem dos Arquitetos, Secção Regional Sul, Delegação dos Açores;
- QUERCUS, Núcleo de São Miguel;
- Amigos dos Açores, Associação Ecológica;
- Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- ANIMAL, em Defesa dos Direitos de todos os Animais.

4º. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, pronunciar-se da seguinte forma:

1. Registrar que os peticionários têm por objetivo impedir a construção, no interior do Porto de Ponta Delgada, de um parque temático, que consideram de grandes dimensões, designado por Azores Aquarium;
2. Salientar que os peticionários apresentaram um conjunto de considerandos que visam sustentar esse objetivo:
 - Consideram este projeto não se enquadra no Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, questionando o seu papel em contribuir para a preservação e conservação dos espaços naturais e culturais, bem como a localização proposta;
 - Colocam em causa a sustentabilidade económica do Azores Aquarium, referindo que os fundos públicos devem colmatar outras carências na valorização e salvaguarda do património natural e cultural;

- Consideram que os objetivos pedagógicos do empreendimento podem ser atingidos com recurso a meios audiovisuais ou informáticos, promovendo a economia digital e cultural;
 - Consideram que a perspetiva de alojar animais está em contraciclo com as crescentes preocupações públicas com o bem-estar animal, onde os efeitos terapêuticos da natação com golfinhos, em particular, não são suportados pela evidência médica.
3. Salientar que os peticionários são contra a construção do Azores Aquarium pela imagem de marca dos Açores, turismo de natureza, pelo impacto na paisagem de Ponta Delgada, pelo contraste negativo arquitetónico na história e cultura da cidade, pelo bom uso do dinheiro público, pelo investimento público no património natural, pela duvidosa sustentabilidade económica e pelo bem-estar animal;
 4. Registrar que os promotores nunca foram contactados por nenhum dos peticionários para conhecer o que era o Azores Aquarium e o seu conceito, que não alteraram nada em relação ao conceito inicial, e que nunca existiu um *dolphinarium* no projeto, estando satisfeitos pelo assunto agora remeter-se exclusivamente para a questão da localização;
 5. Salientar que os promotores consideram que o projeto Azores Aquarium, cumpre parte das prioridades e os objetivos definidos no Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, não colidindo com a imagem dos Açores como destino de natureza e não esquecendo o valor que pode acrescentar do ponto de vista científico;
 6. Registrar, que segundo os promotores, a localização proposta está diretamente relacionada com a viabilidade económica, sendo necessário a proteção do molhe para a redução de custos de construção,

- conjugada com a necessidade de beneficiar dos fluxos turísticos da cidade e do turismo dos cruzeiros.
7. Salientar que os promotores pretendem ter um equipamento de dimensão equilibrada que não colocasse em causa a componente expositiva e a sua viabilidade económica, sendo que, um equipamento de dimensão inferior não permitiria ter um mínimo de qualidade e de dignidade, para a sua função recreacional, educacional e de conservação.
 8. Registrar a intenção de criação de 30 postos de trabalho, 5 biólogos e 2 veterinários, além de engenheiros eletrotécnicos, engenheiros mecânicos, praticamente todos qualificados, e 25 postos de trabalho indiretos, criados em outsourcing.
 9. Salientar que o enquadramento geotécnico da região se encontra perfeitamente estudado pela engenharia, e salvaguardado com os requisitos necessários para a aprovação e licenciamento das obras de construção.
 10. Registrar que os promotores consideram que os objetivos pedagógicos estão perfeitamente conseguidos e plasmados no projeto do Azores Aquarium, reforçando o objetivo de desenvolvimento científico e de investigação com acordos com universidades e centros de estudos.
 11. Salientar que os promotores referiram que a ideia de mal-estar animal em cativeiro, só poderia passar por algum desconhecimento da realidade de um aquário, sendo que existe um conjunto de legislação muito apertada e que tem de ser respeitada, e que ninguém iria investir em animais, extremamente dispendiosos, para depois os maltratar,

12. Registrar que os projetos definitivos não foram apresentados, porque os promotores, consideram fundamental que estes sejam apresentados com os parceiros finais do projeto, por aspetos de ordem técnica.
13. Salientar o memorando assinado com a universidade dos açores onde se propõe a fomentar a investigação, a desenhar e implementar projetos de investigação, entre outros objetivos, sendo esta componente fundamental para o futuro do aquário, que não sobrevive se estiver fechado sobre ele mesmo, reforçando uma estratégia integradora, que têm de envolver as escolas, têm de envolver a população.
14. Registrar a construção do equipamento em estacas, para não causar constrangimentos, nomeadamente à atividade económica das pescas, localizada no saco do porto;
15. Enfatizar que os promotores consideram que o projeto pode levar a uma política educativa sobre o Mar, que passe de meras intenções, num compromisso global e integrador, em que a região devia ter um equipamento desta natureza, com um papel fundamental na componente educativa e científica.
16. Registrar que os promotores iniciaram o processo, apresentando as suas intenções de projeto à Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, ao Presidente do Governo, à empresa pública Portos dos Açores e à Câmara Municipal de Ponta Delgada, com responsabilidades e competência sobre a área e licenciamento do projeto.
17. Salientar a existência de um Edital da Portos dos Açores, publicado a 27 de outubro de 2015, sobre a concessão do uso privado da área de domínio público marítimo para a construção aqui em causa.

18. Registrar as diferenças de interpretação legal sobre o licenciamento das obras de construção, entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada, os promotores do projeto Azores Aquarium e o Governo Regional.
19. Salientar que, estas diferentes interpretações, sobre as responsabilidades dos procedimentos e licenciamentos, influíram também, numa diferente interpretação referente à competência da realização de um referendo à população, nomeadamente se um referendo local, da competência do Município de Ponta Delgada.
20. Salientar que não deu entrada, em nenhuma entidade competente, Município ou Governo, o projeto referido no âmbito da petição, pelo que não passa de uma intenção de projeto, e que por esses motivos, o Governo Regional reservou a sua posição relativamente ao seu enquadramento no PEMTA, garantindo que quanto der entrada o projeto concreto, irá promover e realizar a avaliação de impacto ambiental, com a participação e debate público que o mesmo define.
21. Registrar que os objetivos dos peticionários, que defendem que qualquer decisão sobre o Azores Aquarium deve ser precedida da apresentação e debate públicos do respetivo estudo de impacto ambiental, estará assegurado pela realização anunciada por parte do Governo do estudo de impacto ambiental.
22. Constatar que a Petição, por ser subscrita por 573 peticionários, reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
23. Dar conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da petição.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP, não se pronunciou sobre a petição, uma vez que não esteve representado na reunião da Comissão do dia 7 de

fevereiro, dado que se encontravam em Jornadas Parlamentares na Ilha do Pico, no entanto o CDS-PP congratula as iniciativas cidadãs, uma vez que cada vez mais é importante uma participação proativa dos cidadãos na nossa sociedade, numa aproximação de eleitores e representantes eleitos, no seu direito consagrado no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 23 de março de 2017.

O Relator, *André Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

O Presidente, *Miguel Costa*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tinha pedido a palavra para uma interpelação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos encerrar os trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 47 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio **Bradford**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Susana Goulart **Costa**

Partido Social Democrata (PSD)

César Leandro Costa **Toste**

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: Institui um regime especial de defesa e valorização das embarcações tradicionais portuguesas n.º 437/XIII/2.^a (PCP) – n.º 56/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 17;

Assunto: Estabelece um regime jurídico para as ações de arborização, rearborização ou adensamento florestal - n.º 464/XIII/2.^a (BE) - n.º 59/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 17;

Assunto: Aprova a constituição de unidade de gestão florestal - n.º 465/XIII/2.ª (BE) - n.º 60/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 17;

Assunto: Lei Quadro que estabelece as condições e requisitos de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais – n.º 442/XIII/2.ª (PCP) – n.º 57/XI

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 17;

Assunto: Procede à descentralização de competências para os municípios e entidades intermunicipais no âmbito da educação, saúde, ação social, proteção civil, praias, gestão florestal, saúde animal e segurança alimentar, património e habitação - n.º 449/XIII/2.ª (CDS-PP) - – n.º 58/XI

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 17.

2 - Projetos de Resolução:

Assunto: Regiões Ultraperiféricas – n.º 766/XIII/2.^a (PSD) – n.º 55/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 17.

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias, aprovado pela Lei n.º 98/2015, de 18 de agosto - MPMA - (Reg. DL 531/2016) - n.º 19/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 24;

Assunto: Estabelece o regime de identificação e rotulagem de caseínas e caseinatos destinados à alimentação humana, transpondo a Diretiva (CE) 2015 / 2203 - MAFDR - (Reg. DL 72/2017) - n.º 20/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 24;

Assunto: Estabelece o regime de identificação e rotulagem sobre origem do leite, executando o Regulamento (UE) n.º 1169/2011 - MAFDR - (Reg. DL 74/2017) - n.º 21/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 24;

Assunto: Transpõe a Diretiva 2014/61/UE, com o objetivo de reforçar as medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas de elevado débito -MPI-(Reg. DL 60/2017) - n.º 22/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 24.

4 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Determina a inclusão da opção vegetariana nas refeições nas cantinas públicas e noutras entidades financiadas maioritariamente por fundos públicos – n.º 6/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 05 – 29

5 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Contabilização de tempo dos docentes que desempenham funções na valência de CATL – n.º 22/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 03 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 20;

Assunto: [Formação e ensino de condução das categorias B \(ligeiros\), A \(motociclos\) e C \(pesados\) na ilha do Corvo – n.º 23/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 05 – 15;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias junto do Governo da República, acionista maioritário da TAP Portugal, no sentido de impedir o encerramento da loja comercial da empresa, em Angra do Heroísmo, e de deslocalizar da ilha Terceira a delegação da TAP nos Açores - com pedido de urgência e de dispensa em Comissão - n.º 24/XI](#)

Proveniência: CDS/PP

Data de Entrada: 2017 – 04 – 12

Pedido de Urgência e Dispensa de exame em Comissão.

6 – Petição:

Assunto: Pagamentos Devidos a Título de Compensação por Direitos de Autor – 5/XI

Proveniência: Rúben Miguel Pacheco Correia

Data de Entrada: 2017 – 03 – 13

Data Limite de Parecer: 2017 – 05 – 29;

Assunto: Inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas da Região

Proveniência: Jessica Costa Pacheco – n.º 6/XI

Data de Entrada: 2017 – 03 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 05 – 29;

Assunto: Contagem de tempo de serviço dos docentes que desempenham funções em valência de Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) – n.º 7/XI

Proveniência: Leonardo José Barbosa Soares de Medeiros

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Aguarda Admissibilidade.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Ryanair – Novas rotas nos Açores](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 20

Referência: 54.01.00 – N.º 138/XI;

Assunto: [Receitas, despesas e dívidas da SAUDAÇOR, S.A.](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 21

Referência: 54.01.00 – N.º 139/XI;

Assunto: [Divulgação indevida de dados pessoais de alunos da Região](#)

Autores: Maria João Carreiro, Mónica Seidi, Jorge Jorge e César Toste (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 140/XI;

Assunto: [Violação de dados pessoais dos Açorianos](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 22

Referência: 54.01.00 – N.º 141/XI;

Assunto: [Atrasos no transporte de pescado do Corvo para o exterior – 22/03/2017](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 142/XI;

Assunto: [O transporte de colmeias para a ilha do Corvo continua bloqueado](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 143/XI;

Assunto: [Centro de interpretação de aves da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 23

Referência: 54.07.09 – N.º 144/XI;

Assunto: [Projeto de instalação de uma base de lançamento de satélites na ilha de Santa Maria](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 23

Referência: 54.04.01 – N.º 145/XI;

Assunto: [Manutenção dos Percursos Pedestres na Ilha das Flores](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 23

Referência: 54.06.08 – N.º 146/XI;

Assunto: [Contrato-Programa entre a Região Autónoma dos Açores e a Diocese de Angra](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 23

Referência: 54.01.00 – N.º 147/XI;

Assunto: [Anúncio do fim da rota da Easyjet entre Lisboa e Ponta Delgada](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 23

Referência: 54.06.02 – N.º 148/XI;

Assunto: [Posto de abastecimento de combustíveis rodoviários na freguesia de Ponta Delgada, na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 149/XI;

Assunto: [Discriminação entre companhias aéreas no aeroporto das Lajes, na ilha Terceira](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 27

Referência: 54.06.03 – N.º 150/XI;

Assunto: [Os encaminhamentos e a ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Referência: 54.07.09 – N.º 151/XI;

Assunto: [Queijo de São Jorge](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Referência: 54.04.05 – N.º 152/XI;

Assunto: [Estudo relativo à acumulação de algas na vila da Madalena do Pico](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Referência: 54.06.06 – N.º 153/XI;

Assunto: [Formação e categorias profissionais dos operadores de pórtilhos de varagem nos portos de pesca dos Açores](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 154/XI;

Assunto: [Estrada regional 1-2 – São Jorge](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 29

Referência: 54.04.05 – N.º 155/XI;

Assunto: [Cumprimento de normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 156/XI;

Assunto: [Campanha de desratização na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 30

Referência: 54.07.09 – N.º 157/XI;

Assunto: [Centro de Processamento de resíduos do Corvo – funcionamento e equipamento](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Referência: 54.07.09 – N.º 158/XI;

Assunto: [Funcionamento dos serviços de desporto de ilha na Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Referência: 54.07.00 – N.º 159/XI;

Assunto: [Abertura de um serviço de fisioterapia na USICORVO](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Referência: 54.07.09 – N.º 160/XI;

Assunto: [Interrupção da prestação de cuidados de saúde no âmbito da medicina dentária na USICORVO](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Referência: 54.07.09 – N.º 161/XI;

Assunto: [Solicitação de listagem das deliberações diferidas e indeferidas dos projetos candidatos ao estatuto de Projetos de interesse Regional \(PIR\) desde o ano de 2013](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 162/XI;

Assunto: [Encargos globais do Gabinete de Apoio à Comunicação Social](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 03

Referência: 54.07.00 – N.º 163/XI;

Assunto: [Qual o ponto da situação da implementação do sistema RISE no aeroporto da Horta?](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04

Referência: 54.03.07 – N.º 164/XI;

Assunto: [Bienal do Turismo em Espaço Rural](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04

Referência: 54.01.05 – N.º 165/XI;

Assunto: [Crescimento dos encargos globais do Gabinete de Apoio à Comunicação Social](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04

Referência: 54.07.00 – N.º 166/XI;

Assunto: [PSD questiona Governo Regional sobre construção do SPORTS ECO RESORT na Praia da Vitória](#)

Autores: Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04

Referência: 54.03.03 – N.º 167/XI;

Assunto: [Deposição de entulho na orla costeira da vila da Calheta, São Jorge](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04

Referência: 54.06.05 – N.º 168/XI;

Assunto: [Azores Airlines com avião inoperacional](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05

Referência: 54.03.06 – N.º 169/XI;

Assunto: [Mobilidade aérea entre as ilhas dos Arquipélagos dos Açores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05

Referência: 54.04.00 – N.º 170/XI;

Assunto: [O Transporte de Pescado não foi novamente realizado a partir da ilha do Corvo-05-04-2017](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 171/XI;

Assunto: [Reabilitação do edifício onde funcionam a Associação Agrícola do Corvo e o Núcleo dos Serviços de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 172/XI;

Assunto: [Campanha de Promoção dos Açores](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 173/XI;

Assunto: [Rastreios e Exames na área Oncológica no Hospital da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 06

Referência: 54.03.07 – N.º 174/XI;

Assunto: [Serviço de Urgência da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 06

Referência: 54.04.05 – N.º 175/XI;

Assunto: [Desleixo e negligência na Estrada Leste do Corvo – Lugar do Pico](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 176/XI;

Assunto: [Tempos máximos de resposta garantidos para a realização dos diferentes exames complementares de diagnóstico, nas Unidades de Saúde de ilha e nos Hospitais](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 177/XI;

Assunto: [Locomotivas da doca de Ponta Delgada devem voltar a circular](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 178/XI;

Assunto: [Trabalhadores da Administração Pública Regional na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 07

Referência: 54.04.07 – N.º 179/XI;

Assunto: [Correção de desníveis em terrenos privados na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.04.08 – N.º 180/XI;

Assunto: [Mobilidade elétrica nos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.07.00 – N.º 181/XI;

Assunto: [Encerramento do Trilho da Vigia de São Pedro – São Miguel/PR1SMI](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.07.02 – N.º 182/XI;

Assunto: [Falta de informação em relação aos trilhos pedestres das ilhas do Faial, Pico e Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.07.00 – N.º 183/XI;

Assunto: [Operação da Air Berlin para a Ilha Terceira](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.01.03 – N.º 184/XI;

Assunto: [Doente oncológico sem acompanhamento especializado no Hospital da Horta](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.01.07 – N.º 185/XI;

Assunto: [Deslocação de Doentes e seus acompanhantes](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.01.00 – N.º 186/XI;

Assunto: [Órgão de tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11

Referência: 54.04.08 – N.º 187/XI;

Assunto: [Número de almoços disponibilizadas durante os períodos e interrupções letivas, desde 2014](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 188/XI;

Assunto: [Divulgação do Roteiro Cultural referente a Manuela Carlos Jorge do Nascimento](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 189/XI;

Assunto: [Programação cultural prevista para a Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 190/XI;

Assunto: [Requalificação do porto de Santa Iria – Ribeira Grande](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11

Referência: 54.07.02 – N.º 191/XI.

8– Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Quadros regionais de ilha efetivamente providos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 17

Referência: 54.07.00 – N.º 85/XI;

Assunto: [Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 113/XI;

Assunto: [Funcionamento do serviço de medicina dentária na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 24

Referência: 54.07.09 – N.º 126/XI;

Assunto: [Porto das Poças em Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 128/XI;

Assunto: [Suspensão da recolha de citologias no âmbito do rastreio do cancro do colo do útero](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 133/XI;

Assunto: [Aumento da despesa afeta à SCUT dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Referência: 54.07.00 – N.º 122/XI;

Assunto: [Reabilitação das estradas regionais na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28

Referência: 54.01.05 – N.º 137/XI;

Assunto: [Atlânticoline ignora necessidades da ilha Graciosa na operação de transporte marítimo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 29

Referência: 54.03.04 – N.º 121/XI;

Assunto: [Refeições disponibilizadas nas escolas açorianas a pais e encarregados de educação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 127/XI;

Assunto: [Posto de abastecimento de combustíveis rodoviários na freguesia de Ponta Delgada, na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 29

Referência: 54.04.08 – N.º 149/XI;

Assunto: [Má programação da SATA prejudica passageiros de e para a Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Referência: 54.03.04 – N.º 120/XI;

Assunto: [Dados pessoais de utentes do serviço regional de saúde expostos na Internet](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31

Referência: 54.03.00 – N.º 136/XI;

Assunto: [Rescisão do contrato de concessão de incentivos financeiros à empresa Strongsurvival, Lda.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 102/XI;

Assunto: [Pessoal afeto e custos do Gabinete de Apoio à Comunicação Social](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 70/XI;

Assunto: [Ryanair – Novas Rotas nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 03

Referência: 54.01.00 – N.º 138/XI;

Assunto: [Qualidade das refeições escolares servidas na Escola Básica e Secundária da Calheta de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04

Referência: 54.06.05 – N.º 53/XI;

Assunto: [Falta de resposta a crianças com necessidades educativas especiais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05

Referência: 54.03.00 – N.º 52/XI;

Assunto: [Execução do projeto Green Island - Corvo Sustentável](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 86/XI;

Assunto: [Custos anuais relativos às deslocações de utentes do Serviço Regional de Saúde para consultas de especialidade a ilhas com hospital](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05

Referência: 54.06.00 – N.º 132/XI;

Assunto: [Anúncio do fim da rota da Easyjet entre Lisboa e Ponta Delgada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05

Referência: 54.01.02 – N.º 148/XI;

Assunto: [Conclusão das obras de recuperação das termas do Carapacho](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 07

Referência: 54.03.04 – N.º 67/XI;

Assunto: [Estrada Regional 1-2 – São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.04.05 – N.º 155/XI;

Assunto: [Divulgação indevida de dados pessoais de alunos da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 140/XI;

Assunto: [Atrasos no transporte de pescado do Corvo para o exterior - 22/03/2017](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.07.09 – N.º 142/XI;

Assunto: [Discriminação entre companhias aéreas no aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10

Referência: 54.06.03 – N.º 150/XI;

Assunto: [Formação e categorias profissionais dos operadores de pórnicos de varagem nos portos de pesca dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11

Referência: 54.04.00 – N.º 154/XI;

Assunto: [Empreitadas das EBI de Capelas, Ginetes e Arrifes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 04 – 12

Referência: 54.04.00 – N.º 71/XI.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação do 1.º Centenário da Filarmónica

Proveniência: Nélia Silva, Presidente da Direção da Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense

Data de Entrada: 2017 – 03 – 20;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional a respeito das políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 20;

Assunto: Ofício a remeter relatórios aprovados - Auditoria à utilização de empréstimos pela Madalenagir, SA

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Seção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 03 – 22;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação – 50 anos da Casa de Saúde de Espírito Santo

Proveniência: Ir.^a Lúcia Reduto, Superiora das Irmãs Hospitaleiras da Casa de Saúde do Espírito Santo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 27;

Assunto: Relatório de Atividades do Ano de 2016 - Gabinete do Provedor do Utente de Saúde

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28;

Assunto: Relatório de Avaliação da Execução do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2008/A, de 11 de junho (ano de 2016)

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28;

Assunto: Relatório Anual de atividades inspetivas nos termos do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2008/A de 11 de junho – 2016

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28;

Assunto: Relatório anual sobre a aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/A, de 30 de outubro, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31;

Assunto: Relatório sobre Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2017-2021

Proveniência: Cláudia Henriques, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2017 – 03 – 31;

Assunto: Ofício a solicitar perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da ALRAA – **Pedido indeferido**

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04;

Assunto: Programa AIR Center (Azores International Research Center)

Proveniência: Márcia Catarina da Costa Santos

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04;

Assunto: Remessa de Relatório Aprovado (n.º 06/2017 - FS/SCRAT (Ação n.º 16/206FS1)

Proveniência: Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 04 – 05;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do Voto de Congratulação pela “Posse do Engenheiro – António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas”

Proveniência: Rita Faden - Chefe de Gabinete de Sua Excelência o 1.º Ministro

Data de Entrada: 2017 – 04 – 06;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do Voto de Congratulação pela “Posse do Engenheiro – António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas”

Proveniência: José Luís Rocha, Embaixador e Representante da Delegação de Cabo Verde na ONU

Data de Entrada: 2017 – 04 – 10;

Assunto: Interpelação ao Governo sobre a situação do sector da carne na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11;

Assunto: Relatório do Conselho das Finanças Públicas n.º 3/2017

Proveniência: Cláudia Henriques, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11;

10 - Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de abril de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 04 – 13;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 413/XIII/2.ª \(PCP\) - Estabelece as Bases da Política de Ambiente – n.º 51/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 406/XIII/2.ª \(BE\) – que promove a igualdade de género na composição dos órgãos da Administração do Estado – n.º 44/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28;

Assunto: [Pedido de autorização de depoimento na qualidade de testemunha da deputada Zuraida Soares](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 04 – 13;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de abril de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 04 – 12;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 57/2017, que cria o serviço de notificações eletrónicas associadas à morada única digital - MPMA-\(Reg.DL 57/2017\) – n.º 14/ XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 03 – 27;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 62/XIII/2.^a \(GOV\) - Estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local – n.º 53/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 03 – 17;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que Cria os procedimentos extraordinários de regularização matricial e registral dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado, institutos públicos, regiões autónomas e autarquias locais, em situação de omissão ou de incorreta ou desatualizada descrição ou inscrição nas matrizes e no registo predial. - MPMA - \(Reg. DL 82/2017\) – n.º 17/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 420/XIII/2.ª \(PSD\) - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro - Cria e regula o programa de apoio financeiro Porta 65 - Arrendamento por jovens – n.º 52/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 04 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo n.º 4/XI – “Cria um programa urgente de combate à precariedade laboral na Administração Regional”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11;

Assunto: [Petição Pública n.º 2/XI - “Para uma Tolerância de Ponto na terça-feira das festas de Nossa Senhora do Rosário, na Vila das Lajes”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 04 – 12;

Assunto: [Audição da Secretária Regional da Solidariedade Social, solicitada pelo Grupo Parlamentar do PS "sobre o ponto de situação atual da aplicação do Programa Especial de Apoio Social para a Ilha Terceira"](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 03 – 29;

Assunto: [Projeto de Decreto Regulamentar que institui um regime especial e transitório de apoios nos concelhos de Praia da Vitória e Angra do Heroísmo – MTSSS – Reg. DR. 545/2016\) – n.º 18/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 03 – 29;

Assunto: [Audição da nomeação do Sr. Eng.º Paulo Simão Carvalho de Borba Menezes para a Presidência do Conselho de Administração da SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, SA.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 03 – 24;

Assunto: [Petição - Contra a construção dos Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada – n.º 48/XI](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 03 – 27;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 5/XI – Antiga Fábrica do Álcool da Lagoa](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 03 – 28;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 412/XIII/2.^a \(PSD\) – Subsídio Social de Mobilidade – n.º 48/XI-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 670/XIII/2.^a \(PSD\) – Recomenda ao Governo que adote medidas que simplifiquem a atribuição e o reembolso do subsídio social de mobilidade entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira – n.º 49/XI-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 04 – 11.

11 – Diários:

Estão presentes os Diários n.ºs 13, 14, 15 e 16.

P'la Redatora, *Noélia Escobar*